

# LACER



RELATÓRIO ECONÔMICO DA  
AMÉRICA LATINA E O CARIBE

APRIL 2025



**BANCO MUNDIAL**

BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

América Latina e Caribe

*Oportunidades para todos*

© 2025 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial  
1818 H Street NW, Washington D.C. 20433  
Telefone: 202-473-1000; Internet: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)  
Alguns direitos reservados  
1 2 3 4 28 27 26 25

Esta obra foi publicada originalmente em inglês pelo Banco Mundial como *Organized Crime and Violence in Latin America and the Caribbean, Latin America and the Caribbean Economic Review (April)* em 2025. Em caso de discrepâncias, prevalece o idioma original. Esta obra foi produzida pelo pessoal do Banco Mundial com contribuições externas. As apurações, interpretações e conclusões aqui expressas não refletem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, de seu Conselho Diretor ou dos governos que representam. O Banco Mundial não garante a exatidão, integridade ou atualidade dos dados apresentados nesta obra e não assume a responsabilidade por erros, omissões ou discrepâncias nas informações, nem pelo uso ou não de informações, métodos, processos ou conclusões apresentados. As fronteiras, cores, denominações, *links*/notas de rodapé e outras informações apresentadas nesta obra não indicam qualquer julgamento por parte do Banco Mundial quanto à situação jurídica de algum território, nem o endosso ou a aceitação de tais fronteiras. A menção a obras de terceiros não significa que o Banco Mundial endossa as opiniões expressas por esses autores ou o conteúdo de suas obras.

Nada aqui constitui ou deve ser interpretado ou considerado como uma limitação ou renúncia aos privilégios e imunidades do Banco Mundial, todos os quais são especificamente reservados.

#### Direitos e permissões

Esta obra está disponível sob licença da Creative Commons Attribution 3.0 IGO (CC BY 3.0 IGO): <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo>. Nos termos da licença da Creative Commons Attribution, o usuário pode copiar, distribuir, transmitir e adaptar esta obra, inclusive para fins comerciais, nas seguintes condições:

**Atribuição** — Favor citar a obra como segue: Maloney, William, Marcela Melendez e Raul Morales. 2025. *Crime Organizado e Violência na América Latina e no Caribe*. Relatório econômico da América Latina e o Caribe (Abril). Washington, DC: Banco Mundial. doi:10.1596/978-1-4648-2237-7. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO



**Tradução** — Se for feita uma tradução desta obra, o seguinte termo de isenção de responsabilidade deve ser acrescentado juntamente com a atribuição: *Esta tradução não foi feita pelo Banco Mundial e não deve ser considerada uma tradução oficial do Banco Mundial. O Banco Mundial não se responsabiliza pelo conteúdo nem por qualquer erro dessa tradução.*

**Adaptações** — Se for feita uma adaptação desta obra, o seguinte termo de isenção de responsabilidade deve ser acrescentado juntamente com a atribuição: *Esta é uma adaptação de uma obra original do Banco Mundial. Pontos de vista e opiniões expressos na adaptação são de inteira responsabilidade do autor ou autores da adaptação e não são endossados pelo Banco Mundial.*

**Conteúdo de terceiros** — O Banco Mundial não é necessariamente proprietário de todos os componentes do conteúdo incluído na obra. Portanto, o Banco Mundial não garante que o uso de qualquer componente individual de terceiros ou parte do conteúdo da obra não infrinja direitos de terceiros. O risco de reivindicações resultantes de tal violação recai inteiramente sobre o usuário. Se o usuário desejar reutilizar um componente da obra, recairá sobre ele a responsabilidade de determinar se é necessária permissão para tal reutilização, bem como obter a referida permissão junto ao proprietário dos direitos autorais. Exemplos de componentes podem incluir, embora não de forma exclusiva, tabelas, figuras ou imagens.

Todas as consultas sobre direitos e licenças devem ser endereçadas a World Bank Publications, The World Bank Group, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA; e-mail: [pubrights@worldbank.org](mailto:pubrights@worldbank.org).

ISBN (eletrônico): 978-1-4648-2237-7

DOI: 10.1596/978-1-4648-2237-7

Design da capa: Alejandro Espinosa/sonideas.com

Tradução para o português: Leonardo Padovani

# Agradecimentos

Este relatório é um produto do Escritório do Economista-Chefe para a América Latina e Caribe do Banco Mundial. A elaboração do relatório foi liderada por William Maloney (Economista-Chefe), Raul Morales Lema (Economista) e Marcela Meléndez Arjona (Economista-Chefe Adjunta). Contribuíram com excelentes serviços de pesquisa e assistência editorial: Pilar Ruiz Orrico (Analista de Pesquisa), Gaston Marinelli (Analista de Pesquisa), José Andrée Camarena Fonseca (Analista de Pesquisa), Laura Daniela Tenjo Galvis (Analista de Pesquisa), Laura Victoria Gonzalez Solano (Analista de Pesquisa), Nicolas Peña Tenjo (Consultor) e Jacqueline Larrabure (Assistente de Programa Sênior). O capítulo 2 utilizou como insumo uma primeira versão de um documento de política escrito por Marcela Meléndez Arjona, Juan Fernando Vargas e Ernesto Schargrodsky.

As equipes regionais também contribuíram substancialmente:

Finanças, Competitividade e Inovação: Federico Alfonso Diaz Kalan (Especialista do Setor Financeiro, ELCFN) e Guillermo Fernández Zubia (Consultor, ELCFN).

Pobreza e Equidade: Carlos Rodriguez Castelan (Gerente de Prática, ELCPV), Hernan Winkler (Economista Sênior, ELCPV), Diana Marcela Sanchez Castro (Analista de Pesquisa, ELCPV) e Karen Yiseth Barreto Herrera (Consultora, ELCPV).

As estimativas macroeconômicas específicas de cada país e os levantamentos foram produzidas pelos economistas da Prática Global de Política Econômica em cada país, sob a liderança de Shireen Mahdi (Gerente de Prática, ELCMU) e coordenação de Elena Fernández Ortiz e Adriane Landwehr. Entre os colaboradores estão Daniel Barco, Rafael Barroso, Paola Brens, Luigi Butron, Natalia Campora, Bledi Celiku, Paulo Chavez, Fabiano Colbano, Antonio Cusato, Barbara Cunha, Anton Dobronogov, Aygul Evdokimova, Cornelius Fleischhaker, Julian Folgar, Sebastian Franco, Fernando Giuliano, Christian Gonzalez, Bernard Haven, Fernando Im, Evans Jadotte, Melise Jaud, Santiago Justel, Andres Lajer, Woori Lee, Karen Muramatsu, Rafael Ornelas, Fausto Patiño, Raphael Pinto Fernandes, Maryan, Daniel Reyes, Natasha Rovo, Gabriela Schmidt, Heron Teixeira, Vasileios Tsiropoulos, Hulya Ulku, Constanza Vergara, Erik von Uexkull, Pui Shen Yoong e Gabriel Zaourak (todos da ELCMU).

O apoio às comunicações e à divulgação foi prestado por Ana Elisa Luna Barros (Gerente, ECRLC), Ruth Idalina Gonzalez Llamas (Oficial Sênior de Assuntos Externos, ECRLC), Analia Martinez (Diretora de Comunicações Online, ECRLC), Yuri Szabo Yamashita (Oficial de Assuntos Externos, ECRLC), Belkis Delcid Diaz (Assistente de Programa, ECRLC), Carlos Alberto Cortes Galavis (Consultor, ECRLC), Francisco Seminario (Consultor, ECRLC) e Leandro Juan Hernandez (Consultor, ECRLC). Nancy Morrison (Consultora, LCRCE) forneceu apoio editorial, Leonardo Padovani (Consultor, LCRCE) traduziu o documento para o português, e Alejandro Espinosa (Sonideas) contribuiu para o design.

A data-limite deste relatório é 10 de abril de 2025.

# Índice

Visão Geral	1
Perspectivas de Crescimento para a Região	8
Capítulo 1	
O Estado da Região da ALC	9
Atividade econômica: o crescimento continua atrasando	10
Ambiente externo — os ventos contrários continuam fortes no ambiente externo	12
Aumento da incerteza sobre o comércio	13
A inflação está diminuindo lentamente, junto com o afrouxamento da política monetária	17
Setor fiscal: os déficits fiscais e a dívida continuam elevados	20
Foco no Caribe	23
Setor Financeiro: os empréstimos não produtivos estão moderados, ao passo que o crescimento do crédito varia de uma sub-região a outra	25
Mercados de trabalho e condições sociais: tendências recentes e perspectivas futuras	27
Capítulo 2	
Crime Organizado e Violência na América Latina e Caribe	45
A ALC deve priorizar a luta contra o crime organizado	46
Instituições fracas em áreas críticas alimentam o problema em vez de mitigá-lo	58
A ação do Estado no combate ao crime organizado exige melhor compreensão de seu funcionamento	70
O crime organizado é um problema de primeira ordem para a ALC, pois representa uma barreira crescente ao desenvolvimento	75

## Caixas

Quadro 1.1.	A inteligência artificial é a tão esperada solução para a desigualdade de renda na América Latina?	39
Quadro 1.2.	Os trabalhadores latino-americanos estão prontos para a transição energética?	42
Quadro 2.1.	Um panorama dos crimes ambientais na Amazônia brasileira	52
Quadro 2.2.	A intervenção em prisões de Rosário em 2024	60
Quadro 2.3.	Estratégia de redução de crimes de alto impacto da Cidade do México	64
Quadro 2.4.	Estratégia de policiamento comunitário do Rio de Janeiro	65
Quadro 2.5.	Indicadores de justiça: definição e finalidade	68
Quadro 2.6.	As unidades de atendimento móvel podem ser uma forma de levar o Estado para áreas onde ele está ausente	69
Quadro 2.7.	Acompanhar as finanças das organizações criminosas é essencial para desmantelá-las	71
Quadro 2.8.	Compreendendo e combatendo o crime organizado em Medellín	72
Quadro 2.9.	Pesquisa especializada sobre gangues em El Salvador	74
Quadro 2.10.	Casos em que as políticas de segurança e prevenção se fortalecem mutuamente	78

## Figuras

Figura 1.1.	O crescimento continua atrás de outras regiões	10
Figura 1.2.	O consumo continuou a fomentar o crescimento na maioria dos países da ALC-6	11
Figura 1.3.	Enquanto os déficits orçamentários continuam, o aumento da poupança privada melhorou a situação da conta corrente	11
Figura 1.4.	A confiança do consumidor continua melhorando; já a confiança empresarial permanece estável	12
Figura 1.5.	A incerteza externa continua em 2025	13
Figura 1.6.	A incerteza sobre a política comercial aumentou na última década	14
Figura 1.7.	A ALC vem se integrando ao mundo	14
Figura 1.8.	Os trabalhadores em setores exportadores estão expostos às mudanças no comércio internacional	15
Figura 1.9.	Os padrões de exportação da ALC variam de acordo com o parceiro comercial	15
Figura 1.10.	A produtividade dos exportadores na ALC está atrasada em relação à dos Estados Unidos	16
Figura 1.11.	A inflação está se moderando, mas mais lentamente do que o esperado	17
Figura 1.13.	Os juros têm se afrouxado lentamente nos ALC-5, exceto no Brasil	18
Figura 1.12.	As expectativas de inflação seguem ancoradas	18
Figura 1.14.	As principais moedas da região se depreciaram devido ao fortalecimento do dólar e ao afrouxamento da política monetária	19
Figura 1.15.	Os déficits fiscais persistem devido ao aumento dos pagamentos de juros	20
Figura 1.16.	O serviço da dívida tem um grande peso nos gastos públicos e limita os investimentos	20
Figura 1.17.	A dívida pública está estabilizada em níveis elevados	21
Figura 1.18.	Os custos dos empréstimos continuam elevados	21
Figura 1.19.	Os países mais endividados são mais sensíveis a aumentos de juros	22
Figura 1.20.	Embora os países dependentes do turismo tenham recuperado os níveis pré-pandemia, os exportadores de commodities ainda não se recuperaram	23
Figura 1.21.	O aumento da inflação está retrocedendo	24
Figura 1.22.	A trajetória da dívida pública varia muito entre as regiões do Caribe e da América Central	25
Figura 1.23.	Apesar da moderação dos empréstimos não produtivos, vigilância ainda se faz necessária	26
Figura 1.24.	O crescimento do crédito varia entre as economias da ALC	26
Figura 1.25.	O ritmo de redução da pobreza acompanha o crescimento econômico nas regiões emergentes	27
Figura 1.26.	A redução da pobreza na ALC desacelerou na última década e foi superada por regiões com crescimento mais forte	28

Figura 1.27.	As tendências de redução da pobreza na ALC melhoraram no Brasil e no México, enquanto a maioria dos outros países sofreu retrocessos em 2018–23	28
Figura 1.28.	As transferências públicas retornaram em grande parte aos níveis pré-pandemia em meio a um espaço fiscal limitado	29
Figura 1.29.	Em meados de 2024, as taxas de emprego já haviam retornado, em sua maioria, aos níveis pré-pandemia, com algumas exceções	29
Figura 1.30.	As três maiores economias da região—Brasil, México e Argentina—já apresentavam taxas de desemprego historicamente baixas em meados de 2024	30
Figura 1.31.	A renda do trabalho ficou estagnada na maioria dos países, com ganhos nos decis de renda mais baixos no Brasil, Colômbia e México	30
Figura 1.32.	O emprego na maioria dos países da ALC está altamente concentrado em pequenas empresas com 1 a 4 trabalhadores	31
Figura 1.33.	O baixo crescimento da ALC, a falta de qualificação e a rigidez das regras trabalhistas perpetuam o grande setor informal	32
Figura 1.34.	A maioria da força de trabalho informal tem ensino básico ou menos que básico	32
Figura 1.35.	O aumento da produtividade do trabalho leva ao crescimento dos rendimentos reais do trabalho em toda a região	33
Figura 1.36.	O potencial de melhoria da produtividade do trabalho é considerável	33
Figura 1.37.	A ALC produziu ganhos impressionantes na redução da pobreza nas últimas duas décadas	34
Figura 1.38.	Os avanços na redução da desigualdade de renda foram moderados	34
Figura 1.40.	Outros países da ALC surgiram como destinos principais dos migrantes venezuelanos	35
Figura 1.39.	Os fluxos migratórios líquidos da ALC continuam aumentando	35
Figura 1.42.	Mesmo com o aumento das deportações, a migração líquida para os Estados Unidos continua positiva para a maioria dos países da ALC	36
Figura 1.41.	A maioria dos emigrantes dos países da ALC vive nos Estados Unidos	36
Figura 1.43.	Os países da América Central e Caribe são altamente dependentes de remessas	37
Figura 1.44.	O recente aumento das deportações contribuiu para desacelerar o crescimento das remessas	37
Figura Q1.1.1.	A exposição dos empregos à GenAI é maior nos países mais desenvolvidos da ALC	39
Figura Q1.1.2.	Os países da ALC atualmente usam menos tecnologias digitais em empregos com potencial de aprimoramento por GenAI em comparação a seus pares avançados	40
Figura Q1.1.3.	As famílias nos quintis de renda mais alta têm uma parcela maior de trabalhadores expostos ao aprimoramento por GenAI e usando computador no trabalho	41
Figura Q1.2.1.	Os níveis de ocupações e setores verdes são relativamente baixos na ALC	42
Figura Q1.2.2.	Os quintis mais pobres da ALC são mais vulneráveis à perda de emprego durante a transição verde	43
Figura 2.1.	O crime organizado aparece cada vez mais nas pesquisas do Google na ALC	46
Figura 2.2.	Doze países da ALC estão entre os 50 (de 193) com mais crime organizado	48
Figura 2.3.	A presença da ALC é significativa em muitos mercados criminosos	48
Figura 2.4.	A ALC tem a maior taxa média de homicídios do mundo	54
Figura 2.5.	Os países da ALC sofrem mais com violência letal do que outros países com níveis semelhantes de desenvolvimento e desigualdade	55
Figura 2.6.	As taxas de homicídio variam muito entre os países da ALC	56
Figura 2.7.	Na ALC, a vitimização é distribuída de maneira mais uniforme do que os homicídios	57
Figura 2.8.	A ALC é a região do mundo com o nível mais alto de excesso de violência criminal letal	57
Figura 2.9.	Os países da ALC têm taxas de encarceramento relativamente altas	58
Figura 2.10.	As penitenciárias da ALC estão superlotadas e muitos prisioneiros não têm sentença condenatória	59
Figura Q2.2.1.	Os homicídios diminuíram drasticamente após a intervenção em prisões de Rosário	60
Figura 2.11.	O tamanho das forças policiais varia entre países	62
Figura 2.12.	A maioria dos países latino-americanos tem classificação ruim em relação à eficácia de seus sistemas de justiça criminal	66

# Visão Geral

As perspectivas para a região da América Latina e Caribe (ALC) tornaram-se mais incertas à medida que os avanços na frente interna ficaram aquém do esperado e o cenário externo se torna ainda mais desafiador. Os esforços continuam na luta contra a inflação, embora a última etapa esteja se mostrando longa e o ritmo de queda das taxas de juros tenha desacelerado. A confiança do consumidor e das empresas em alguns casos continua aumentando e, em outros, permanece estável; o turismo no Caribe se recuperou totalmente e os mercados de trabalho nas maiores economias continuam se fortalecendo, facilitando uma redução modesta da pobreza.

O ambiente externo, no entanto, mudou consideravelmente nos seis meses desde o Relatório Econômico da América Latina e Caribe (LACER) de outubro de 2024, com consequências de curto e longo prazo. A inflação nos países avançados, em vez de estar quase superada como esperado anteriormente, parece persistir, postergando novos cortes nas taxas de juros e restringindo o espaço das autoridades regionais para afrouxar ainda mais a política monetária. A aparente mudança em direção a tarifas mais altas por parte dos Estados Unidos gera incertezas sobre o projeto de *nearshoring*, a prática de levar operações offshore para países próximos ou amigáveis, e o acesso ao mercado global de forma mais geral. O outro principal mercado da ALC, a China, continua a mostrar um crescimento lento. Os recentes cortes na assistência ao desenvolvimento de outros países por parte das economias avançadas do planeta afetarão alguns países consideravelmente. Embora na última década os fluxos migratórios crescentes tenham se afastado dos Estados Unidos e aumentado entre os países da ALC, o aumento da migração de retorno dos Estados Unidos pressionará os mercados de trabalho locais e os recursos dedicados à reintegração. Por fim, a crescente expansão do crime organizado transnacional alçará os crimes e a violência à condição de fonte dominante de descontentamento cívico, representando sérios desafios à governança e ao desenvolvimento da ALC.

Esses desafios irão complicar os esforços para retomar o crescimento, corrigir os desequilíbrios fiscais e reduzir a dívida, além de pôr em xeque os avanços da década anterior no combate à pobreza. As taxas de crescimento da ALC seguem entre as mais lentas de todas as regiões do mundo. O investimento, tanto público quanto privado, continua tímido e, mesmo antes das crescentes incertezas relativas ao escalonamento tarifário dos EUA, já havia evidências de que a região poderia perder a onda de “*nearshoring*”. Os resultados modestos no crescimento e no comércio ressaltam a necessidade de se avançar na agenda de reformas de longa data para preparar as economias regionais para os novos desafios e possíveis oportunidades.

O Capítulo 1 deste relatório apresenta a recente evolução macroeconômica e social e os desafios de curto prazo enfrentados pela região, principalmente em matéria de crescimento, comércio e equilíbrio das contas fiscais. O Capítulo 2 explora as consequências da influência contínua do crime organizado sobre o crescimento, o bem-estar social e a governança.

## Capítulo 1. Recuperação contínua em meio a novos desafios

A região segue avançando para reduzir a inflação, embora a convergência em direção às metas de inflação tenha desacelerado, em grande parte devido ao aumento dos custos trabalhistas, que elevam os preços dos serviços e dos alimentos. As expectativas de inflação permanecem ancoradas, pois todos os principais países esperam atingir suas metas até 2026 e as políticas monetárias continuam a afrouxar, com efeito, tanto as taxas nominais quanto as reais começaram a cair, exceto no Brasil. No Caribe, onde muitas moedas nacionais são amplamente atreladas, o choque inflacionário inicial foi menor e mais fácil de administrar; já os regimes de metas da República Dominicana e Jamaica resultaram em reduções mais lentas e no aumento da inflação.

No médio prazo, a expectativa é de que o cenário internacional fique ainda mais desafiador. As incertezas relativas às reduções das taxas de juros de curto prazo nos Estados Unidos e na Europa podem acabar limitando o espaço para novas reduções locais, à medida que os países se defendem das fugas de capital e do enfraquecimento cambial. Taxas mais altas também devem contribuir para o crescimento modesto previsto nos países do Grupo dos Sete (G-7), ao passo que a China continua com dificuldades referentes à contração do setor imobiliário e à queda da confiança dos consumidores. Todos esses fatores apontam para uma queda dos preços das commodities.

Prevê-se que o crescimento da ALC é de 2,1 por cento em 2025, puxada pela recuperação da Argentina, mas as outras grandes economias demonstram pouco dinamismo. Os países caribenhos baseados no turismo terão desempenhos melhores, com São Vicente e Granadinas e Dominica ultrapassando 4 por cento, embora a continuidade dessa expansão dependa de uma maior conectividade e expansão da capacidade hoteleira. Países exportadores de commodities, como Trinidad e Tobago e Suriname, devem crescer pouco este ano.

No âmbito financeiro, as altas taxas de juros continuarão pressionando as famílias e empresas, resultando no aumento de empréstimos inadimplentes, apesar do alívio proporcionado pelos cortes recentes das taxas de juros em alguns países. Esses riscos devem continuar a ser monitorados, mesmo que, no momento, os bancos pareçam estar bem provisionados e os mercados internacionais sigam otimistas.

Uma preocupação mais geral são as atuais tensões comerciais globais que ameaçam o acesso ao mercado e que, provavelmente, terão o efeito de inibir o crescimento global. Tarifas mais altas e os maiores níveis de incerteza comercial em uma década impedem uma maior integração da região nas cadeias de suprimentos dos EUA, além de colocar em risco empregos em indústrias relacionadas à exportação. Os acordos assinados recentemente pelo México e Mercosul com a União Europeia representam um passo em direção à diversificação dos mercados e uma postura relativamente aberta em relação aos mercados globais. Esses desafios emergentes, no entanto, exigem a retomada de uma agenda de longo prazo com foco em infraestrutura, educação, regulamentação, concorrência e política tributária para aumentar tanto a produtividade quanto a agilidade das economias da região diante das novas incertezas. Além disso, os cortes na assistência ao desenvolvimento no exterior deverão ter impactos variados, incluindo o enfraquecimento dos esforços de ajuda ao Haiti, o abrandamento da conservação da Amazônia na América do Sul e a redução da assistência humanitária aos migrantes venezuelanos nos países que os recebem.

No âmbito fiscal, os gastos do governo continuam elevados e os déficits continuam substanciais. A manutenção da dívida continua alta, na média de 10,9 por cento dos gastos governamentais nas maiores economias (ALC-6), fomentado, principalmente, pela alta contínua das taxas de juros sobre o ampliado estoque de dívida pós-pandemia. As transferências transitórias para pessoas e empresas vulneráveis durante a pandemia de COVID-19 têm diminuído, mesmo que não completamente, ao passo que, em muitos países, outras despesas não diminuíram ou até mesmo



aumentaram. De modo geral, os avanços na redução da dívida continuam limitados: a razão dívida/PIB aumentou em 2024 para 63,3 por cento, acima dos 59,4 por cento registrados em 2019.

No geral, os níveis de dívida no Caribe permanecem estáveis, embora vários países, principalmente Barbados, Belize e Jamaica, tenham registrado quedas impressionantes de 26 pontos percentuais a 40 pontos percentuais do PIB nos últimos anos. Toda a região ainda precisa gerar mais espaço fiscal por meio de ganhos de eficiência, redução de gastos e melhoria dos sistemas tributários.

Houve uma pequena redução dos desequilíbrios da conta corrente, embora isso se deva, principalmente, à estagnação dos investimentos e ao aumento da poupança do setor privado. Essa baixa acumulação de capital público e privado, combinada com baixos ganhos de produtividade no horizonte, é um mau presságio para o crescimento a longo prazo.

### *Pobreza e desigualdade*

Os avanços para reduzir a pobreza continuam acontecendo, mas a um ritmo mais lento. As estimativas para 2024 indicam que a pobreza monetária deve diminuir marginalmente de 25,0 (em 2023) para 24,4 por cento da população na ALC (com base na linha de pobreza de renda média-alta de US\$ 6,85 por dia, com paridade de poder de compra de 2017), enquanto a desigualdade deve continuar alta de acordo com os padrões globais, com um coeficiente de Gini de 49,9 por cento. Cerca de 65 por cento da queda na pobreza de 2018 a 2023 foi decorrente de uma combinação de transferências e mercados de trabalho mais fortes, em particular ganhos salariais ajustados pela inflação. Os destaques foram o Brasil, Colômbia e México, mas, visto que esses países já apresentavam taxas de desemprego historicamente baixas em meados de 2024 e que as transferências vêm diminuindo em muitos países, no futuro é mais provável que ganhos adicionais decorram da melhoria da qualidade dos empregos por meio do crescimento da produtividade. Na Colômbia, por exemplo, o aumento de 1 por cento na produtividade pode elevar os salários em quase meio ponto percentual nos salários, com consequentes quedas na pobreza. Atualmente, a produtividade do trabalho oscila entre 20 e 60 por cento dos níveis observados nos estados-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sugerindo espaço para ganhos com reformas apropriadas. Aumentar a produtividade de setores modernos e melhorar as competências dos trabalhadores da região também são fundamentais para reduzir a informalidade, que permanece alta.

### *Criação de empregos de alta produtividade: o desafio da inteligência artificial e a transição energética*

Embora aumentar os salários mínimos a partir de níveis muito baixos possa aumentar os salários e reduzir a pobreza, a solução de longo prazo para se avançar no quesito social é a promoção do aumento do número de empregos de alta produtividade no setor moderno. Duas mudanças na economia global, o surgimento da inteligência artificial (IA) e a evolução da economia verde, trazem desafios e oportunidades para a criação desses empregos.

Embora a IA Generativa (GenAI) não tenha sido amplamente adotada na ALC, seu potencial de aprimorar os empregos (aumentando a produtividade), mas também de automatizar (e substituir) trabalhadores, tem suscitado preocupações nos países avançados. No entanto, a tecnologia está se difundindo mais lentamente na ALC: atualmente, estima-se que 26 a 38 por cento dos empregos estejam expostos à GenAI, com 1 por cento a 6 por cento dos empregos, em particular empregos como agentes de suporte ao cliente ou auxiliar de inserção de dados, sendo os mais vulneráveis. Entre 7 e 14 por cento dos empregos na ALC podem se tornar mais produtivos se forem aprimorados por GenAI, principalmente em setores como educação, saúde e serviços pessoais. No entanto, para maximizar os benefícios da GenAI e minimizar seu potencial de aumentar a desigualdade, serão necessárias políticas complementares para, por exemplo, desenvolver a infraestrutura digital, que forneça apoio suplementar a renda dos trabalhadores deslocados além de equipar os trabalhadores com competências básicas.

A transição energética também tem implicações significativas na demanda por trabalho e na desigualdade de renda, pois substitui os empregos em setores tradicionais e cria oportunidades em novos setores. O emprego em setores com emissões relativamente baixas de gases de efeito estufa é relativamente baixo, cerca de 10 por cento, enquanto o emprego em setores com altas emissões de gases de efeito estufa (como a agricultura) é generalizado. Assim como acontece com a IA, os setores emergentes provavelmente vão exigir habilidades diferentes. Como na maioria dos setores emergentes, políticas complementares são essenciais para proporcionar aos trabalhadores a educação e as habilidades necessárias para competir.

### *O impacto da migração com níveis mais altos de retorno*

No médio prazo, as deportações anunciadas por diversas economias avançadas, especialmente dos Estados Unidos, tornarão necessária a integração dos migrantes que retornam aos mercados de trabalho locais. Embora a migração total tenha aumentado ligeiramente no período de 2021-24 para 1,5 milhão por ano em comparação ao período historicamente alto de 2016-20 (1,4 milhão por ano), tanto os países de destino quanto os de origem mudaram substancialmente ao longo da última década. Normas de migração mais rigorosas nos Estados Unidos redirecionaram os fluxos migratórios dos Estados Unidos para a América Latina e sul da Europa, com aproximadamente 20 por cento dos migrantes indo para os Estados Unidos, 61 por cento para outros países da região e o restante, para partes da Europa. Dito isso, os Estados Unidos ainda concentram a maior parcela do total de migrantes da ALC, 55 por cento, embora esse nível esteja bem abaixo do que era há uma década (68 por cento). A crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela fez do país o ponto de origem de 57 por cento do fluxo total de migrantes da ALC, já os fluxos líquidos do México caíram para patamares negativos na última década. Assim, devido à expansão geral da migração, os fluxos líquidos para os Estados Unidos permanecem positivos, mesmo com as taxas historicamente altas de deportação entre 2021-22. Os fluxos de remessas continuam altos em alguns países, contabilizando mais de 15 por cento do PIB na Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, Haiti e Jamaica. Esses países passarão por uma desaceleração do crescimento, se não uma queda contínua, como no caso do Haiti.

Por fim, a crescente onda de violência na região motivada pelo crime organizado está deteriorando as condições de vida dos cidadãos da região e aumentando a incerteza, o que impede o investimento necessário em capital e tecnologia em prol do crescimento da produtividade, além de enfraquecer a capacidade dos estados de atender às suas necessidades.

## Capítulo 2. Crime organizado e violência na América Latina e Caribe

Os desafios tradicionais de desenvolvimento da ALC estão sendo cada vez mais exacerbados pela expansão do crime organizado na região, além dos países onde o tráfico de drogas e os grupos criminosos já existem há décadas, como na Colômbia, Brasil e México, adentrando agora novos países e indústrias. Essa expansão não é apenas um problema regional: os grupos criminosos da ALC participam de uma vasta rede internacional na qual grupos do crime organizado transnacional estão envolvidos em uma ampla gama de atividades ilegais, desde drogas até tráfico de migrantes, mineração e exploração florestal ilegais. Esses grupos são caracterizados pelo controle e governança de territórios, extorsão generalizada e captura do Estado. Em 2023, doze países da ALC figuraram entre os cinquenta primeiros no Índice de Criminalidade da Iniciativa Global Contra o Crime Organizado Transnacional (GI-TOC, Global Initiative Against Transnational Organized Crime).

### *O crime organizado e a violência obstruem o caminho para o desenvolvimento*

O crime organizado apresenta inúmeros desafios, não apenas para o bem-estar dos cidadãos, mas também para o crescimento em si: a incerteza sobre os direitos de propriedade reduz e distorce os investimentos; a extorsão e a insegurança aumentam os custos das transações comerciais e reduzem a competitividade; gastos improdutivos com segurança pública desviam recursos que deveriam ser usados para investir em saúde, educação e infraestrutura com o

potencial de melhorar a vida das pessoas; vítimas de violência experimentam reduções em sua capacidade de acumular capital humano; crimes que visam ativos ou propriedades dilapidam o capital físico; o tráfico de drogas, a mineração ilegal e os crimes contra a flora e a fauna minam o capital natural por meio do desmatamento e da contaminação da água; as comunidades que vivem sob domínio do crime organizado têm suas liberdades básicas tolhidas; o controle sobre os órgãos públicos enfraquece a qualidade do governo e a prestação de serviços essenciais.

### *Por que o crime organizado está aumentando na ALC?*

Embora não seja fácil determinar o que está por trás da escalada do crime organizado na região, uma série de fatores complementares podem estar contribuindo para a situação. Durante a década de 2010, a demanda global por cocaína, ouro ilegal e contrabando de migrantes cresceu, atraindo novos atores. As repressões por parte dos governos a partir de 2005 motivaram a reorganização das quadrilhas de crime organizado da ALC, com o surgimento de um novo cenário onde os participantes, tanto os novos quanto os já existentes, competem por influência. A pandemia de COVID-19 permitiu que grupos criminosos ganhassem legitimidade e tomassem o poder em áreas onde o Estado não estava presente, proporcionando oportunidades para as quadrilhas aprimorarem seus negócios e facilitando o recrutamento de populações empobrecidas. O aumento da produção e da disponibilidade de armas facilitou o crescimento do crime organizado em novas áreas e mercados. A inovação tecnológica, incluindo criptomoedas, também facilitou a expansão de quadrilhas transnacionais.

### *O excesso de violência letal é o que distingue o crime organizado na ALC do crime organizado em outras regiões*

A violência letal na ALC é maior do que em qualquer outra região do mundo. A ALC representa 9 por cento da população global, mas registra um terço de todos os homicídios. Na primeira década deste século, a taxa média de homicídios na ALC foi 5,4 vezes maior que a taxa global (22,0 vs. 4,1) e a diferença aumentou nos últimos 20 anos para 8,0. As taxas de homicídio nos países da ALC são muito altas em comparação a países com renda per capita e níveis de desigualdade semelhantes. Portanto, embora as condições sociais expliquem em parte essas taxas tão elevadas, existem também outros fatores. As taxas de vitimização, baseadas em pesquisas que capturam a “criminalidade geral” (crimes violentos letais e não letais, bem como crimes contra a propriedade) também são altas, aproximadamente 30 por cento em média, mas são apenas três vezes maiores do que a média global em comparação com oito vezes para homicídios. Há, portanto, um nível “excessivo” de homicídios na ALC, conforme previsto pelas taxas de vitimização, o que pode ser atribuído ao fato de o crime organizado ser mais letal na ALC.

### *Instituições fracas em áreas críticas alimentam o problema em vez de mitigá-lo*

A luta contra o crime organizado é dificultada por deficiências na administração carcerária, nas forças policiais e no sistema de justiça.

**Prisões:** Além dos níveis persistentes de superlotação, alta reincidência e prisões frequentes sem sentença, em muitos locais na ALC, grupos do crime organizado assumiram o controle das prisões e administram, de seu interior, atividades criminosas no mundo externo. Como resultado, os objetivos prisionais de incapacitação, dissuasão e ressocialização tornam-se inalcançáveis porque as prisões servem como postos de recrutamento para novos membros de gangues. As autoridades precisam retomar o controle das prisões, melhorar as condições e buscar alternativas ao encarceramento. Além disso, o sucesso das estratégias de “linha dura” depende muito do contexto e essas estratégias muitas vezes saem pela culatra.

**Forças policiais:** O tamanho das forças policiais em relação à população na região varia muito de um país para outro. No entanto, é impossível dizer se os países da ALC têm excesso ou falta de policiamento porque a eficácia da polícia depende também de outros fatores além do tamanho da força. A eficácia poderia ser melhorada através de uma melhor distribuição dos agentes pelo território, realocação de recursos de patrulhamento para investigação, melhor treinamento e condições de trabalho e maior cooperação entre os órgãos nos níveis local e nacional e também entre os países. A confiança na polícia está entre as mais baixas do mundo e reformas precisam ser implementadas para reverter essa situação.

**Sistemas de justiça:** Os sistemas judiciais fracos da região significam que os países não conseguem identificar, investigar e dismantlar organizações criminosas complexas com múltiplos atores e camadas ou, no mínimo, punir os criminosos e as atividades que geram as piores externalidades de bem-estar para os cidadãos da região. A impunidade é um problema abissal. Parte desse déficit pode ser atribuída a indicadores de desempenho ineficazes e incapazes de fornecer os incentivos certos para promover a eficácia estratégica das autoridades policiais e dos agentes em todos os elos da cadeia de justiça criminal. As autoridades judiciais também são essenciais para reduzir o encarceramento. Retomar o controle estatal de áreas onde organizações criminosas prestam serviços de justiça exige a criação de instituições de justiça que funcionem bem. Apoiar mecanismos inovadores de resolução de disputas pode ser um primeiro passo para essa direção.

### *A ação do Estado no combate ao crime organizado exige melhor compreensão de seu funcionamento*

Parte das fraquezas institucionais resulta da falta de dados ou de capacidade de usar os dados disponíveis para subsidiar as ações adotadas. Um desafio é o fato de o crime organizado ter elementos visíveis, como a violência letal, mas também aspectos ocultos que são muito mais difíceis de quantificar. Não há pesquisas oficiais sistemáticas e comparáveis que possam ser usadas para informar o processo de formulação de políticas. Este capítulo enfatiza a necessidade de pesquisas recorrentes e especializadas e do uso inteligente de dados administrativos, além de chamar a atenção para o papel que pesquisas rigorosas e de longo prazo podem desempenhar na orientação das ações empreendidas pelo Estado.

### *O crime organizado prolifera quando faltam oportunidades*

A ausência de oportunidades, especialmente para os homens jovens, que são as principais vítimas e autores da violência criminal, facilita o recrutamento em organizações criminosas. Em muitos casos, os recrutados não são obrigados a cometer crimes, mas os grupos criminosos oferecem oportunidades de renda significativamente melhores do que as disponíveis nos mercados legais. Também oferecem perspectivas de carreira e elementos de “mobilidade emocional” (respeito e reconhecimento), aspectos esses que os empregos precários nos mercados lícitos da região muitas vezes não conseguem ofertar.

Políticas que visam prevenir o recrutamento de jovens em situação de alto risco devem ter prioridade na luta contra o crime organizado, pois podem ajudar a dismantlar o acesso das organizações criminosas à sua potencial força de trabalho. As ações podem incluir intervenções educacionais direcionadas, prevenção e proteção baseadas na comunidade e a ressocialização de ex-criminosos. Além disso, intervenções que tratam de masculinidades prejudiciais e desigualdade de gênero podem ajudar a substituir normas que fundamentam a aceitabilidade de diferentes formas de violência por outras que ajudam a construir sociedades pacíficas. Programas de mentoria e apoio emocional nos quais os jovens são expostos a modelos fora do contexto criminal também se mostraram eficazes. A prevenção não substitui as políticas de segurança, mas é um complemento essencial. Da mesma forma, uma boa política de segurança sem medidas de prevenção de longo prazo provavelmente será insuficiente.

## *Coordenação e colaboração internacional são fundamentais para o enfrentamento do crime organizado*

Os estados da ALC enfrentam desafios claros na construção da capacidade estratégica necessária para gerenciar o crime organizado, proteger seus cidadãos de suas expressões mais prejudiciais e dar a eles oportunidades iguais para construir a vida que almejam para si. No entanto, é improvável que os cidadãos consigam isso sozinhos, porque o crime organizado é um problema que transcende as fronteiras nacionais e requer soluções coordenadas. A colaboração internacional precisa ocorrer em várias frentes, incluindo plataformas para os países trocarem informações, entre autoridades alfandegárias e fiscais, unidades de inteligência financeira e unidades de investigação criminal, padronização de protocolos probatórios e formação de consenso no diálogo internacional sobre drogas, armas de fogo e fluxos financeiros.

O crime organizado atingiu uma escala e amplitude sem precedentes. No entanto, a região já enfrentou esse flagelo antes e, com as reformas necessárias de governança, criação de oportunidades para os jovens e colaboração internacional, os desafios atuais podem ser enfrentados e sua ameaça ao desenvolvimento, mitigada.

# Prespectivas de Crescimento para a Região

## Taxas reais de crescimento do PIB

	2022	2023	2024e	2025p	2026p	2027p
Argentina	5,3	-1,6	-1,8	5,5	4,5	4,0
Bahamas	10,8	2,6	1,9	1,1	1,2	1,3
Barbados	17,8	4,1	3,8	2,8	2,0	1,7
Belize	9,4	1,1	8,2	2,8	2,4	2,3
Bolívia	3,6	3,1	1,4	1,2	1,1	1,1
Brasil	3,0	3,2	3,4	1,8	2,0	2,0
Chile	2,2	0,5	2,6	2,1	2,2	2,1
Colômbia	7,3	0,7	1,7	2,4	2,7	2,9
Costa Rica	4,6	5,1	4,3	3,5	3,7	3,8
Dominica	5,6	4,7	4,6	4,3	3,4	2,8
El Salvador	3,0	3,5	2,6	2,2	2,4	2,9
Equador	5,9	2,0	-2,5	1,9	2,0	2,1
Granada	7,3	4,7	3,7	3,8	3,4	2,7
Guatemala	4,2	3,5	3,7	3,5	3,8	3,8
Guiana	63,3	33,8	43,4	10,0	23,0	24,3
Haiti	-1,7	-1,9	-4,2	-2,2	2,0	2,5
Honduras	4,1	3,6	3,6	2,8	3,4	3,7
Jamaica	5,2	2,6	-0,7	1,7	1,7	1,6
México	3,7	3,3	1,5	0,0	1,1	1,8
Nicarágua	3,8	4,6	3,6	3,4	3,3	3,3
Panamá	10,8	7,4	2,9	3,5	3,8	4,3
Paraguai	0,2	5,0	4,2	3,5	3,6	3,6
Peru	2,8	-0,4	3,3	2,9	2,5	2,5
República Dominicana	5,2	2,2	5,0	4,0	4,2	4,4
Santa Lúcia	20,4	2,2	3,7	2,8	2,3	1,9
São Vicente e Granadinas	5,0	5,8	4,5	4,9	2,9	2,7
Suriname	2,4	2,5	2,8	3,1	3,3	3,5
Trinidad e Tobago	1,1	1,4	1,7	2,8	1,3	3,2
Uruguai	4,5	0,7	3,1	2,3	2,2	2,2

Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial.

Observação: A data de corte dos dados é 10 de abril de 2025. "e" denota estimativa e "p" denota previsão.



CAPÍTULO 1

# O Estado da Região da ALC

Muitas das suposições sobre a direção do movimento da economia global mudaram nos seis meses desde o Relatório Econômico da América Latina e o Caribe (LACER) de outubro de 2024.<sup>1</sup> A inflação nos países avançados, em vez de estar superada como esperado anteriormente, parece persistir, postergando novos cortes nas taxas de juros e restringindo o espaço para os bancos centrais da América Latina e Caribe (ALC) afrouxarem ainda mais a política monetária. A aparente mudança em direção a tarifas mais altas por parte dos Estados Unidos gera incertezas sobre o projeto de *nearshoring* na ALC e o acesso ao mercado global de forma mais geral, ao passo que o crescimento do outro mercado principal da ALC—a China—continua lento. Além disso, os cortes recentes na assistência ao desenvolvimento externo pelas maiores economias do mundo têm o potencial de impactar vários países. Embora na última década a maioria dos fluxos migratórios tenha ocorrido dentro da ALC, o aumento da migração de retorno dos Estados Unidos pode sobrecarregar alguns mercados de trabalho locais e recursos de reintegração, ao mesmo tempo que reduz as remessas. A ordem global provavelmente ficará em um estado de fluxo por algum tempo.

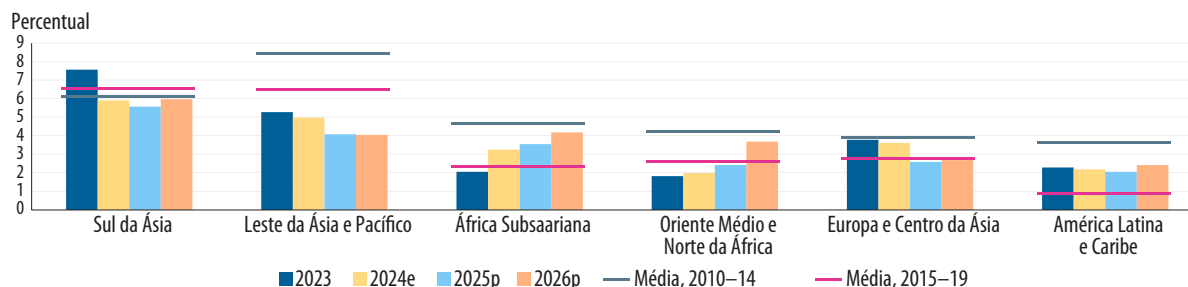
## Atividade econômica: o crescimento continua atrasando

Em 2024, assim como em anos anteriores, a ALC foi mais uma vez das regiões com o crescimento mais lento do mundo (Figura 1.1, painel a). O crescimento da produção continuou moderado, refletindo em grande parte a convergência contínua da produção potencial do México e o processo de ajuste na Argentina. O crescimento do Brasil continuou robusto. As demais grandes economias, Chile, Colômbia e Peru, experimentaram um aumento moderado do crescimento, reduzindo o déficit de crescimento da produção em relação à sua posição cíclica negativa. Em 2025 espera-se que o crescimento desacelere ligeiramente, com apenas a Argentina e a Colômbia apresentando um desempenho mais forte do que em 2024 (Figura 1.1, painel b).

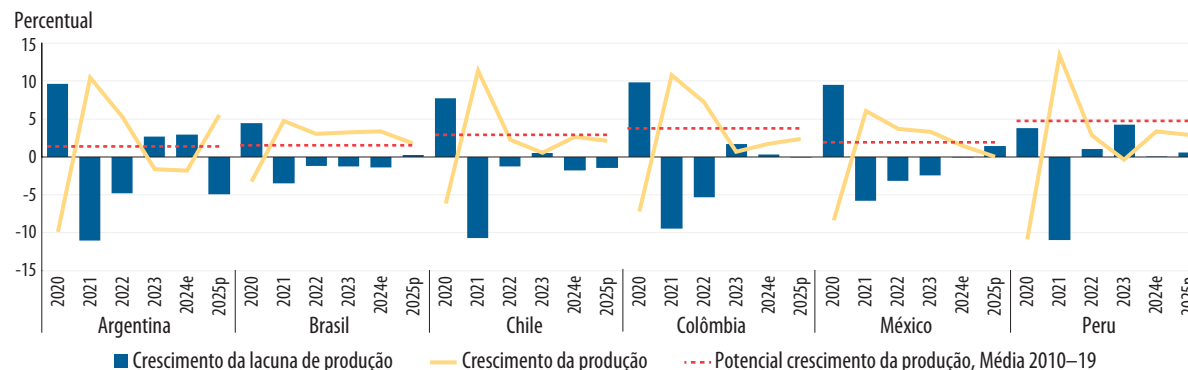
FIGURA 1.1.

### O crescimento continua atrás de outras regiões

#### a. Crescimento por região



#### b. Crescimento nos ALC-6



Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). No painel b, os ALC-6 incluem a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. e = estimativa; p = previsão; PIB = produto interno bruto.

1 Banco Mundial 2024a

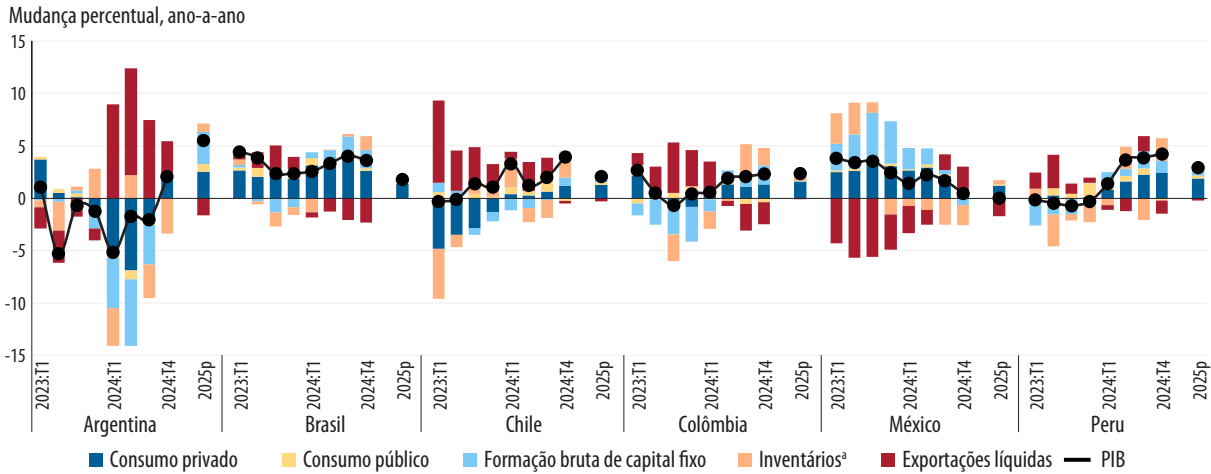


Em 2024, o crescimento continuou a ser fomentado pelo consumo, exceto na Argentina e no Chile, onde o crescimento foi liderado pelo setor externo. No México, o investimento público ajudou a expandir o investimento agregado e o crescimento da produção em 2023, mas à medida que perdeu força em 2024, esse estímulo também enfraqueceu. No restante da região, o investimento continuou moderado devido às altas taxas de juros e às expectativas persistentemente baixas em matéria de crescimento econômico (Figura 1.2).

FIGURA 1.2.

O consumo continuou a fomentar o crescimento na maioria dos países da ALC-6

Contribuições para o crescimento do PIB real

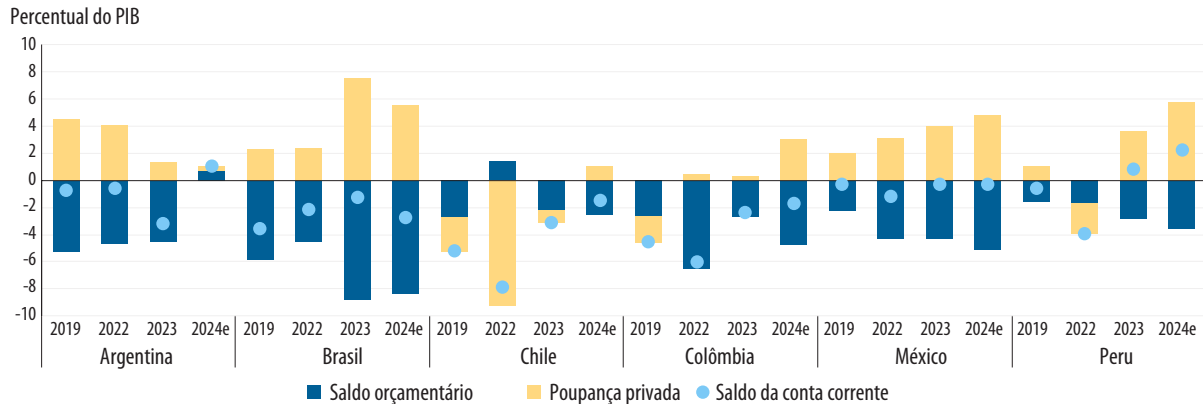


Fontes: Haver Analytics; Banco Central de Chile; World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025); e cálculos da equipe do Banco Mundial.  
 Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). p = previsão; PIB = produto interno bruto.  
 a. Os inventários incluem discrepâncias estatísticas.

A desaceleração da demanda interna contribuiu para corrigir os desequilíbrios no setor externo. Embora déficits fiscais persistam em toda a região, o aumento da poupança líquida no setor privado ajudou a melhorar a posição externa na maioria dos países (Figura 1.3).

FIGURA 1.3.

Enquanto os déficits orçamentários continuam, o aumento da poupança privada melhorou a situação da conta corrente



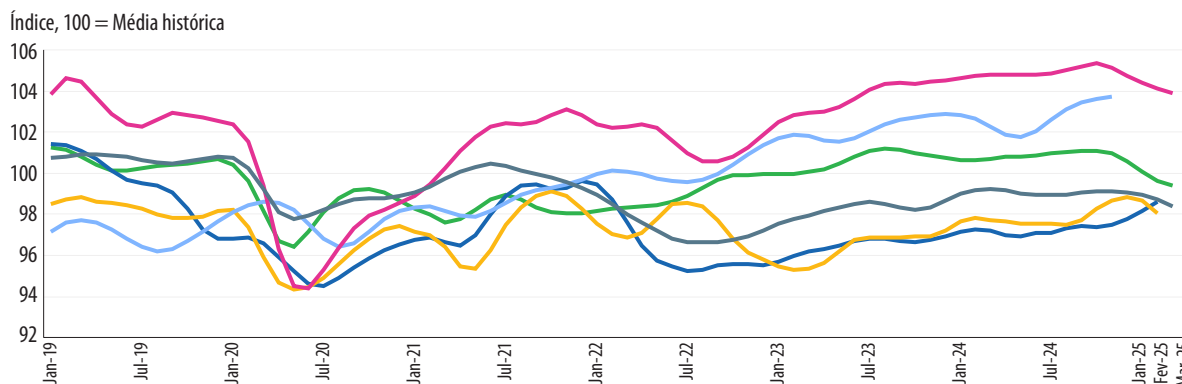
Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).  
 Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa; PIB = produto interno bruto.

As expectativas das famílias seguem melhorando, motivadas em grande parte pela diminuição da inflação e pelo dinamismo dos mercados de trabalho (Figura 1.4, painel a). A confiança empresarial continua estável e próxima de valores históricos, consistente com taxas de investimento tímidas (Figura 1.4, painel b). Este padrão sugere que o baixo investimento, em vez de ser apenas um fenômeno cíclico, se explica em parte pelos próprios fundamentos econômicos da ALC.

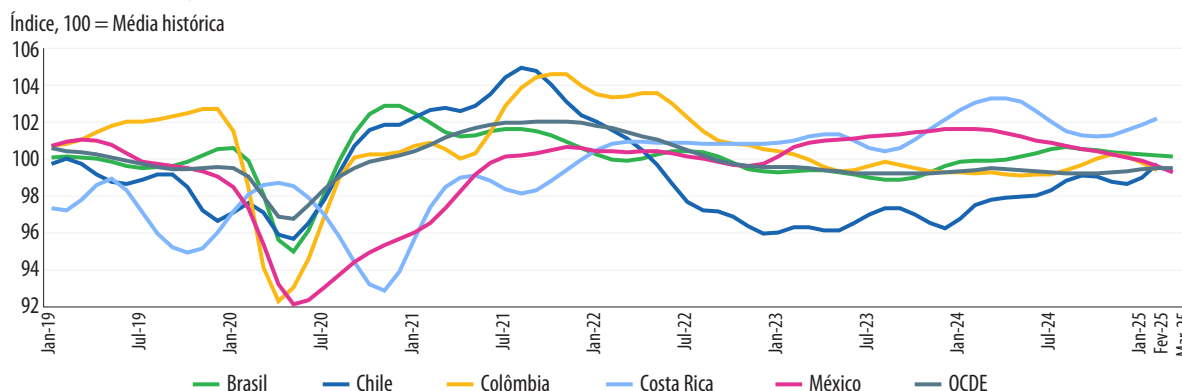
FIGURA 1.4.

### A confiança do consumidor continua melhorando; já a confiança empresarial permanece estável

#### a. Índice de confiança do consumidor



#### b. Índice de confiança empresarial



Fontes: Painel a: OCDE (Índice de Confiança do Consumidor (CCI) (indicador) (doi: 10.1787/46434d78-en). Painel b: Índice de Confiança Empresarial da OCDE (BCI) (indicador) (doi: 10.1787/3092dc4f-en).

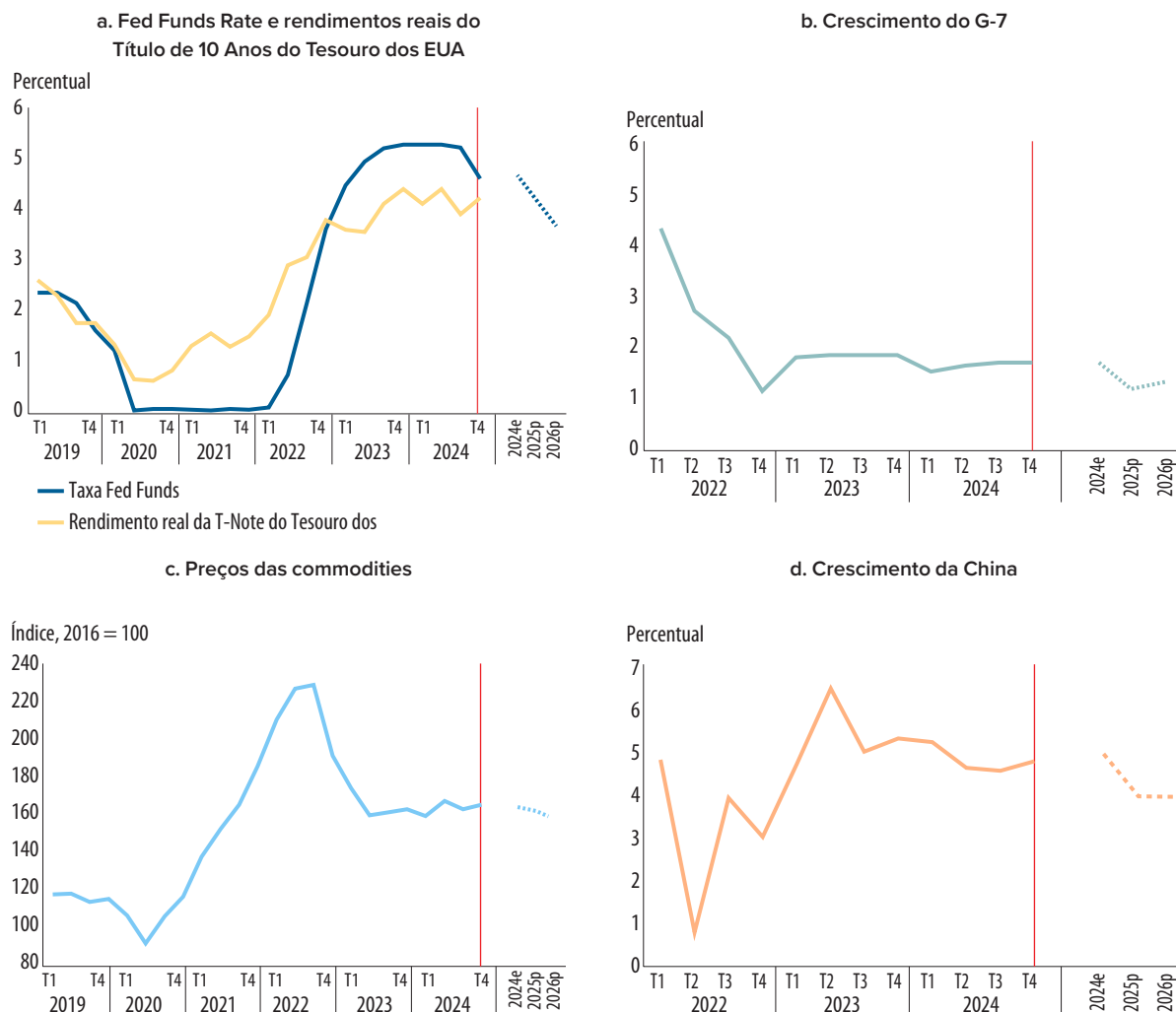
Nota: OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

## Ambiente externo — os ventos contrários continuam fortes no ambiente externo

O ambiente externo é desafiador e provavelmente permanecerá assim. Do lado positivo, no terceiro trimestre de 2024 a *Federal Reserve (Fed)* dos EUA começou a normalizar lentamente as taxas de juros, um processo que deve continuar em 2025, aliviando as condições financeiras em todo o mundo. No entanto, permanece a incerteza sobre a velocidade da queda da taxa de juros, já que a *Fed* adiou novos cortes, bem como o patamar final, que provavelmente ficará mais alto do que no período pré-inflacionário (Figura 1.5, painel a). Além disso, embora os preços das commodities estejam abaixo do pico de 2022, permanecem altos em comparação aos níveis pré-pandemia (Figura 1.5, painel c). Do lado negativo, o crescimento da produção dos principais parceiros comerciais da ALC continua apenas moderado. Após uma desaceleração em 2024, espera-se que o crescimento no G-7 continue a moderar-se e atinja 1,2 em 2025, refletindo a moderação da economia dos Estados Unidos e o crescimento anêmico na Europa (Figura 1.5, painel b). Ao mesmo tempo, as perspectivas da China seguem tímidas e incertas (Figura 1.5, painel d).

FIGURA 1.5.

### A incerteza externa continua em 2025



Fontes: Painel a: Dados econômicos do Federal Reserve dos EUA, Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED); Painel b: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) PIB trimestral (indicador) (doi: 10.1787/b86d1fc8-en) e banco de dados World Economic Outlook (WEO) do Fundo Monetário Internacional (FMI) (<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/October>); Painel c: Preços de commodities do Banco Mundial (Pink Sheets) (<https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>) e banco de dados WEO do FMI; Painel d: Haver Analytics e banco de dados WEO do FMI.  
Nota: p = previsão; G-7 = Grupo dos Sete.

## Aumento da incerteza sobre o comércio

O cenário externo menos dinâmico é complementado pelo aumento da incerteza sobre as políticas comerciais dos principais parceiros comerciais da região, desde medidas protecionistas adotadas ou estudadas pelas maiores economias (Estados Unidos, China e União Europeia) até realinhamentos condizentes com o fenômeno de *nearshoring*. O Índice de Incerteza da Política Comercial mostra que a incerteza aumentou nos últimos 10 anos, ficando consistentemente acima dos níveis observados antes de 2015 (Figura 1.6).

O aumento da incerteza nas maiores economias do mundo é especialmente relevante para a ALC, já que a maioria dos países tem avançado constantemente para se integrar às cadeias globais de valor. Nas últimas duas décadas, a ALC aumentou suas exportações de 14,6 para 21 por cento do PIB, com os Estados Unidos e a China ganhando importância como mercados de exportação. Embora os Estados Unidos continuem sendo o principal destino de exportação da ALC, os países da ALC têm buscado diversificar seus parceiros comerciais. Alguns países, como o

FIGURA 1.6.

### A incerteza sobre a política comercial aumentou na última década

Índice de incerteza na política comercial



Fonte: Caldara et al. 2019.

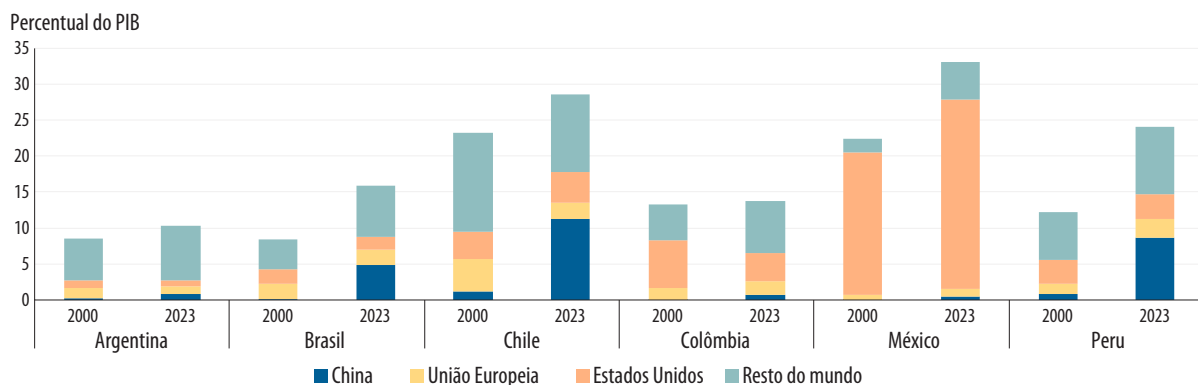
Nota: O índice representa a proporção de artigos de notícias que contêm referências à IPC. O valor de 100 no índice corresponde a 1 por cento de artigos que mencionam a IPC. IPC = incerteza sobre a política comercial.

Chile e Peru, ampliaram consideravelmente suas exportações para a China (Figura 1.7) e, recentemente, o México e o Mercosul têm buscado Acordos de Livre Comércio com a União Europeia. Embora essa maior integração tenha gerado grandes oportunidades para as empresas e os trabalhadores, também significa que uma parcela expressiva dos trabalhadores está empregada em indústrias exportadoras e, conseqüentemente, exposta a mudanças no comércio internacional (Figura 1.8).

FIGURA 1.7.

### A ALC vem se integrando ao mundo

Exportações por destino



Fontes: Equipe do Banco Mundial usando dados da Divisão de Estatísticas do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA), Banco de Dados dos Principais Agregados de Contas Nacionais e Comércio de Commodities (Comtrade).

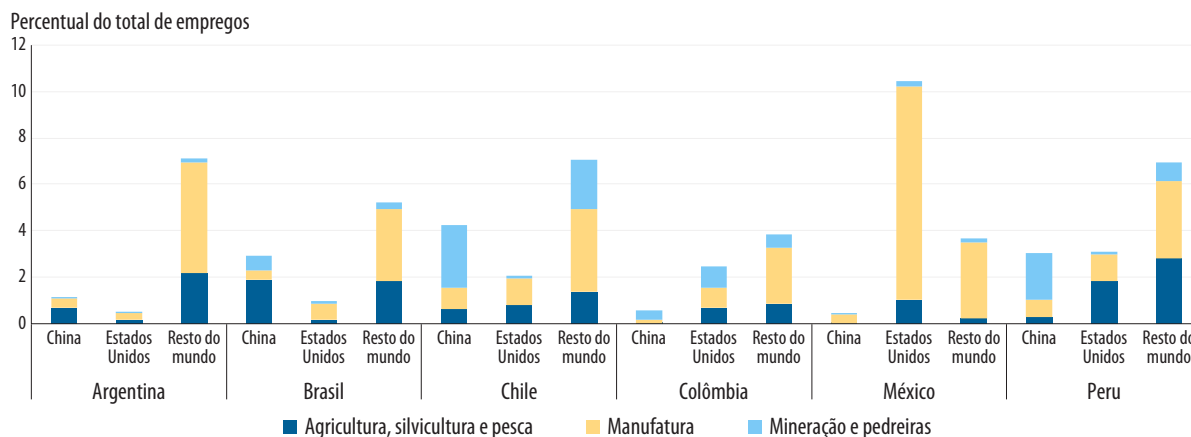
Nota: A Figura refere-se aos ALC-6 (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru).

A sensibilidade às mudanças no regime de comércio global varia de acordo com as diferentes cestas de exportações para os países de destino. Embora a ALC exporte principalmente produtos primários, 39 por cento das exportações são de produtos manufaturados, principalmente do Brasil e do México para os Estados Unidos. Em contraste, as exportações para a China são quase exclusivamente de alimentos não processados e de produtos de mineração. Assim, as mudanças nas políticas comerciais globais seriam sentidas de forma desigual entre países e setores diversos (Figura 1.9). Até mesmo os setores de bens primários terão desafios pela frente.

FIGURA 1.8.

### Os trabalhadores em setores exportadores estão expostos às mudanças no comércio internacional

Emprego doméstico incorporado às exportações brutas em 2019 nos países da ALC-6

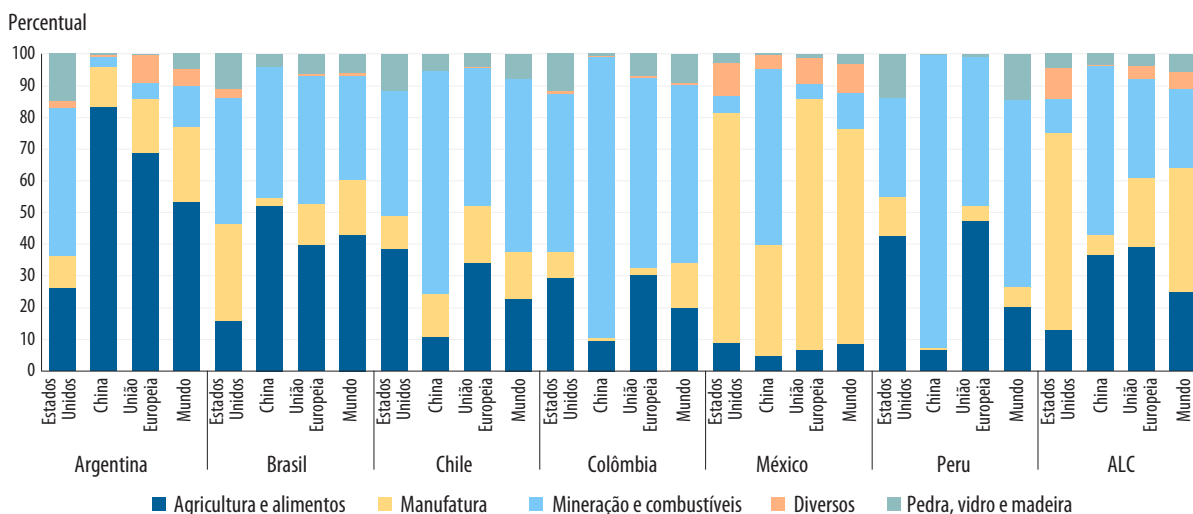


Fonte: Equipe do Banco Mundial usando dados da OCDE, banco de dados *Trade in Employment (TIM)* (<https://www.oecd.org/en/data/datasets/trade-in-employment.html>).  
Nota: A Figura refere-se aos ALC-6 (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru).

FIGURA 1.9.

### Os padrões de exportação da ALC variam de acordo com o parceiro comercial

Exportações por destino e setor em 2023



Fonte: Equipe do Banco Mundial usando o WITS (*World Integrated Trade Solution*).  
Nota: A categoria de manufatura inclui máquinas e produtos elétricos, borracha e produtos químicos, têxteis e relacionados e transporte. A categoria de mineração e combustíveis inclui metais, minerais e combustíveis. ALC = América Latina e Caribe.

É impossível saber onde o novo regime tarifário se estabelecerá. No entanto, o comércio continuará sendo um motor de crescimento para a ALC. Embora os EUA continuem sendo um importante mercado de exportação, sua participação nas importações globais caiu para 13 por cento das importações globais de bens, enquanto a ALC está cada vez mais diversificada para um mundo que continua a buscar acordos de livre comércio e maior conexão. Tanto o Mercosul como o México assinaram acordos com a UE, os presidentes regionais estiveram recentemente em visitas à Índia e ao Japão. O projeto de nearshoring não é necessariamente moribundo, embora seja certamente muito mais incerto. Com os principais concorrentes asiáticos sob pesadas tarifas, o México e a ALC de modo geral parecem mais atraentes.

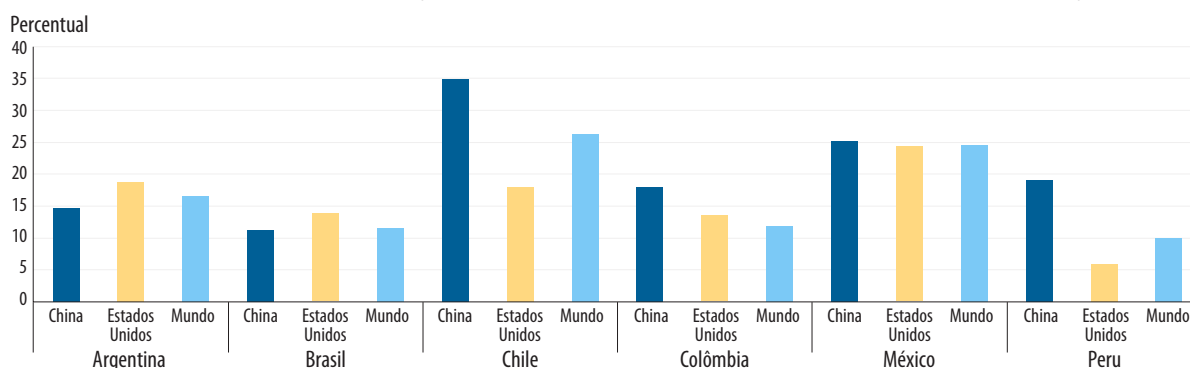
Além disso, o futuro está cada vez mais nos serviços, que cresceram à medida que o comércio de manufaturados desacelerou. Por exemplo, Índia e China exportam tanto serviços de baixo como de alto nível (engenharia), e isso será cada vez mais viável com os avanços nos softwares de tradução e comunicação. A ALC continua sub-representada nesta área: 14 por cento das exportações da ALC estão em serviços, em comparação com 18 por cento globalmente e, instrutivamente, 44 por cento na Índia. Com aumentos nas exportações de serviços, em média, de 4,4 por cento ao ano, a ALC está crescendo ligeiramente acima da média global, mas a Índia, novamente, mostra as possibilidades, crescendo 13,4 por cento.

No entanto, criar resiliência contra as mudanças que estão por vir e tirar proveito de novas oportunidades exigirá a realização de reformas há muito atrasadas na educação, infraestrutura, regulamentações domésticas e ambiente propício em geral, que já eram um desincentivo ao investimento e ao comércio mesmo antes das recentes mudanças no cenário global. Entre o provável contramovimento das taxas de câmbio e o fato de que políticas públicas, tais como programas de extensão gerencial, demonstraram alcançar ganhos na produtividade das empresas de 10 por cento em um ano, o nível básico das tarifas atualmente discutido não precisa ser uma barreira insuperável ao acesso. Esse crescimento da produtividade tem se mostrado ilusório até agora e, apesar da vantagem comparativa da ALC na produção de bens primários, o setor exportador é afetado pela falta de competitividade da região da mesma forma que o restante da economia. A produtividade da mão de obra embutida na cesta de exportações é significativamente inferior à dos Estados Unidos (figura 1.10).

FIGURA 1.10.

### A produtividade dos exportadores na ALC está atrasada em relação à dos Estados Unidos

Índice de Produtividade Relativa das Exportações em 2019 como percentual da produtividade dos EUA em exportações brutas



Fontes: Equipe do Banco Mundial usando dados da OCDE, banco de dados *Trade in Employment (TIM)* (<https://www.oecd.org/en/data/datasets/trade-in-employment.html>); *Trade in Value Added (TiVA)* (<https://www.oecd.org/en/topics/sub-issues/trade-in-value-added.html>); e *The Conference Board* (<https://data-central.conference-board.org/>).

Nota: O Índice de Produtividade Relativa das Exportações mede o valor interno agregado por emprego nas exportações brutas de cada país da ALC-6 (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru), expresso como percentual do nível dos Estados Unidos (EUA).

Pode ser, como alguns argumentaram, que a globalização tenha mudado de tal forma que a ALC não possa seguir os caminhos dos milagres asiáticos. Mas também é verdade que a região não se engajou na construção de capital humano, universidades de qualidade e institutos de pesquisa ligados ao setor privado, ou, de modo mais geral, abraçou o objetivo de chegar à fronteira tecnológica que as histórias de sucesso abraçaram. Isso será essencial para alavancar setores novos e tradicionais, bem como serviços de ponta. O que está claro é que o acesso às novas tecnologias e o aproveitamento das economias de escala exigirão a manutenção de uma postura aberta em relação ao sistema final que emergir”.

Além das interrupções no comércio internacional, os cortes recentes na assistência externa ao desenvolvimento (AED) por algumas das maiores economias podem ter grandes consequências para a região—não apenas porque algumas economias, como o Haiti, são altamente dependentes dessa assistência, mas também porque ela tem um papel importante em políticas centrais, como a conservação da Amazônia e a assistência humanitária a migrantes da República Bolivariana da Venezuela.

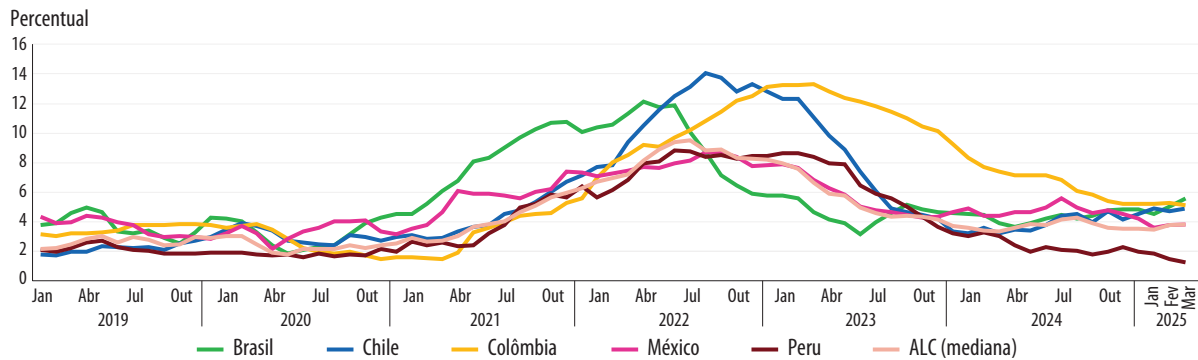
# A inflação está diminuindo lentamente, junto com o afrouxamento da política monetária

Após a resposta decisiva das autoridades monetárias e a normalização das cadeias de suprimentos globais, a inflação recuou consideravelmente em toda a região desde que atingiu seu pico em 2022. Em 2024, no entanto, o processo de desinflação desacelerou e a inflação estrutural, que continua alta, em grande parte devido ao aumento dos custos trabalhistas que afetaram os preços dos serviços e ao aumento dos preços internacionais dos alimentos (Figura 1.11).

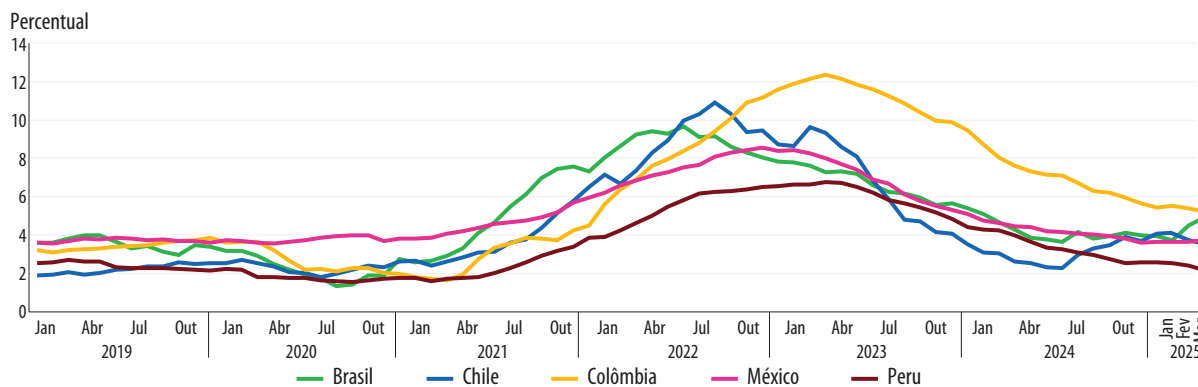
FIGURA 1.11.

## A inflação está se moderando, mas mais lentamente do que o esperado

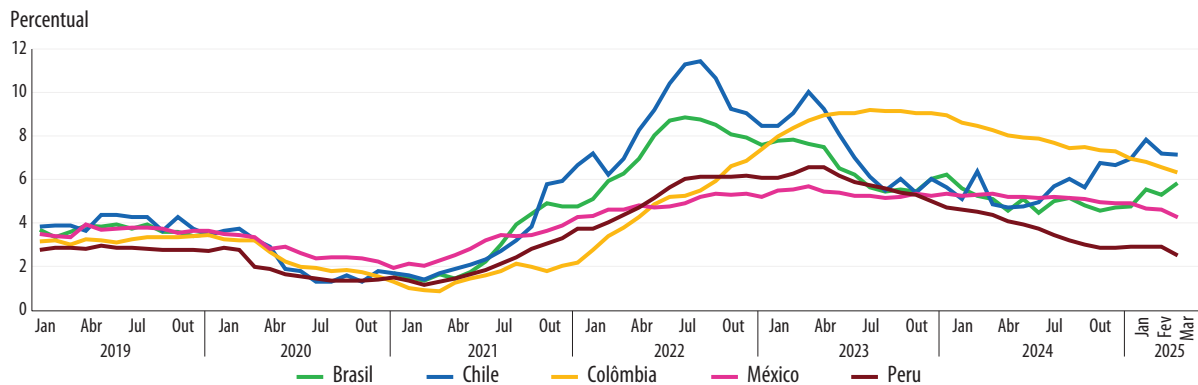
### a. Inflação geral anual (percentual, ano a ano)



### b. Inflação estrutural anual (percentual, ano a ano)



### c. Inflação anual dos serviços (percentual, ano a ano)



Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: ALC = América Latina e Caribe. ALC (mediana) inclui Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago e Uruguai.

Ainda assim, as expectativas de inflação seguem ancoradas, pois os mercados esperam que a inflação fique dentro das metas dos bancos centrais em todos os países até o final de 2026. No entanto, a convergência para a meta precisará de mais esforços, exigindo uma queda mais lenta das taxas de juros do que previsto anteriormente. O aumento da inflação brasileira em meados de 2024, associado ao aumento dos preços dos alimentos e dos custos trabalhistas, acabaram revertendo as reduções anteriores das taxas de juros (Figura 1.12). No Chile, a inflação também aumentou em 2024 devido a uma combinação de fatores de custo: a depreciação do peso chileno e o aumento dos salários reais e das tarifas de eletricidade. No entanto, em 2025 a inflação deverá se moderar, pois a demanda interna permanece fraca, permitindo que o Banco Central deixe de aumentar as taxas de juros.

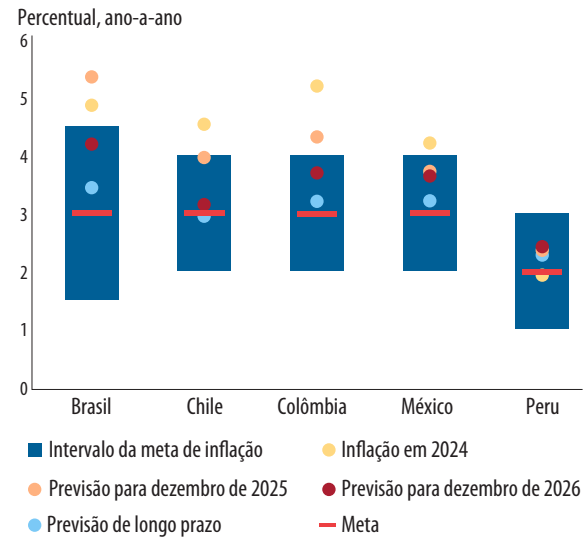
Em vista da queda inicialmente rápida da inflação, os principais bancos centrais da região começaram a normalizar suas taxas de juros de forma mais agressiva do que a maioria das economias avançadas em 2024, uma tendência que deve continuar em 2025 (Figura 1.13, painel a). No entanto, as expectativas do mercado sugerem que, pelo menos no curto e médio prazo, as taxas de juros reais não atingirão os níveis relativamente baixos da década de 2010 na maioria dos países, permanecendo em média 2,4 pontos percentuais mais elevadas, refletindo taxas neutras mais altas na região e nas principais economias (Figura 1.13, painel b).

As principais moedas da região se desvalorizaram em relação ao dólar em 2024 devido a fatores globais, como a força relativa do dólar, e domésticos, como a diminuição dos diferenciais das taxas de juros causada pela flexibilização monetária (Figura 1.14, painel b). O relaxamento mais lento da política monetária dos Estados Unidos impõe ainda mais limites à capacidade dos bancos centrais da ALC de reduzir as taxas de juros se desejarem evitar mais saídas de capital e depreciação. Embora os diferenciais das taxas de juros no Brasil, Colômbia e México sejam consistentes com seus níveis históricos, estão próximos do mínimo nos casos do Chile e do Peru (Figura 1.14, painel a).

FIGURA 1.12.

As expectativas de inflação seguem ancoradas

Previsões de inflação e metas dos bancos centrais

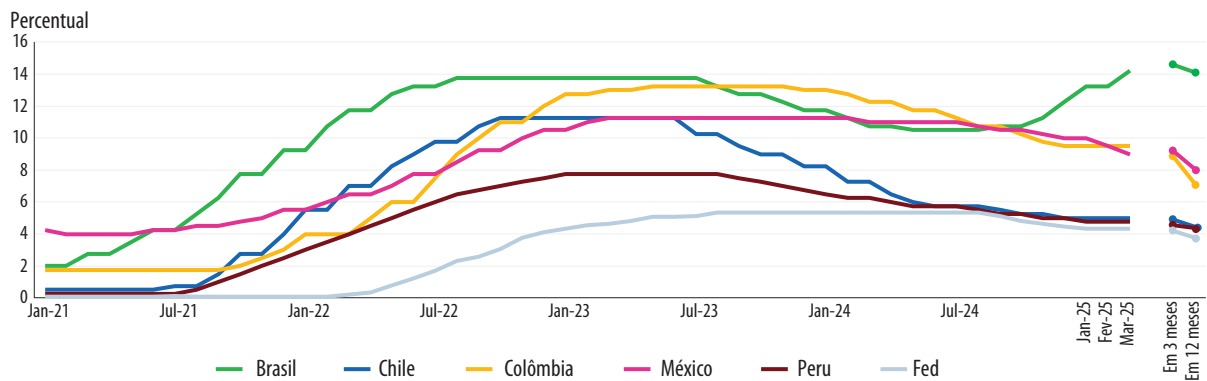


Fonte: Consensus Economics.  
 Nota: A data da pesquisa foi abril de 2025 para as previsões de dezembro de 2025 e dezembro de 2026, e abril de 2025 para as previsões de longo prazo. As previsões de longo prazo são médias de períodos com horizontes de 6 a 10 anos.

FIGURA 1.13.

Os juros têm se afrouxado lentamente nos ALC-5, exceto no Brasil

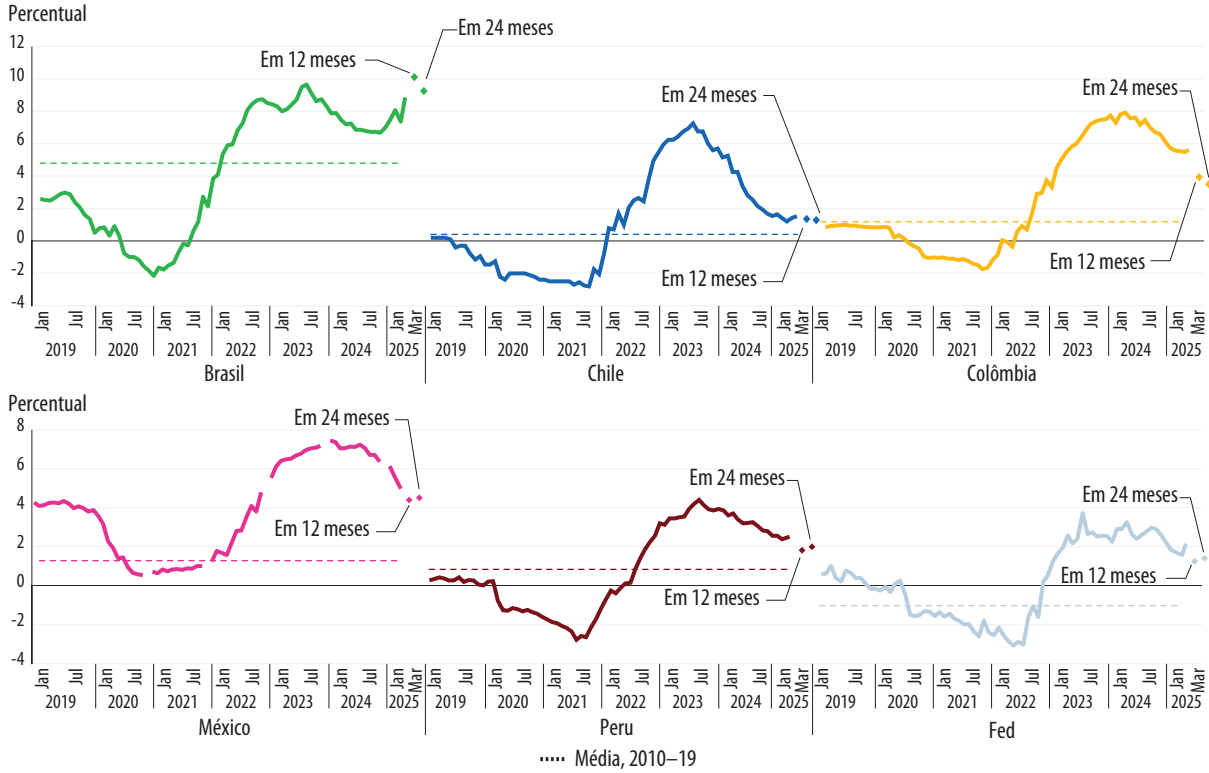
a. Taxas de juros, janeiro de 2021 a março de 2025, e projetadas (percentual)





**Figura 1.13. Os juros têm se afrouxado lentamente nos ALC-5, exceto no Brasil (continuação)**

b. Taxas de juros reais, janeiro de 2019 a março de 2025, e projetadas (percentual)



Fontes: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025); Consensus Economics; bancos de dados de bancos centrais.

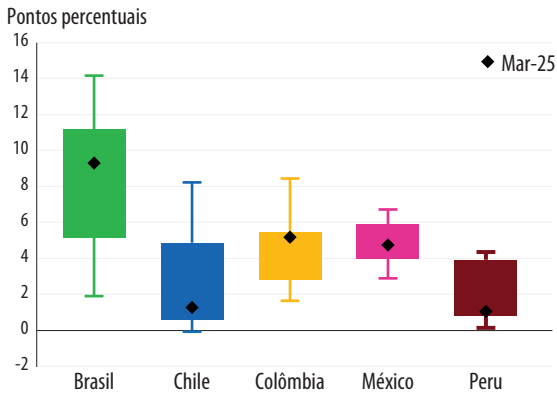
Nota: Para o painel b, as taxas de juros reais são calculadas como a diferença entre a taxa nominal da política monetária e a taxa de inflação esperada para os próximos doze meses, com base em dados dos bancos centrais. Para os valores previstos, o mesmo cálculo é aplicado, utilizando previsões dos bancos centrais nacionais para a taxa de política nominal. Para as taxas de inflação, a previsão de 12 meses usa a inflação esperada para 2026 das Previsões de Consenso, enquanto a previsão de 24 meses usa a meta de inflação de cada país. A série para o México contém quebras devido à indisponibilidade de dados de expectativas de inflação em dezembro de cada ano desde 2020, com base em dados do Banco do México. LAC-5 inclui Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. Fed = Reserva Federal dos EUA.

**FIGURA 1.14.**

**As principais moedas da região se depreciaram devido ao fortalecimento do dólar e ao afrouxamento da política monetária**

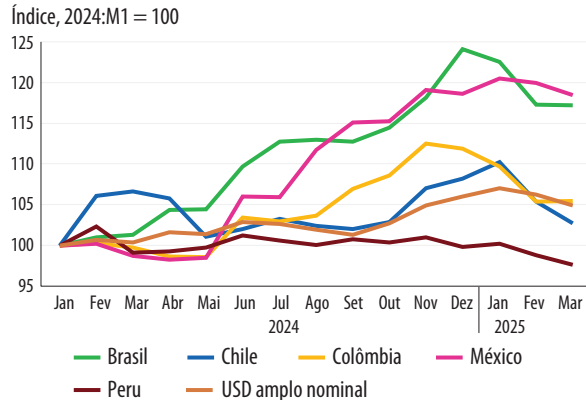
a. Diferenciais das taxas de juros, janeiro de 2010–março de 2025

Diferença entre a taxa de juros e a *Federal Funds Rate*



b. Taxas de câmbio, janeiro de 2024–março de 2025

Moeda local por dólar americano (USD)



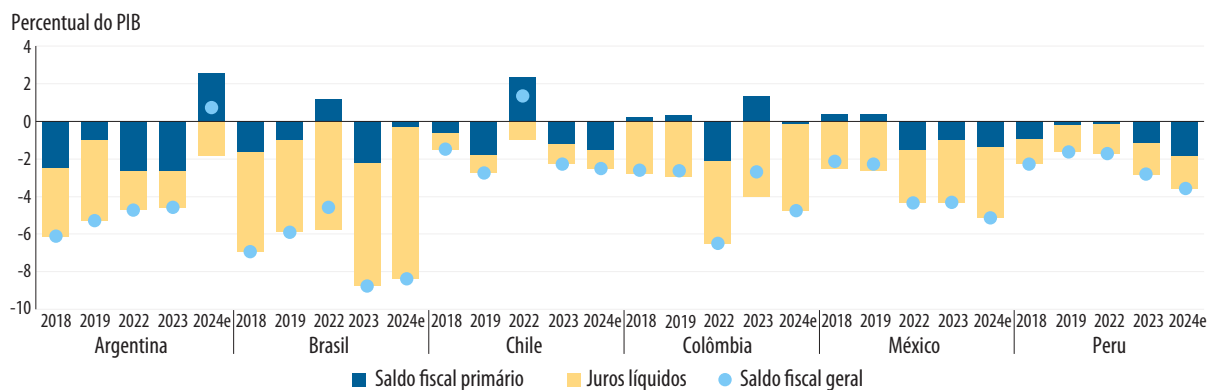
Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na *Haver Analytics* e nos dados econômicos do *Federal Reserve* dos EUA, *Federal Reserve Bank de St. Louis* (FRED). Nota: No painel a, os gráficos nos quadros são resumos da distribuição dos diferenciais das taxas de juros no período de 2010 a 2025. O quadro central representa o intervalo interquartil (IQR), que compreende do primeiro quartil (Q1, 25º percentil) ao terceiro quartil (Q3, 75º percentil). Os “bigodes” estendem-se até os valores mínimo e máximo. No painel b, o índice nominal amplo do USD mede o valor do dólar americano (USD) em relação a um conjunto de moedas estrangeiras ponderada pelo comércio.

## Setor fiscal: os déficits fiscais e a dívida continuam elevados

Os déficits fiscais continuam altos nas maiores economias da América Latina. Embora a maioria dos países tenha adotado medidas para sanar o déficit primário, como a eliminação gradual do estímulo do período da pandemia e reformas tributárias propostas para aumentar a receita, eles não conseguiram equilibrar completamente o orçamento fiscal, pois o serviço da dívida exige cada vez mais recursos (Figura 1.15).

FIGURA 1.15.

### Os déficits fiscais persistem devido ao aumento dos pagamentos de juros



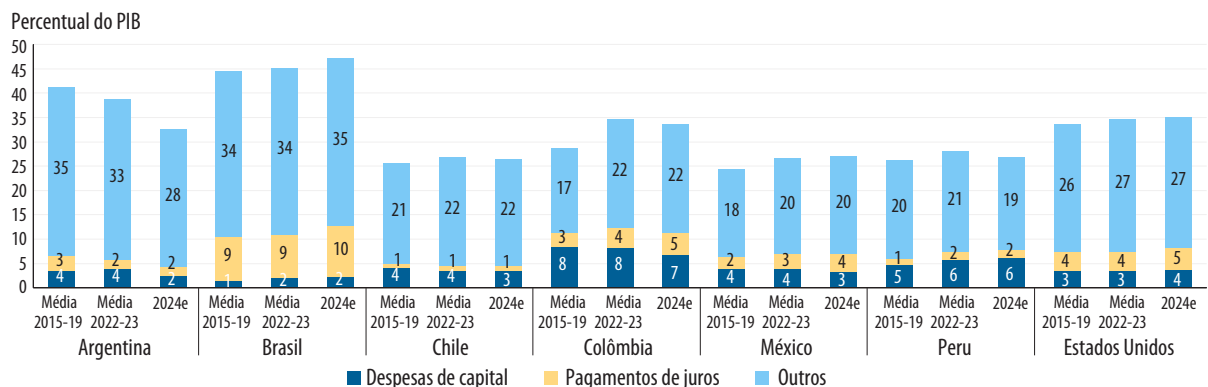
Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa; PIB = produto interno bruto.

Portanto, mesmo que seja improvável uma crise da dívida semelhante à das décadas de 1980 e 1990 na América Latina, a dívida pública relativamente elevada tem um custo alto. O serviço da dívida representa atualmente 10,9 por cento dos gastos dos governos dos ALC-6, afastando os investimentos de áreas como infraestrutura para atender às demandas por bens públicos de seus cidadãos e custear as transferências previdenciárias (Figura 1.16). Conforme discutido no relatório principal do Banco Mundial, *Public Spending Policies in Latin America and the Caribbean: When Cyclicity Meets Rigidities*,<sup>2</sup> a rigidez inerente aos gastos fiscais prejudica a capacidade dos países de navegar por elementos cíclicos, como o aumento acentuado das taxas de juros.

FIGURA 1.16.

### O serviço da dívida tem um grande peso nos gastos públicos e limita os investimentos



Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa; PIB = produto interno bruto.

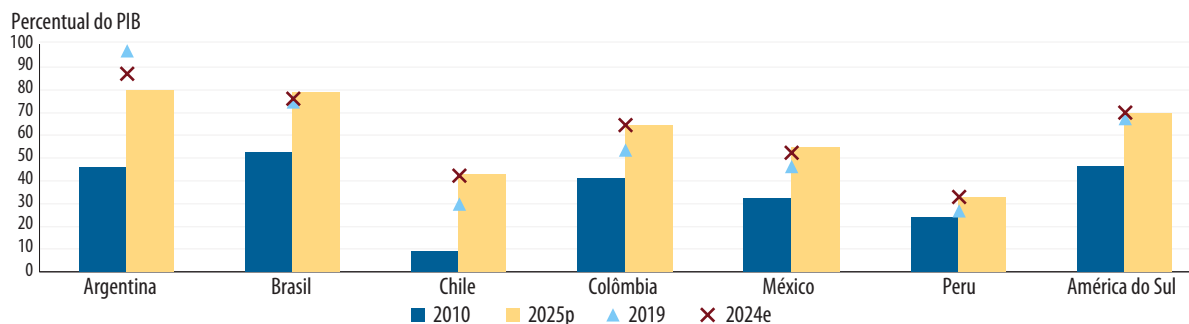
2 Riera-Crichton e Vuletin (2024).

Embora as taxas de juros mais altas sejam parcialmente responsáveis pelo aumento do serviço da dívida, igualmente importante é o incremento persistente do estoque da dívida pública observado em toda a região nos últimos 15 anos. Após aumentarem durante a pandemia, as relações dívida/PIB se estabilizaram devido a déficits menores e ao forte crescimento do PIB na fase de reabertura. No entanto, na ausência de maior consolidação fiscal, não se espera que elas retornem aos níveis observados antes da pandemia na maioria dos países (Figura 1.17). O LACER de outubro de 2022, “Novas Abordagens para Resolver o Déficit Fiscal”, propõe uma estrutura para melhorar as contas fiscais aumentando a mobilização de receitas de maneiras propícias ao crescimento.<sup>3</sup>

FIGURA 1.17.

### A dívida pública está estabilizada em níveis elevados

Estoque geral da dívida do governo



Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa; PIB = produto interno bruto.

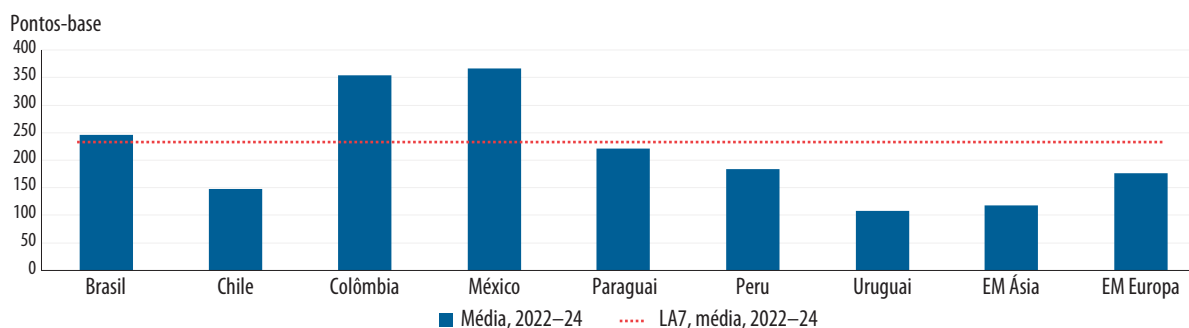
O aumento mais recente dos estoques da dívida ocorre no contexto de taxas de juros relativamente altas na ALC, uma região com histórico de taxas de juros anormalmente altas sobre a dívida pública (Figura 1.18, painel a). O ciclo de aperto da política monetária aumentou os custos de empréstimos para a maioria dos governos dos ALC-5 (Figura 1.18, painéis b e c). A normalização das taxas de juros ajudará a aliviar esse custo, mas é improvável que ele retorne aos níveis da década passada. Na Colômbia e México, os prêmios de risco soberano também contribuíram para o aumento dos custos dos empréstimos.

A exposição ao aumento das taxas de juros depende do nível de endividamento dos países. Enquanto na maioria das economias da ALC-6 houve um aumento dos pagamentos de juros da dívida, nos países menos endividados (Chile e Peru) esse aumento decorre da elevação dos estoques de dívida. Nos outros países, o aumento das taxas de juros teve um papel importante (Figura 1.19).

FIGURA 1.18.

### Os custos dos empréstimos continuam elevados

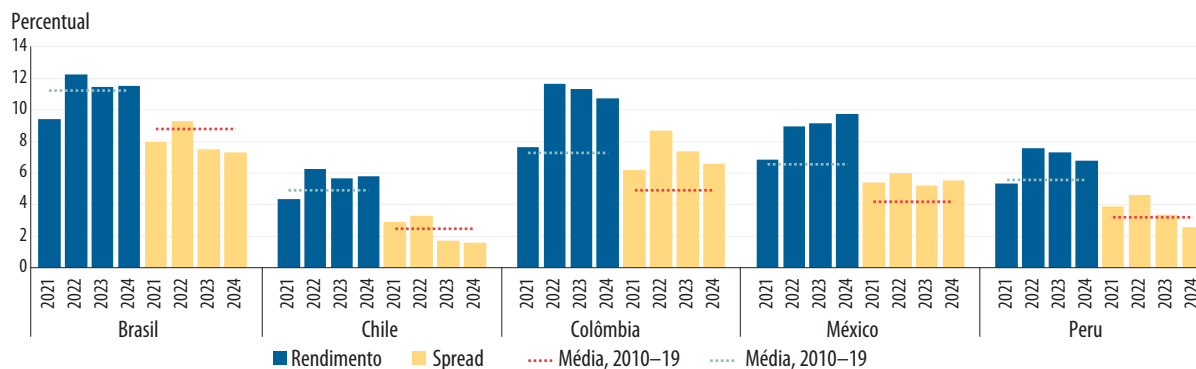
a. Subíndices Diversificados Globais do EMBI, spread de faixa, regiões



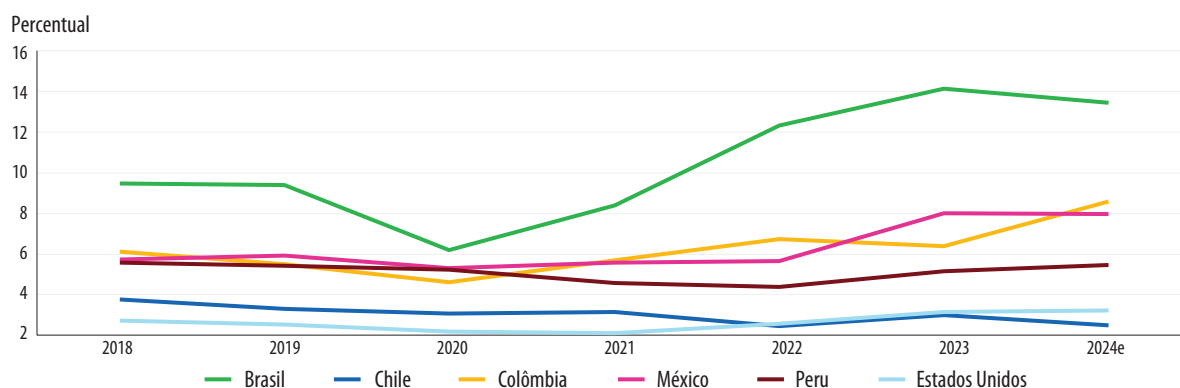
3 Banco Mundial (2022).

Figura 1.18. Os custos dos empréstimos continuam elevados (continuação)

b. Títulos públicos de longo prazo: 10 anos, ALC-5



c. Taxa de juros implícita



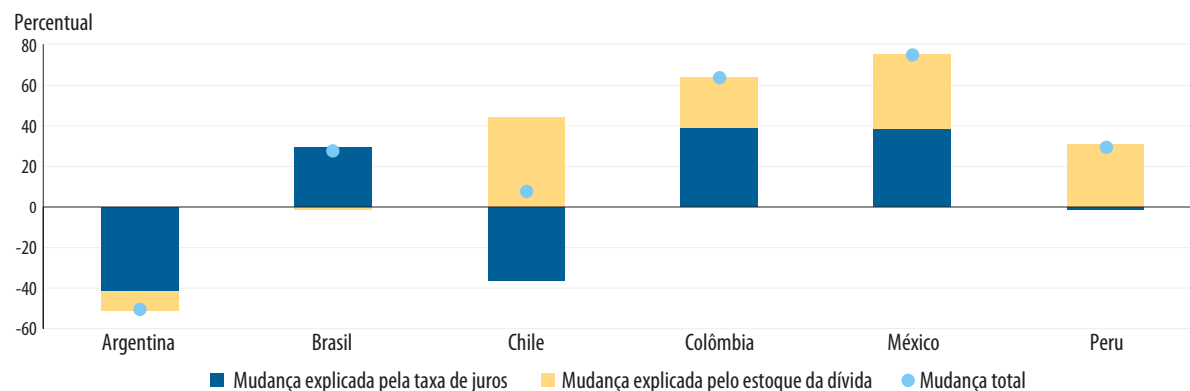
Fontes: Painel a: cálculos da equipe do Banco Mundial baseados em J.P. Morgan. Painel b: cálculos da equipe do Banco Mundial baseados em Haver Analytics, Banco Central do Peru e Dados Econômicos do Federal Reserve dos EUA, Federal Reserve Bank de St. Louis (FRED). Painel c: cálculos da equipe do Banco Mundial baseados em World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: No painel a, o EMBIGD (Índice de Diversificação Global EMBI da J.P. Morgan) monitora os instrumentos de dívida de mercados emergentes líquidos, denominados em dólares americanos, de taxa fixa e flutuante, emitidos por entidades soberanas e quase soberanas. O spread do EMBI reflete a diferença entre o rendimento desses instrumentos e o rendimento dos títulos do Tesouro dos EUA com vencimentos comparáveis. Os agregados são as médias simples. EM Ásia inclui Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia; EM Europa inclui Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Sérvia; LA7 inclui Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru, Uruguai. No painel b, o spread apresentado no gráfico representa a diferença entre os rendimentos dos títulos de governo de 10 anos dos países da ALC-5 e o rendimento dos títulos públicos de 10 anos do Tesouro dos EUA. No painel c, a taxa de juros implícita é medida como a razão entre os pagamentos de juros e o estoque da dívida do período anterior. Convertido para termos reais com o índice de preços ao consumidor (IPC) do Bureau of Labor Statistics dos Estados Unidos. Os valores das taxas de juros implícitas em 2024 são baseados em estimativas (de 10 de abril de 2025). 2024e = estimativa para 2024. EMBI = Emerging Markets Bond Index. ALC-5 inclui Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

FIGURA 1.19.

### Os países mais endividados são mais sensíveis a aumentos de juros

Mudança nos pagamentos de juros, 2018 vs. 2024e



Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: Convertido para termos reais com o índice de preços ao consumidor (IPC) do Bureau of Labor Statistics dos Estados Unidos. Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa.

## Foco no Caribe

As economias caribenhas superaram os países latino-americanos em 2024, embora com diferenças marcantes entre os países dependentes do turismo e os exportadores de commodities (Tabela 1.1). Os países dependentes do turismo recuperaram os níveis de PIB pré-pandemia, impulsionados pela recuperação do setor de turismo. Alguns países já retornaram aos níveis pré-pandemia em termos da chegada de turistas, sugerindo moderação nas taxas de crescimento do setor de serviços; já outros países ainda precisam recuperar o atraso. Mais esforços para melhorar a conectividade e a capacidade hoteleira podem contribuir para a sustentação desse movimento (Figura 1.20, painel a).

Dentre os países exportadores de commodities, Trinidad e Tobago e Suriname foram severamente afetados pela queda acentuada dos preços das commodities durante a pandemia, gerando um declínio proporcional na produção. À medida que os preços se recuperaram a partir de 2021, superando até mesmo os níveis pré-pandemia, o crescimento do PIB acelerou, mas ainda não chegou aos níveis de 2019 (Figura 1.20, painel b). Na Guiana, a recente descoberta e exploração de campos de petróleo tem motivado uma expansão impressionante e sustentada do PIB desde 2020.

TABELA 1.1.

### As perspectivas de crescimento no Caribe excedem a média regional, mas variam

Estimativas e previsões de crescimento do PIB real

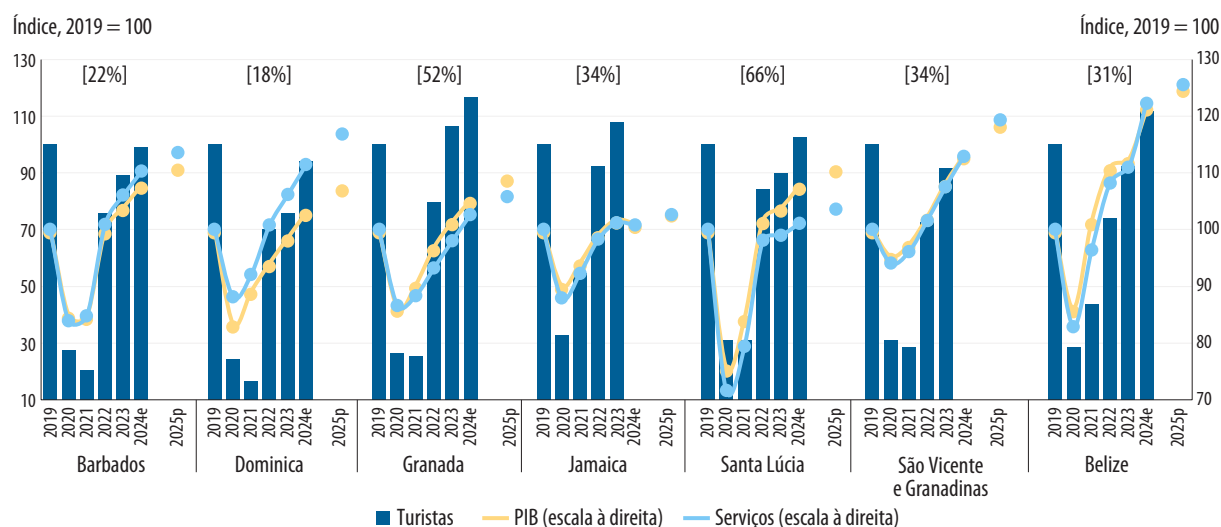
País	2024e	2025p
<b>Exportadores de commodities</b>		
Trinidad e Tobago	1.7	2.8
Suriname	2.8	3.1
Guiana	43.4	10.0
<b>Dependentes de turismo</b>		
São Vicente e Granadinas	4.5	4.9
Santa Lúcia	3.7	2.8
Jamaica	-0.7	1.7
Granada	3.7	3.8
Dominica	4.6	4.3
Belize	8.2	2.8
Barbados	3.8	2.8

Fonte: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).  
Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa; p = previsão.

FIGURA 1.20.

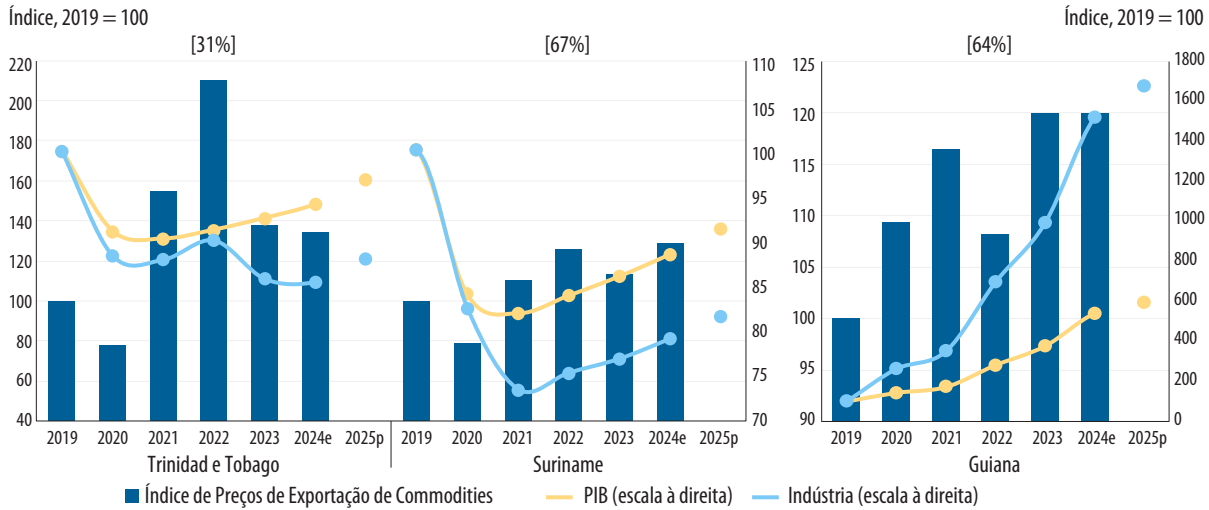
### Embora os países dependentes do turismo tenham recuperado os níveis pré-pandemia, os exportadores de commodities ainda não se recuperaram

a. Países dependentes do turismo



**Figura 1.20. Embora os países dependentes do turismo tenham recuperado os níveis pré-pandemia, os exportadores de commodities ainda não se recuperaram (continuação)**

b. Exportadores de commodities



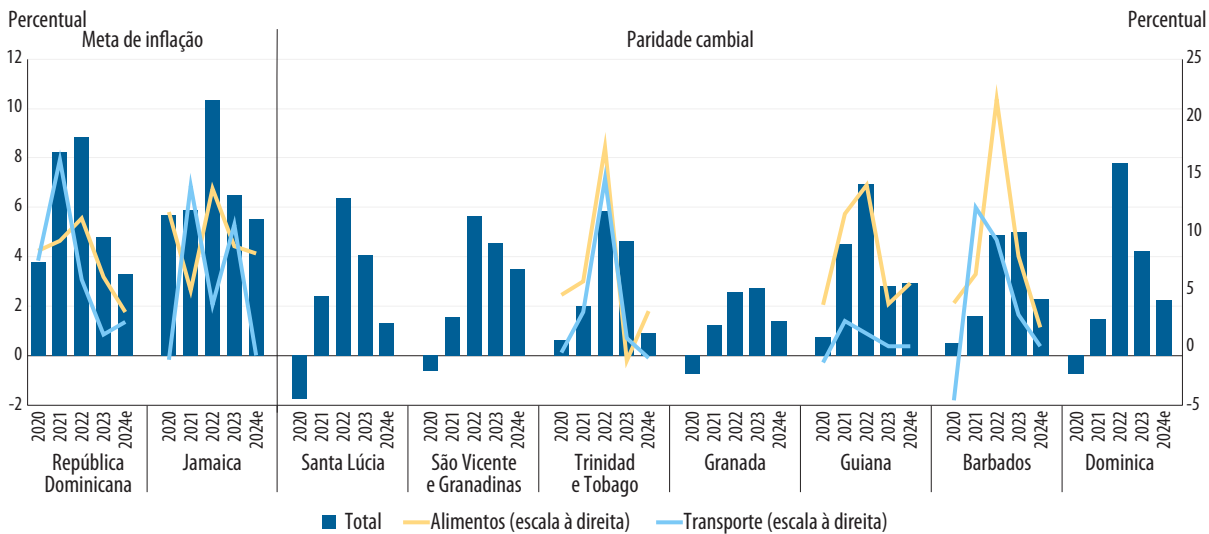
Fontes: Panel a: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025); Tourism Analytics; World Travel & Tourism Council (WTTC); e cálculos da equipe do Banco Mundial; Panel b: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025); UN Comtrade; e Fundo Monetário Internacional (FMI).  
 Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). No painel a, a proporção do turismo em relação ao PIB (2023) aparece entre colchetes; no painel b, a proporção das exportações de bens em relação ao PIB (2023) aparece entre colchetes. e = estimativa; p = previsão; PIB = produto interno bruto.

Assim como no resto da América Latina, os países do Caribe sofreram um aumento considerável da inflação em 2022, associado à dinâmica dos alimentos e combustíveis nos mercados internacionais. Entretanto, visto que a maior parte do Caribe segue um regime monetário de paridade cambial, o pico da inflação foi menos severo do que no resto da América Latina. A Jamaica e República Dominicana, dois países com políticas monetárias de metas de inflação, sofreram o maior aumento da inflação, que se mantém persistente. A normalização dos preços desde 2023 contribuiu para reduzir a inflação em toda a região (Figura 1.21).

**FIGURA 1.21.**

**O aumento da inflação está retrocedendo**

Inflação geral anual



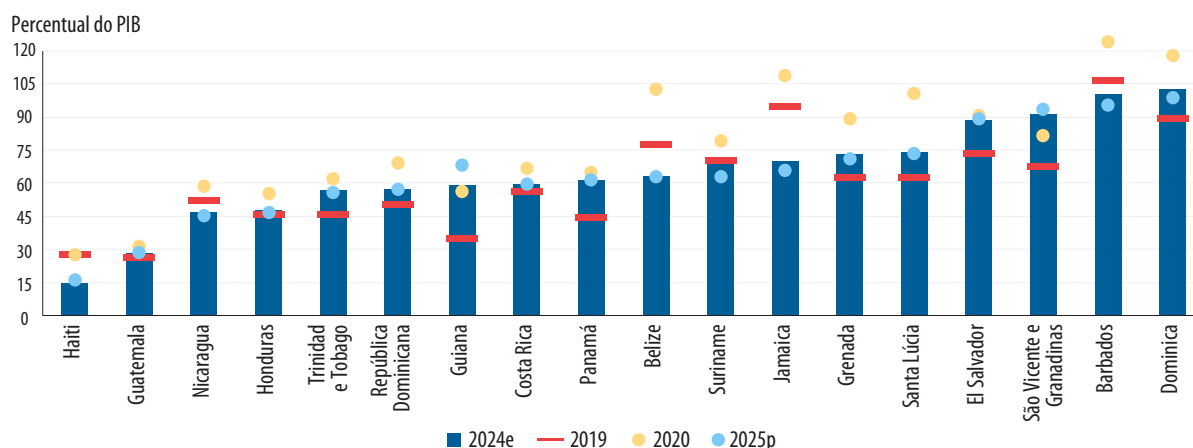
Fontes: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025), Escritório de Estatísticas da Guiana, Serviço Estatístico de Barbados, Fundo Monetário Internacional (FMI) e cálculos da equipe do Banco Mundial.  
 Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa.

A trajetória da dívida pública varia muito entre as regiões do Caribe e da América Central. O crescimento econômico e a disciplina fiscal contribuíram para que alguns países avançassem consideravelmente na redução da relação dívida/PIB, atingindo níveis bem abaixo de antes da pandemia. Conforme discutido no LACER de outubro de 2023,<sup>4</sup> o uso de um Comitê de Supervisão do Programa Econômico (EPOC) pela Jamaica para garantir transparência e construir consenso social em torno da disciplina fiscal pode servir de modelo para a região da ALC. Da mesma forma, Barbados e Belize, que tem lutado contra uma dívida alta na última década, empreendeu uma consolidação fiscal ambiciosa e conseguiu reduzir substancialmente sua relação dívida/PIB. Em contraste, vários países caribenhos altamente endividados ainda precisam adotar medidas para levar a dinâmica da dívida a padrões mais sustentáveis (Figura 1.22).

FIGURA 1.22.

### A trajetória da dívida pública varia muito entre as regiões do Caribe e da América Central

Estoque geral de dívida pública



Fontes: World Bank Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025).

Nota: Os valores são baseados em projeções (de 10 de abril de 2025). e = estimativa; p = previsão; PIB = produto interno bruto.

## Setor Financeiro: os empréstimos não produtivos estão moderados, ao passo que o crescimento do crédito varia de uma sub-região a outra

O processo de contração monetária iniciada em 2022 aumentou os custos de empréstimos para as famílias e empresas de toda a região, levando a um aumento moderado dos empréstimos não produtivos (NPL, *Non-Performing Loans*). À medida que os bancos centrais relaxarem a política monetária, espera-se que os custos dos empréstimos caiam, levando à moderação dos NPLs, tendência essa que já se observa no Brasil, Colômbia e México. No entanto, reduções mais lentas nas taxas de juros nas economias avançadas limitarão a trajetória descendente das taxas domésticas na ALC. Além disso, no Chile, apesar da queda nas taxas de juros, os NPLs têm aumentado constantemente desde 2022, embora a partir de um nível inicial baixo (Figura 1.23).

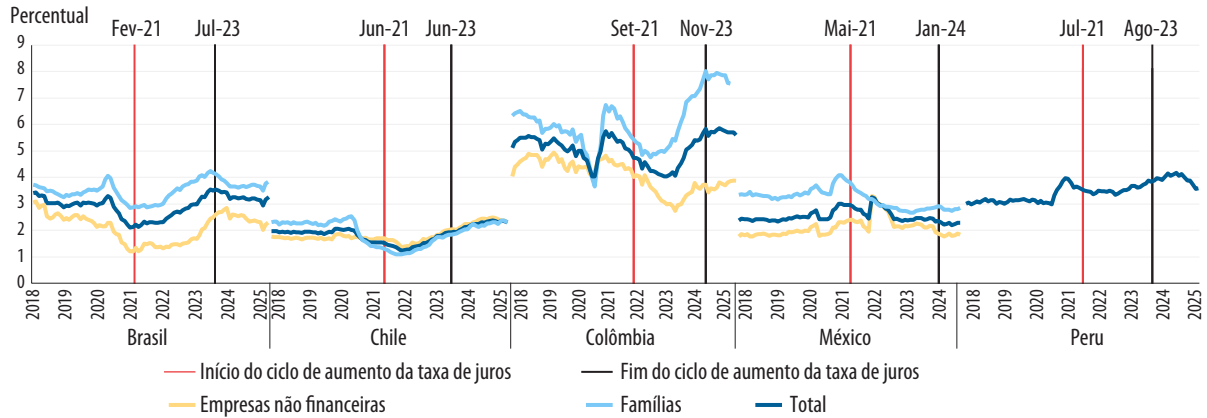
O crescimento do crédito continua a divergir entre a América do Sul e a América Central e Caribe. A maioria dos países sul-americanos apresentou fraco crescimento do crédito, sem conseguir retornar à tendência pré-pandemia (Figura 1.24, painel a). Uma exceção notável é o Paraguai, onde o crescimento do crédito acelerou recentemente para mais de 9 por cento ao ano. Em contraste, a América Central e Caribe apresentam um crescimento bem mais veloz, consistente com sua rápida taxa de crescimento econômico (Figura 1.24, painel b).

4 Banco Mundial (2023).

FIGURA 1.23.

### Apesar da moderação dos empréstimos não produtivos, vigilância ainda se faz necessária

Parcela de empréstimos não produtivos em relação ao total bruto de empréstimos, ALC-5



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em estatísticas nacionais.

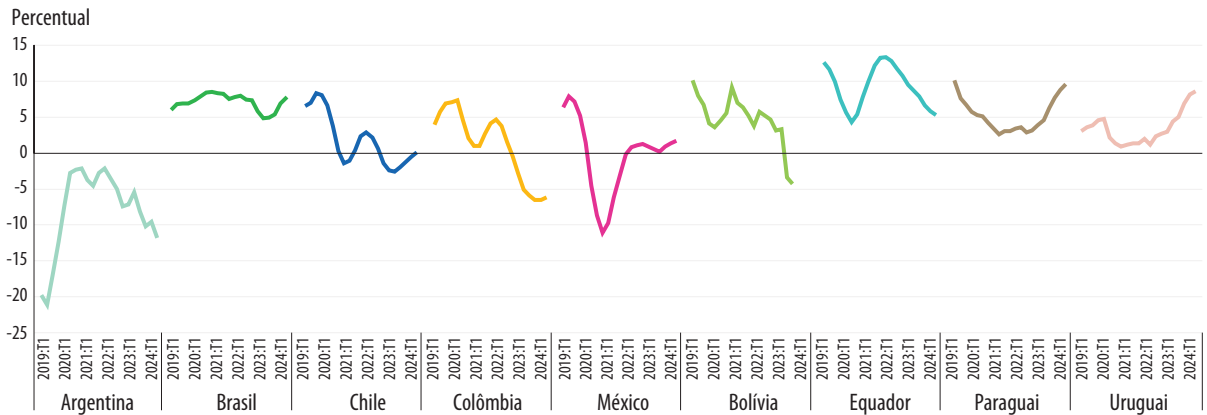
Nota: A dívida das famílias é composta por financiamento imobiliário (hipotecas) e empréstimos para fins de consumo. Empréstimos não produtivos ou inadimplentes são empréstimos cujos pagamentos contratuais encontram-se em atraso. São os empréstimos em atraso há mais de 90 dias nos casos do Brasil, Chile, México e Peru, e 30 dias na Colômbia.

FIGURA 1.24.

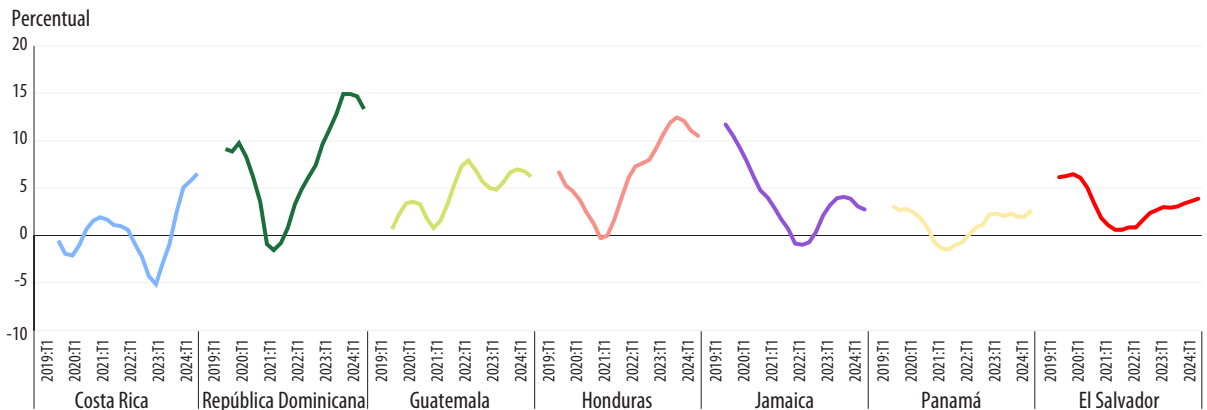
### O crescimento do crédito varia entre as economias da ALC

Crescimento real do crédito (média móvel anual)

a. América do Sul e México



b. América Central e Caribe



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em Haver Analytics.



# Mercados de trabalho e condições sociais: tendências recentes e perspectivas futuras

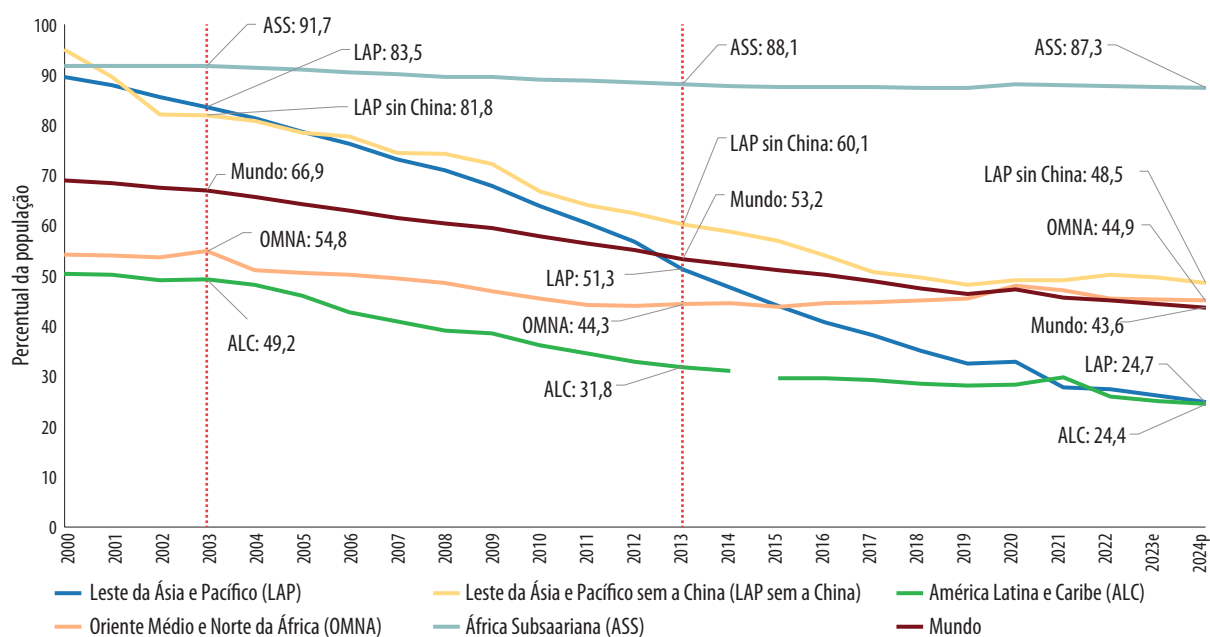
## O crescimento econômico e a redução da pobreza desaceleraram

Os avanços sociais em determinadas variáveis-chave (como a pobreza monetária) acompanharam de perto o desempenho econômico das regiões emergentes. Na ALC, a taxa de pobreza caiu 17,4 pontos percentuais durante a “Década de Ouro” de 2003-2013, com altos preços de commodities e crescimento robusto. No entanto, à medida que o crescimento econômico desacelerou, a redução da pobreza também desacelerou, com uma redução modesta de 7,4 pontos percentuais entre 2013 e 2024 (Figura 1.25).

FIGURA 1.25.

### O ritmo de redução da pobreza acompanha o crescimento econômico nas regiões emergentes

Taxas de pobreza por região do mundo, 2000–24



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em “Regional Poverty and Inequality Update, Latin America and the Caribbean, outubro de 2024” (Prática Global de Pobreza e Equidade do Grupo Banco Mundial). Os dados sobre a região da ALC foram extraídos do Banco de Dados do LAC Equity Lab do Grupo Banco Mundial; os dados sobre as outras regiões são provenientes da Plataforma de Pobreza e Desigualdade (PiP) do Grupo Banco Mundial. Os dados sobre a China são do Macro Poverty Outlook do Grupo Banco Mundial (última atualização: 10 de abril de 2025).

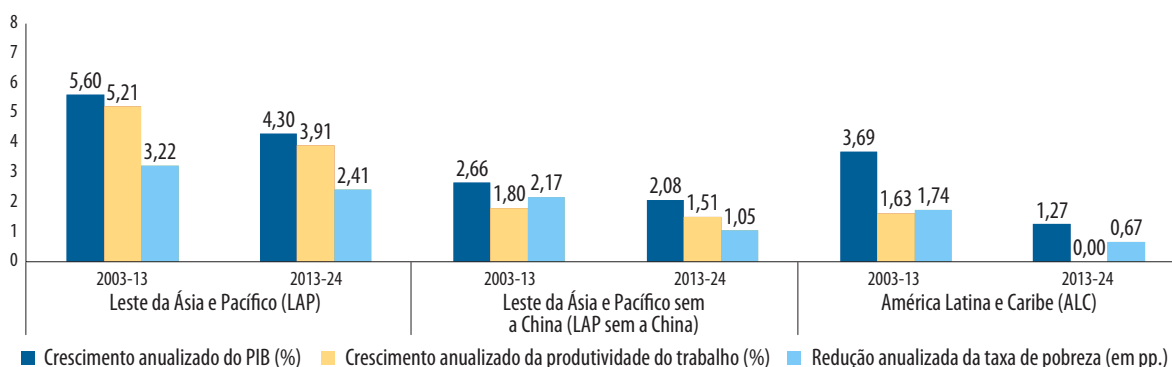
Nota: A figura usa uma linha de pobreza para os países de renda média-alta de USD 6,85/dia em PPC de 2017. O agregado regional da ALC baseia-se em 18 países da região que dispõem de microdados em nível nacional. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados usando uma combinação de métodos, incluindo micro-simulações, e depois reunidos para gerar estimativas regionais. Devido às amplas revisões metodológicas da pesquisa domiciliar oficial do México em 2016, que causaram uma descontinuidade na série de pobreza, foi introduzida uma interrupção na série dos ALC-18 a partir de 2015. Para outras regiões, os valores de 2023 e 2024 foram estimados pelo modelo *nowcasting* implementado pelo PiP. A estimativa para o Leste da Ásia e Pacífico (menos a China) é derivada subtraindo-se os dados da China sobre a população pobre e a população total dos agregados do Leste da Ásia e Pacífico publicados pelo PiP. e = estimativa; p = previsão; PPC = paridade do poder de compra.

Em contraste, regiões com crescimento mais sustentado do PIB e da produtividade do trabalho, como o Leste da Ásia e Pacífico (LAP), reduziram a pobreza de forma mais agressiva nos dois períodos (Figura 1.26). O LAP, liderado pelo forte desempenho da China, alcançou a taxa de pobreza da ALC.

FIGURA 1.26.

### A redução da pobreza na ALC desacelerou na última década e foi superada por regiões com crescimento mais forte

Crescimento econômico, crescimento da produtividade do trabalho e redução da pobreza, 2000–24



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na SEDLAC (CEDLAS-Banco Mundial), *Macro Poverty Outlook*, *Poverty and Inequality Platform* (PIP) e *World Development Indicators* (WDI).  
 Nota: PIB medido em termos reais. A produtividade do trabalho é o PIB (em dólares internacionais constantes de 2021, PPC) por pessoa empregada. A figura usa uma linha de pobreza para os países de renda média-alta de USD 6,85/dia em termos de PPC de 2017. pp = pontos percentuais; PPC = paridade do poder de compra.

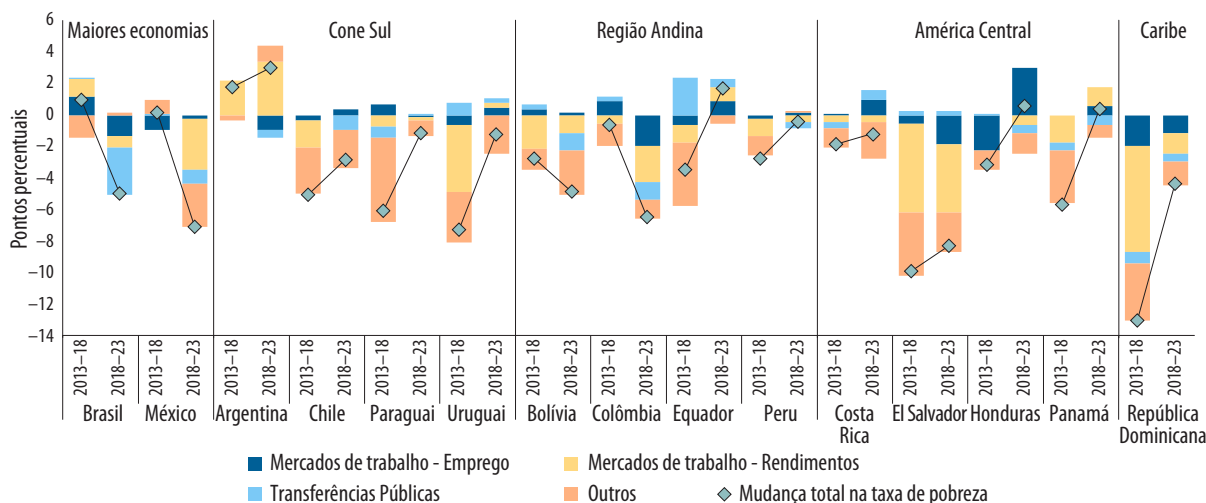
## Principais motivadores da redução da pobreza

A ALC apresenta tendências divergentes em matéria de redução da pobreza (Figura 1.27). Embora a maioria dos países tenha reduzido a pobreza em um ritmo mais lento no período de 2018-23 do que no período de 2013-18, no Brasil, Colômbia e México a redução da pobreza acelerou, em grande parte devido à melhoria dos mercados de trabalho.

FIGURA 1.27.

### As tendências de redução da pobreza na ALC melhoraram no Brasil e no México, enquanto a maioria dos outros países sofreu retrocessos em 2018–23

Contribuição das fontes de rendimento familiar para as mudanças na taxa de pobreza



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na SEDLAC (CEDLAS-Banco Mundial) (última atualização: outubro de 2024).  
 Nota: A figura usa uma linha de pobreza para os países de renda média-alta de USD 6,85/dia em paridade de poder de compra (PPC) de 2017. A categoria “Outros” inclui remessas, aposentadoria e previdência, dados demográficos (proporção de pessoas entre 15 e 64 anos) e outras rendas não trabalhistas.

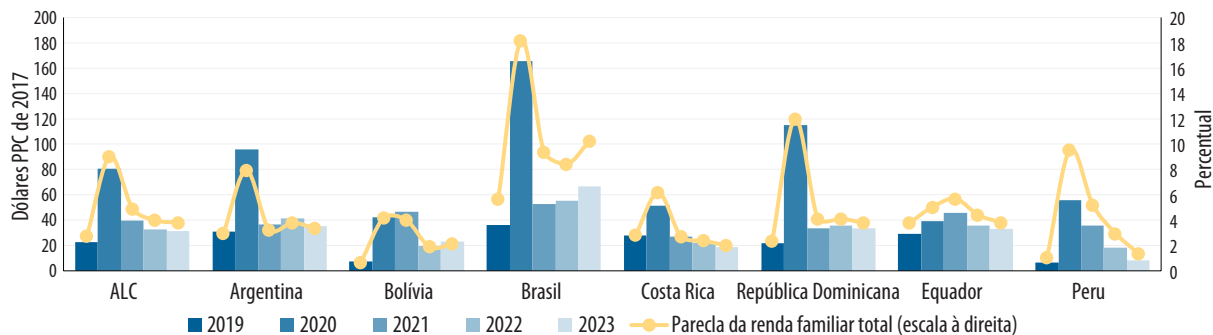
A dinâmica dos mercados de trabalho e das transferências públicas explica a maior parte (mais de 65 por cento) da redução da pobreza na ALC nesse período. O desempenho dos rendimentos reais—ditado principalmente pela capacidade dos rendimentos nominais do trabalho de acompanhar a inflação, foi o fator crucial, superando o impacto

dos níveis de emprego. As transferências públicas também tiveram um papel fundamental tanto no aumento dos ganhos (no Brasil, por exemplo, por meio do Programa Bolsa Família) quanto na diminuição dos retrocessos na redução da pobreza. À medida que as transferências públicas da era da pandemia retornam, ainda que de forma incompleta, aos níveis anteriores a 2020 (Figura 1.28) e os governos enfrentam preocupações fiscais, espera-se que a redução da pobreza se torne ainda menos dependente desse canal nos próximos anos. Sendo assim, daqui para frente a evolução dos mercados de trabalho será cada vez mais vital para o combate à pobreza.

FIGURA 1.28.

### As transferências públicas retornaram em grande parte aos níveis pré-pandemia em meio a um espaço fiscal limitado

Valor médio das transferências públicas por família e participação média das transferências públicas na renda familiar total



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na SEDLAC (CEDLAS-Banco Mundial).

Nota: As barras referentes à ALC apresentam a média simples/não ponderada de sete países: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, República Dominicana, Equador e Peru. ALC = América Latina e Caribe; PPC = paridade do poder de compra.

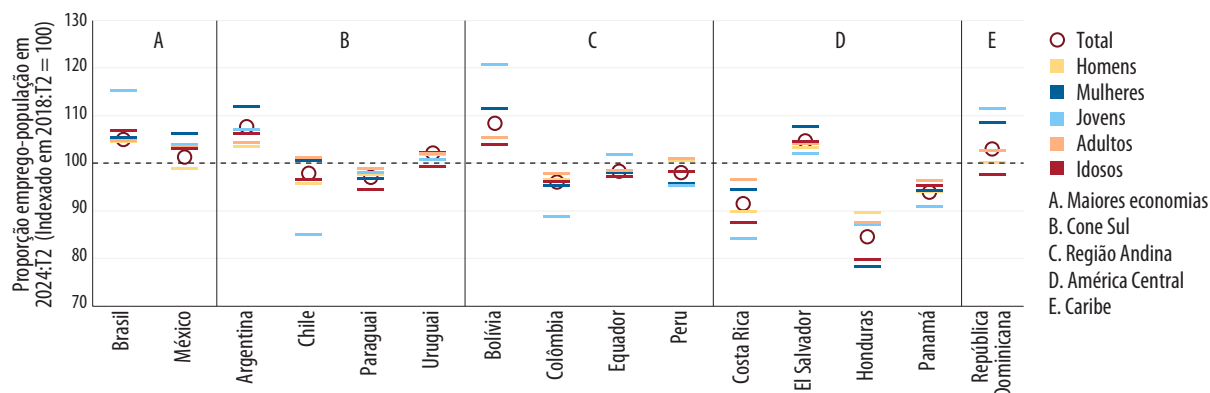
## Tendências de emprego e renda do trabalho

Em meados de 2024, as taxas de emprego já haviam retornado, em grande parte, aos níveis pré-pandemia, com algumas exceções em grupos específicos (Figura 1.29). Além disso, as três maiores economias da região—Brasil, México e Argentina—já apresentavam taxas de desemprego historicamente baixas em meados de 2024 (Figura 1.30). Essa situação diminui a probabilidade de aferir-se ganhos sociais substanciais a partir do aumento da taxa de emprego, pelo menos no curto prazo. As políticas sociais, portanto, devem se concentrar na qualidade (e não na quantidade) dos empregos.

FIGURA 1.29.

### Em meados de 2024, as taxas de emprego já haviam retornado, em sua maioria, aos níveis pré-pandemia, com algumas exceções

Proporção emprego-população



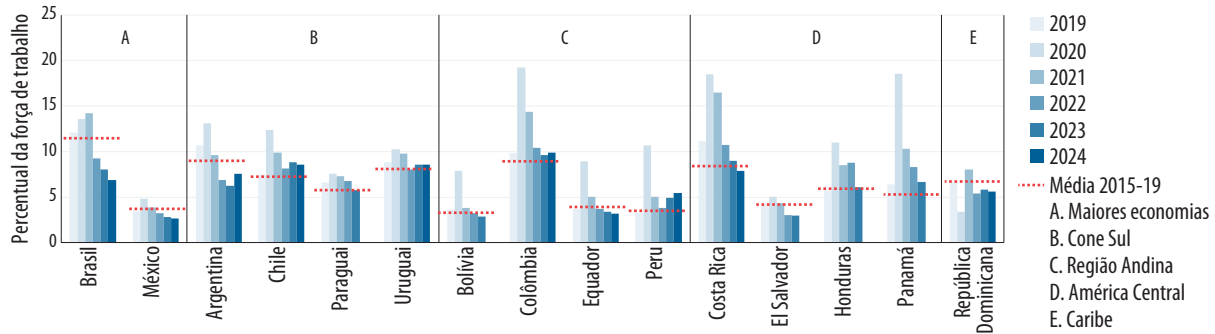
Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o Banco de Dados de Estimativas Modeladas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ILOSTAT [banco de dados] (<https://ilostat.ilo.org/data/>).

Nota: A proporção emprego-população é o emprego total dividido pela população em idade ativa. Devido à disponibilidade de dados, em relação à Bolívia os períodos comparados são 2023:T4 e 2018:T4; nos casos de El Salvador, Honduras e Panamá, são 2023 e 2018.

FIGURA 1.30.

**As três maiores economias da região—Brasil, México e Argentina—já apresentavam taxas de desemprego historicamente baixas em meados de 2024**

Taxa de desemprego, 2019–24



Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o Banco de Dados de Estimativas Modeladas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ILOSTAT [banco de dados] (<https://ilostat.ilo.org/data/>). Os dados no gráfico são principalmente do segundo trimestre de cada ano. Porém, no caso da Bolívia, os dados correspondem ao quarto trimestre. Em relação a El Salvador, Honduras, Panamá e Paraguai, os dados são informados anualmente.  
Nota: A taxa de desemprego é o desemprego total dividido pela força de trabalho.

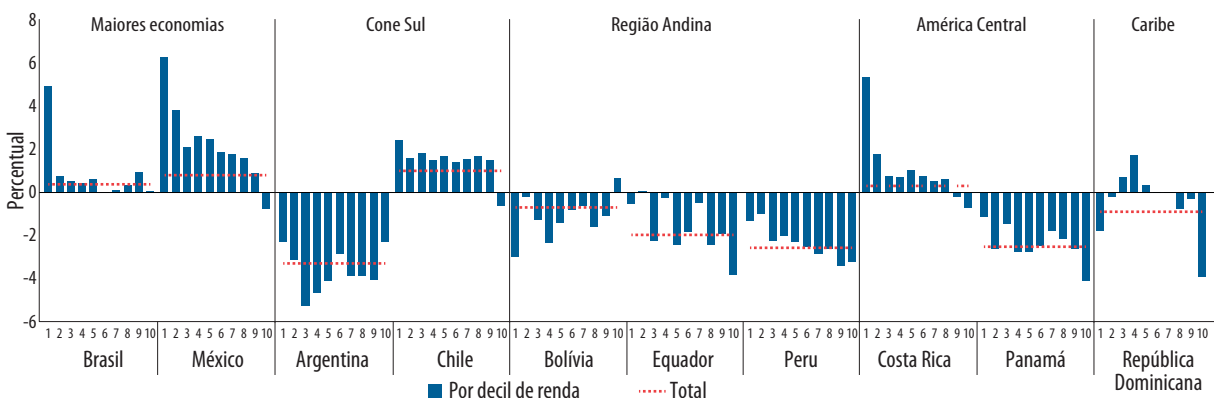
A renda do trabalho apresenta um panorama misto. Até 2023, a renda média real individual do trabalho ficou estagnada ou caiu em toda a região (veja as linhas pontilhadas na Figura 1.31). Essa tendência foi particularmente evidente na classe média de vários países, onde a renda do trabalho teve dificuldade de acompanhar a inflação. Entretanto, no Brasil e no México, o desempenho relativamente melhor dos decis de renda mais baixa permitiu que esses países ainda assim conseguissem reduzir a pobreza. Além disso, a relativa rigidez dos mercados de trabalho após a pandemia acelerou o ritmo de crescimento dos salários reais na maioria dos países, principalmente no México, Colômbia e Brasil.

Aumentar a disponibilidade de empregos em empresas de maior produtividade e melhores salários é um dos principais canais para se ampliar os ganhos da década anterior em matéria de combate à pobreza. Os empregos disponíveis na ALC, no entanto, estão estagnados desde 2018 em quesitos como tamanho do empregador e informalidade (Figuras 1.32 e 1.33), sugerindo que, em consonância com o baixo crescimento da produtividade, os empregos não oferecem melhores oportunidades hoje do que ofereciam em 2018. As tendências globais recentes relativas à inteligência artificial e transição verde apresentam oportunidades para a criação de empregos de alta produtividade e alta remuneração (Quadros B1.1 e B1.2).

FIGURA 1.31.

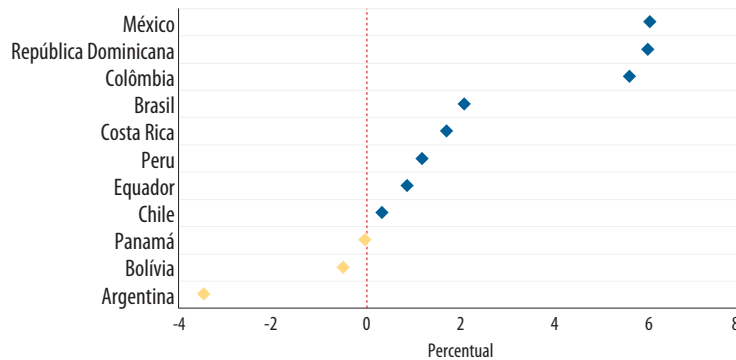
**A renda do trabalho ficou estagnada na maioria dos países, com ganhos nos decis de renda mais baixos no Brasil, Colômbia e México**

a. Crescimento anualizado da renda real individual do trabalho por decil, 2018–23



**Figura 1.31. A renda do trabalho ficou estagnada na maioria dos países, com ganhos nos decis de renda mais baixos no Brasil, Colômbia e México (continuation)**

b. Crescimento anualizado dos salários reais, 2021–23

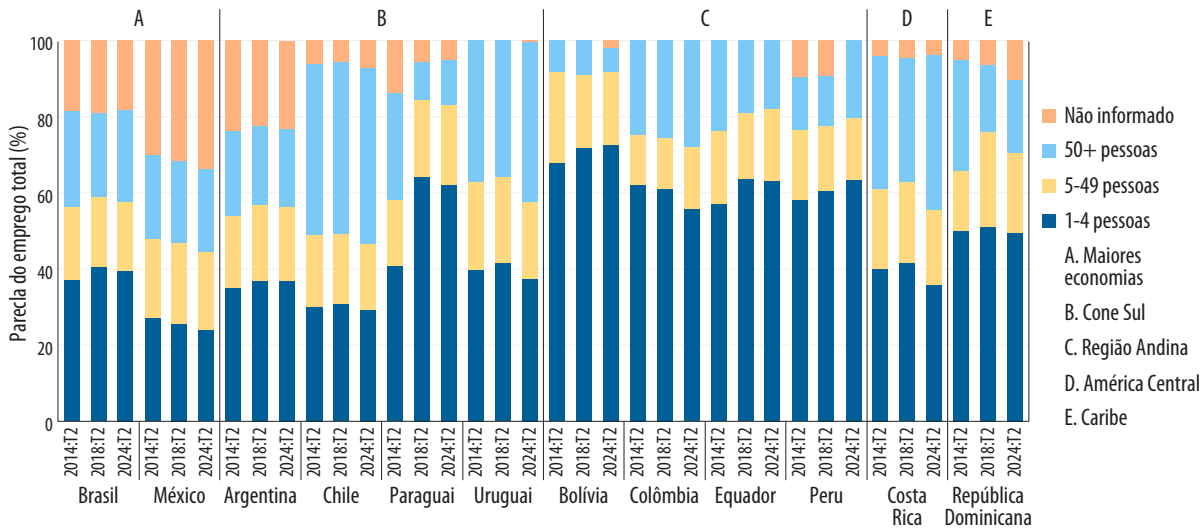


Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base na SEDLAC (CEDLAS-Banco Mundial).  
 Nota: No caso da Argentina, os dados abarcam apenas áreas urbanas. No painel a, em relação ao Chile, o valor de 2017 é usado para 2019 e o valor de 2022, para 2023; no México, o valor de 2018 é usado para 2019 e o valor de 2022, para 2023. No painel b, em relação ao Chile e México, o valor de 2020 é usado para 2021, e o valor de 2022, para 2023.

**FIGURA 1.32.**

**O emprego na maioria dos países da ALC está altamente concentrado em pequenas empresas com 1 a 4 trabalhadores**

Composição do emprego por tamanho da empresa



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o Banco de Dados de Estimativas Modeladas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ILOSTAT [banco de dados] (<https://ilostat.ilo.org/data/>).

Nota: Devido a questões de disponibilidade de dados, em relação à Bolívia os períodos comparados são 2023:T4 e 2015:T4; no caso do Uruguai, são 2014:T2, 2018:T2 e 2021:T2.

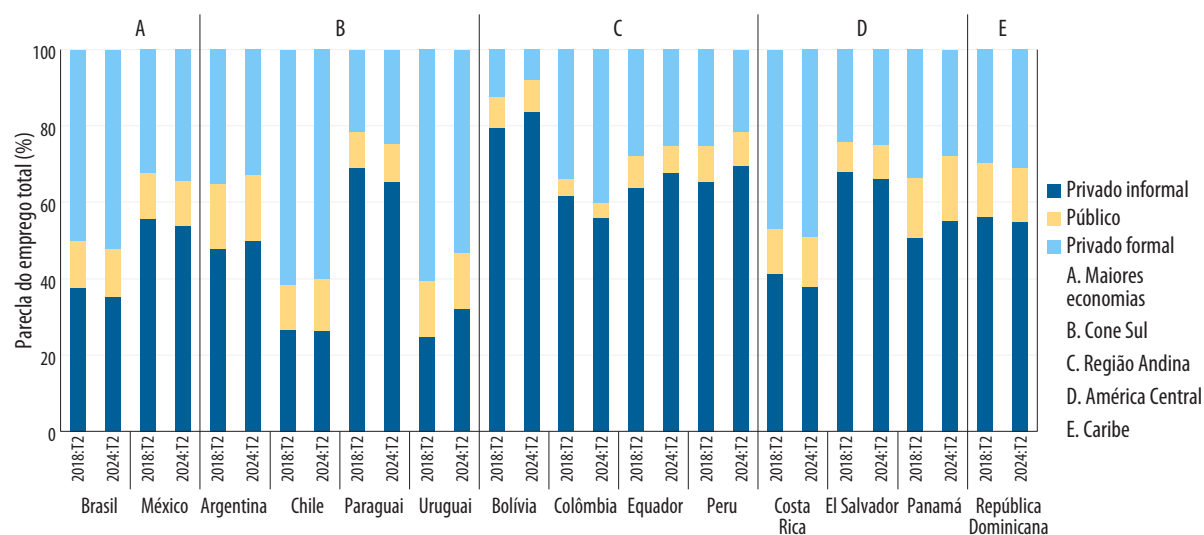
Um conjunto substancial de referências aponta que o trabalho autônomo informal muitas vezes surge como alternativa desejável (e muitas vezes mais bem remunerada) aos empregos formais de baixa produtividade aos quais os trabalhadores de baixa escolaridade podem ter acesso.<sup>5</sup> No caso da ALC, as taxas de informalidade persistentemente altas surgem da interação entre o baixo crescimento do setor formal, as regulações custosas do mercado de trabalho e a falta de qualificação (Figura 1.34), fatores esses que limitam a oferta de alternativas atraentes no setor formal.

5 Perry et al. (2007).

FIGURA 1.33.

## O baixo crescimento da ALC, a falta de qualificação e a rigidez das regras trabalhistas perpetuam o grande setor informal

Distribuição do emprego por setor institucional e formalidade



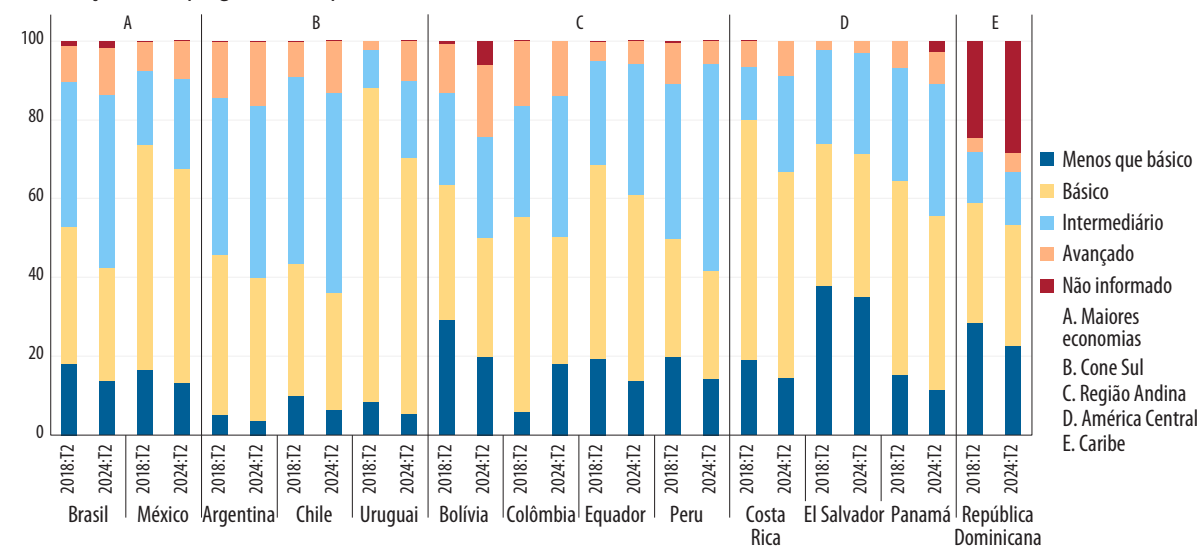
Fonte: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o Banco de Dados de Estimativas Modeladas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ILOSTAT [banco de dados] (<https://ilostat.ilo.org/data>).

Nota: Devido questões de disponibilidade de dados, em relação à Bolívia os períodos comparados são 2023:T4 e 2018:T4; nos casos de El Salvador e Panamá, são 2023 e 2018.

FIGURA 1.34.

## A maioria da força de trabalho informal tem ensino básico ou menos que básico

Distribuição do emprego informal por nível de escolaridade



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o Banco de Dados de Estimativas Modeladas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ILOSTAT [banco de dados] (<https://ilostat.ilo.org/data>).

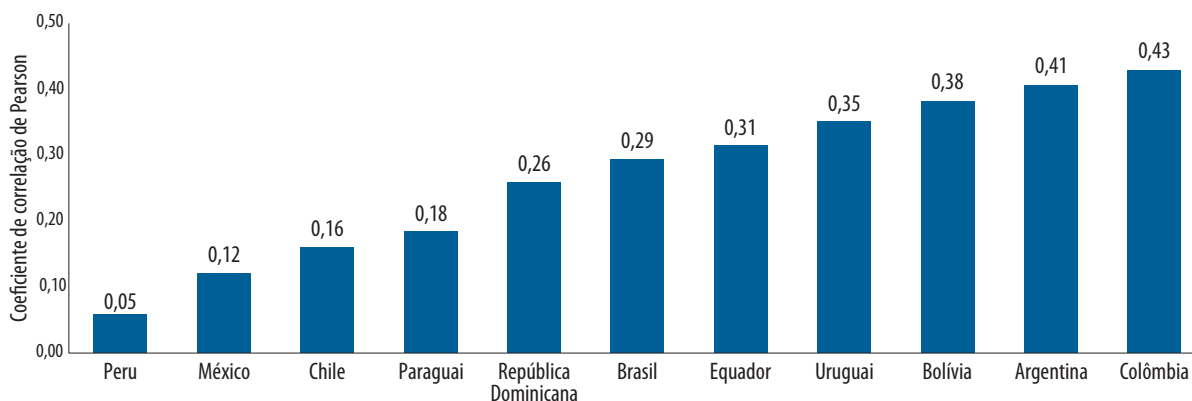
Nota: Devido questões de disponibilidade de dados, em relação à Bolívia os períodos comparados são 2023:T4 e 2018:T4; nos casos de El Salvador e Panamá, são 2023 e 2018.

Reformas que promovam o crescimento e aumentem a produtividade do trabalho são o principal canal de longo prazo para revitalizar os ganhos reais do trabalho. Conforme já indicado na literatura e evidenciado em toda a região, há uma associação positiva entre o crescimento da produtividade do trabalho, o emprego e o crescimento dos rendimentos reais do trabalho (Figura 1.35). Além disso, existe um potencial significativo de melhorar a produtividade do trabalho

FIGURA 1.35.

### O aumento da produtividade do trabalho leva ao crescimento dos rendimentos reais do trabalho em toda a região

Correlação entre as taxas de crescimento anual dos rendimentos mensais reais dos empregados e a produtividade do trabalho, 2000–22



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o Banco de Dados de Estimativas Modeladas da OIT (Organização Internacional do Trabalho); ILOSTAT [banco de dados] (<https://ilostat.ilo.org/data/>); Banco de Dados de Contas Nacionais – Análise dos Principais Agregados (AMA); UN-DESA [banco de dados] (<https://unstats.un.org/unsd/snaama/>); e *World Economic Outlook* (WEO).

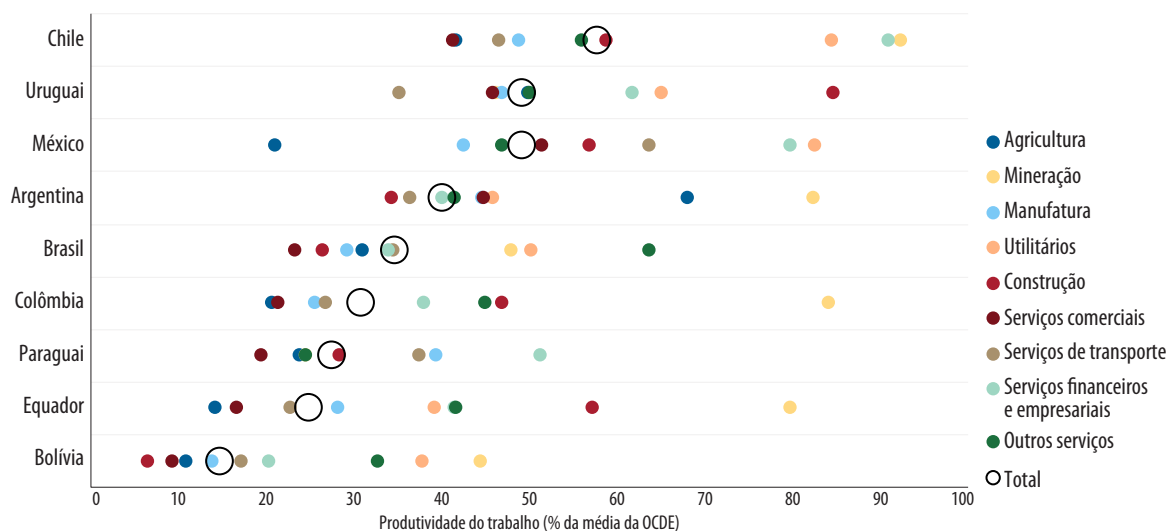
Nota: A produtividade do trabalho é medida como PIB real por trabalhador. Os rendimentos mensais foram ajustados pela inflação usando-se o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). A figura ilustra uma correlação “contemporânea”, que não leva em conta os efeitos de repasse dinâmicos que poderiam resultar na transmissão tardia dos ganhos de produtividade do trabalho para ganhos reais dos empregados.

na região. Estimativas pré-pandemia detalhadas por setor econômico indicam uma produtividade geral de apenas 20 a 60 por cento dos níveis dos estados-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com variação considerável entre os setores (Figura 1.36). Apesar da associação positiva entre produtividade e renda do trabalho, ainda não se sabe ao certo se há instituições no mercado de trabalho que impedem que o repasse seja maior e quais reformas seriam necessárias para aumentá-lo.

FIGURA 1.36.

### O potencial de melhoria da produtividade do trabalho é considerável

Produtividade do trabalho como percentual da média da OCDE, 2018



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando séries harmonizadas do Banco de Dados de Produtividade Agregada e Setorial do Banco Mundial [banco de dados] (<https://prosperitydata360.worldbank.org/en/dataset/WB+ASPD>) (última atualização: 27 de março de 2024).

Nota: A produtividade do trabalho é medida como PIB real por trabalhador (em dólares internacionais de 2011 ajustados pela PPC). A média da OCDE exclui os países da América Latina e Caribe. OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; PPC = paridade de poder de compra

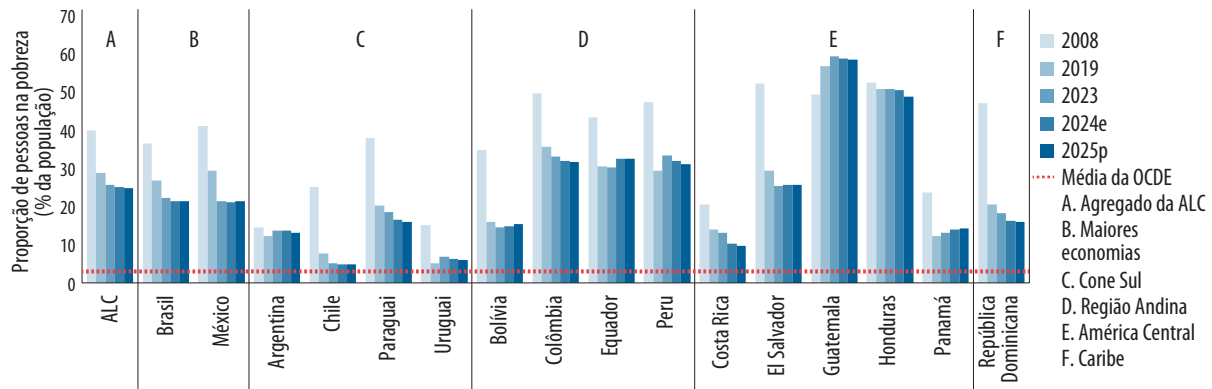
## Reconhecendo os avanços sociais e os desafios futuros

No geral, é importante reconhecer os ganhos impressionantes na redução da pobreza na ALC nas últimas duas décadas e, ao mesmo tempo, reconhecer também que o ritmo desses avanços diminuiu consideravelmente e que, na maioria dos países da região, ainda há muito a ser feito, especialmente considerando-se a taxa média de pobreza da OCDE (Figura 1.37). Em termos de redução da desigualdade de renda, houve avanços mais moderados na redução do coeficiente de Gini. Até o final de 2024, no entanto, a maior parte da região ainda se encontrava acima do alto limite de desigualdade adotado pelo Banco Mundial, caracterizado pelo coeficiente de Gini acima de 40 (Figura 1.38).

FIGURA 1.37.

### A ALC produziu ganhos impressionantes na redução da pobreza nas últimas duas décadas

Evolução das taxas de pobreza



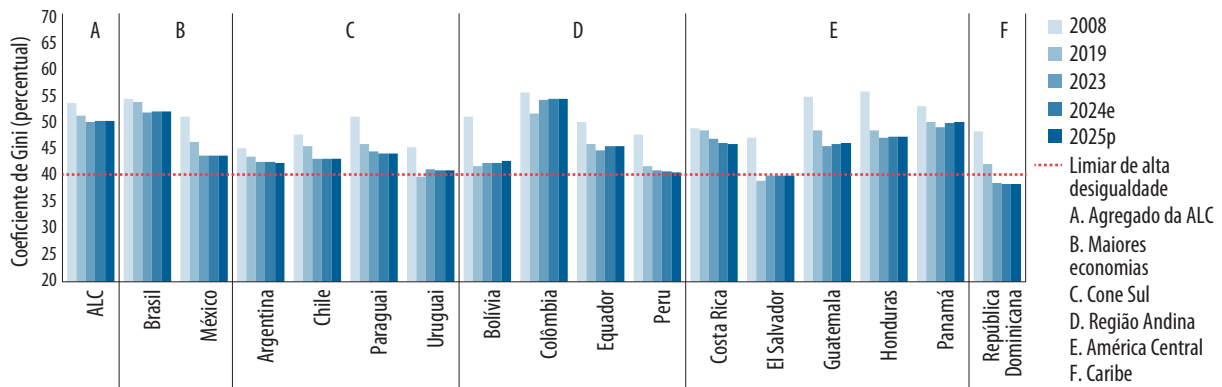
Fonte: World Bank Macro Poverty Outlook (abril de 2025, no prelo).

Nota: A figura usa uma linha de pobreza para os países de renda média-alta de USD 6,85/dia em PPC de 2017. No caso da Argentina, os dados abarcam apenas áreas urbanas. Para o Brasil, Costa Rica, República Dominicana, Honduras, México e o agregado da ALC, devido a pesquisas e mudanças metodológicas, o valor de 2008 não é totalmente comparável com o resto da série. Para Colômbia, Paraguai e Uruguai, devido a pesquisas e mudanças metodológicas, os valores a partir de 2023 não são totalmente comparáveis com o resto da série. No caso do Chile, o valor de 2009 é usado para 2008 e o valor de 2017, para 2019. Em relação à Guatemala, o valor de 2006 é usado para 2008 e o valor de 2014, para 2019. Para o México, o valor de 2018 é usado para 2019. Os números relativos ao México em 2023, 2024 e 2025 são projeções que usam distribuição neutra (2022) com repasse = 0,87, com base no PIB per capita em unidades monetárias locais constantes (LCU, local currency units). O agregado regional da ALC baseia-se em 18 países da região que dispõem de microdados em nível nacional. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados usando uma combinação de métodos, incluindo micro-simulações, e depois reunidos para gerar estimativas regionais. Atualizado em 10 de abril de 2025. 2024e = estimativa para 2024. 2025p = previsão para 2025. ALC = América Latina e Caribe; PPC = paridade do poder de compra.

FIGURA 1.38.

### Os avanços na redução da desigualdade de renda foram moderados

Evolução do coeficiente de Gini



Fonte: World Bank Macro Poverty Outlook (abril de 2025, no prelo).

Nota: No caso da Argentina, os dados abarcam apenas áreas urbanas. Para o Brasil, Costa Rica, República Dominicana, Honduras, México e o agregado da ALC, devido a pesquisas e mudanças metodológicas, o valor de 2008 não é totalmente comparável com o resto da série. Para Colômbia, Paraguai e Uruguai, devido a pesquisas e mudanças metodológicas, os valores a partir de 2023 não são totalmente comparáveis com o resto da série. No caso do Chile, o valor de 2009 é usado para 2008 e o valor de 2017, para 2019. Em relação à Guatemala, o valor de 2006 é usado para 2008 e o valor de 2014, para 2019. Para o México, o valor de 2018 é usado para 2019. Os números relativos ao México em 2023, 2024 e 2025 são projeções que usam distribuição neutra (2022) com repasse = 0,87, com base no PIB per capita em unidades monetárias locais constantes (LCU, local currency units). O agregado regional da ALC baseia-se em 18 países da região que dispõem de microdados em nível nacional. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados usando uma combinação de métodos, incluindo micro-simulações, e depois reunidos para gerar estimativas regionais. Atualizado em 10 de abril de 2025. 2024e = estimativa para 2024. 2025p = previsão para 2025. ALC = América Latina e Caribe.



## Desvio de Migração

Além de endurecerem suas políticas comerciais, várias economias avançadas também adotaram regimes migratórios mais restritivos nos últimos anos. Essa mudança é especialmente relevante para a ALC porque 7,3 por cento de todos os cidadãos da região são migrantes e o fluxo de migrantes tem aumentado constantemente nos últimos 15 anos (Figura 1.39). Além disso, vários países da América Central e Caribe são altamente dependentes das remessas que seus expatriados enviam para casa, que em alguns casos excedem 20 por cento do PIB nacional.

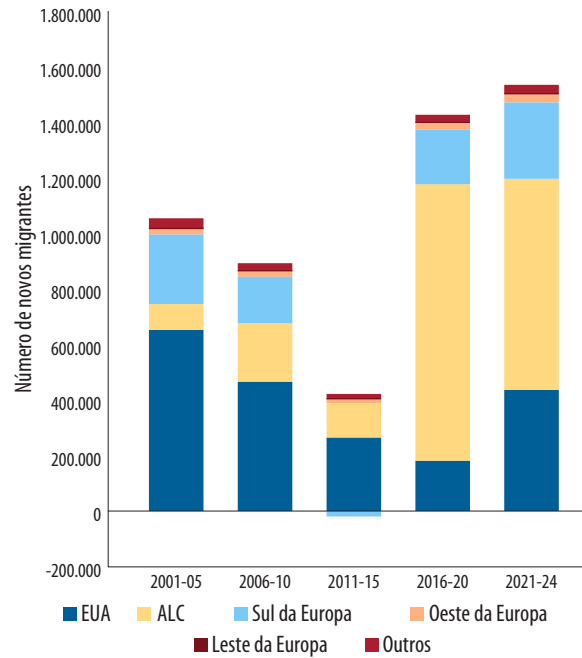
As normas migratórias mais rigorosas nos Estados Unidos causaram uma mudança nos fluxos de migrantes dos Estados Unidos para a América Latina e, embora de forma menos proeminente, para o sul da Europa (principalmente para a Espanha, Itália e Portugal). Embora em 2006-15 a maioria dos novos migrantes tenha se mudado para os Estados Unidos (56 por cento) e apenas 26 por cento para outros países da ALC, na última década a migração dentro da região passou a representar 61 por cento de todos os novos migrantes e a migração para os Estados Unidos, 20 por cento (Figura 1.40). No entanto, o maior estoque de migrantes da ALC ainda está nos Estados Unidos (55 por cento) (Figura 1.41), embora a parcela seja bem menor do que há uma década (68 por cento). No mesmo período, a participação dos outros países da ALC aumentou de 17 para 29 por cento.

A mudança nos destinos foi acompanhada por uma mudança também nos países de origem. A crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela promoveu uma diáspora entre seus cidadãos, o que, junto com o crescimento relativamente alto das economias do México e do Caribe, diminuiu os incentivos para os moradores locais emigrarem.

FIGURA 1.39.

### Os fluxos migratórios líquidos da ALC continuam aumentando

Fluxo migratório líquido da ALC, anualizado, por destino

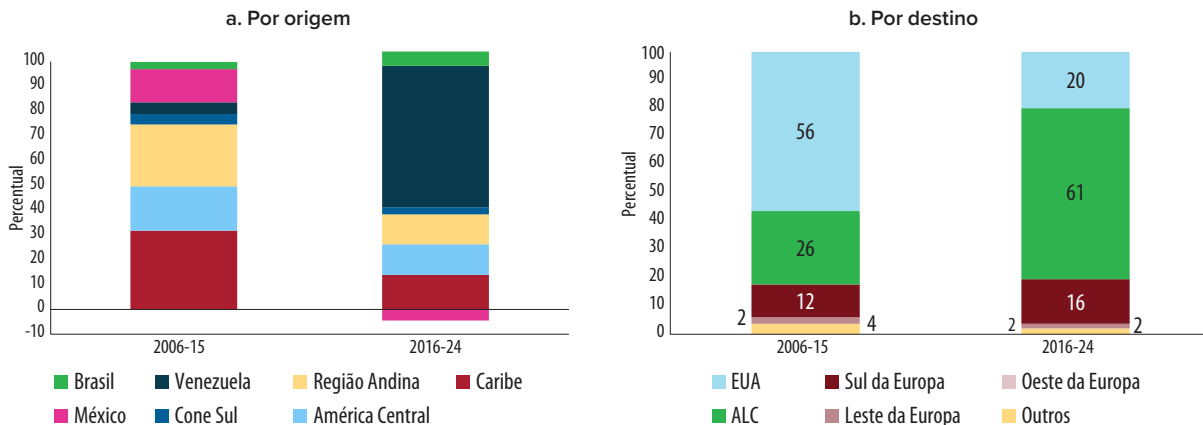


Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o banco de dados *International Migrant Stock* (UN-DESA, Divisão de População, 2024).  
Nota: ALC = América Latina e Caribe; EUA = Estados Unidos da América.

FIGURA 1.40.

### Outros países da ALC surgiram como destinos principais dos migrantes venezuelanos

Composição do fluxo migratório líquido da ALC



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o banco de dados *International Migrant Stock* (UN-DESA, Divisão de População, 2024).  
Nota: ALC = América Latina e Caribe.

Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o banco de dados *International Migrant Stock* (UN-DESA, Divisão de População, 2024).  
Nota: ALC = América Latina e Caribe; EUA = Estados Unidos da América.

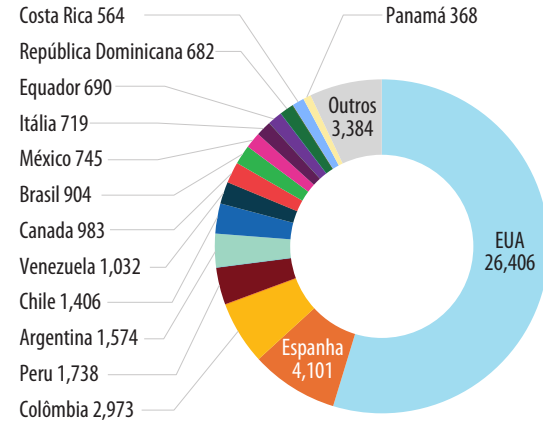
Países como a Colômbia, Peru, Brasil, Chile e Equador têm sido especialmente visados pelos emigrantes da República Bolivariana da Venezuela devido à sua proximidade cultural e geográfica, além de suas leis migratórias (Figura 1.41).

As deportações dos Estados Unidos para países da ALC aumentaram nos últimos anos e devem acelerar a partir de 2025. Além disso, a região concordou em receber repatriados dos Estados Unidos e fluxos extrarregionais. Antes de 2025, México, Guatemala e Haiti tinham os maiores números de retornados, mas os aumentos mais drásticos ocorreram na Colômbia e no Equador, com crescimento de 369,5 e 366,1 por cento, respectivamente, nos fluxos de retornados desde 2019. No entanto, embora as deportações tenham como alvo um número expressivo de migrantes, no período de 2019 a 2024 a migração líquida para os Estados Unidos continuava positiva, com a parcela de recém-chegados maior que a parcela de deportados (Figura 1.42).

FIGURA 1.41.

**A maioria dos emigrantes dos países da ALC vive nos Estados Unidos**

Estoque migratório da ALC (milhares de migrantes), por destino, 2024

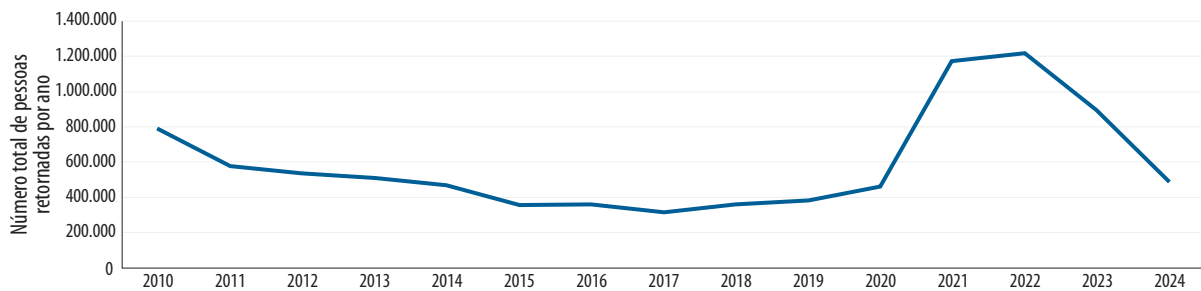


Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o banco de dados *International Migrant Stock* (UN-DESA, Divisão de População, 2024).  
Nota: EUA = Estados Unidos da América.

FIGURA 1.42.

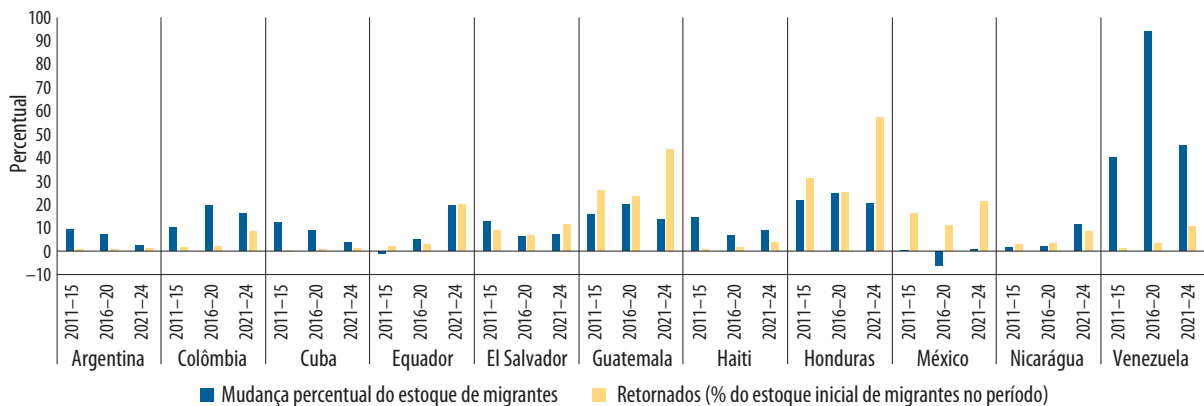
**Mesmo com o aumento das deportações, a migração líquida para os Estados Unidos continua positiva para a maioria dos países da ALC**

a. Total de deportações dos Estados Unidos



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o banco de dados do Estoque Internacional de Migrantes (UN-DESA, Divisão de População, 2024) e estatísticas sobre o número de retornados processadas pela Prática Global de Desenvolvimento Social do Banco Mundial.  
Nota: Inclui retornos de migrantes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e Venezuela, RB.

b. Evolução dos migrantes retornados e do estoque total de migrantes que vivem nos Estados Unidos, por país de origem

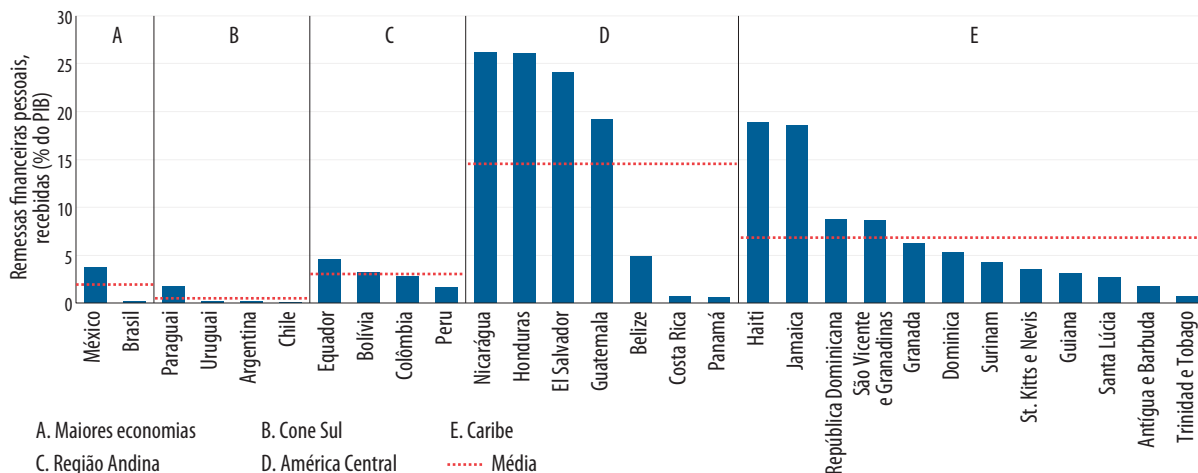


Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial usando o banco de dados do Estoque Internacional de Migrantes (UN-DESA, Divisão de População, 2024) e estatísticas sobre o número de retornados processadas pela Prática Global de Desenvolvimento Social do Banco Mundial.

FIGURA 1.43.

## Os países da América Central e Caribe são altamente dependentes de remessas

Remessas pessoais recebidas, 2023 (percentual do PIB)



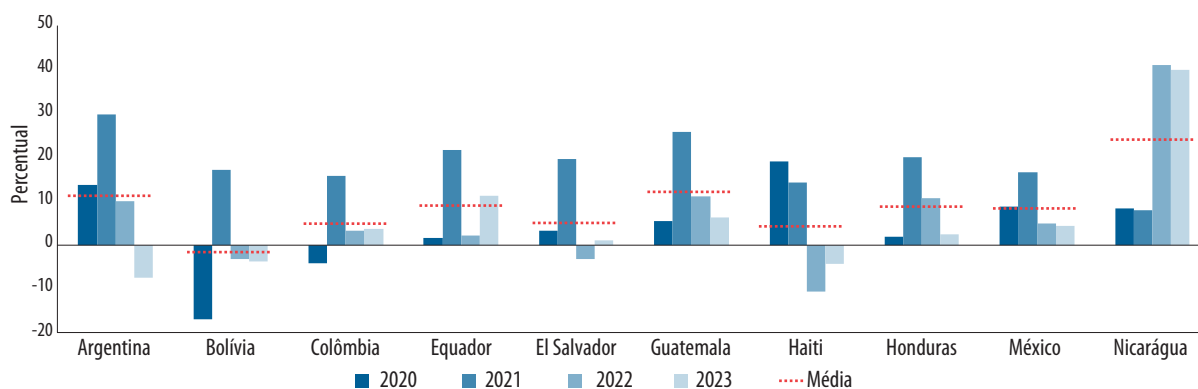
Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base nos *World Development Indicators* (WDI).

Esse aumento dos fluxos de retornados apresenta desafios em diferentes dimensões. Primeiro, porque é acompanhado de maior vulnerabilidade. Vários países da ALC informam que uma parcela significativa dos deportados são menores de idade e/ou necessitam de serviços do Estado. Além disso, a reintegração dos retornados deverá ser complexa. O migrante retorna ao país sem qualquer raiz, emprego ou rede social. É provável, portanto, que ele migre novamente (migração secundária) para locais como o Chile, Brasil e Europa, e sua integração nos mercados de trabalho locais provavelmente será custosa. Por exemplo, um número considerável de crianças e adolescentes precisaria de educação e capacitação para se integrar efetivamente.<sup>6</sup> Em segundo lugar, vários países da América Central e Caribe são altamente dependentes de remessas do exterior (Figura 1.43), que provavelmente diminuirão caso as deportações aumentem o suficiente para diminuir o número de migrantes nos Estados Unidos (Figuras 1.43 e 1.44). Da mesma forma, notícias recentes sobre os planos do governo dos Estados Unidos de revogar o status legal de um número significativo de migrantes de vários países da ALC implicariam efeitos significativos, já que em algumas dessas economias, as remessas recebidas representam uma alta porcentagem do PIB.

FIGURA 1.44.

## O recente aumento das deportações contribuiu para desacelerar o crescimento das remessas

Taxa de crescimento anual das remessas pessoais reais recebidas



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base nos *World Development Indicators* (WDI) e *World Economic Outlook* (WEO).

Nota: As remessas pessoais reais recebidas são calculadas como remessas nominais (em milhões de dólares americanos) e ajustadas pela inflação usando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos EUA.

6 Para ver uma análise completa dos desafios impostos pela migração de retorno, consulte *Latin America and the Caribbean Regional Strategy for Human Mobility* (Banco Mundial, no prelo).

## Fontes crescentes de insegurança social

Apesar de avanços contínuos, porém lentos, nas frentes da pobreza e da desigualdade, o crime e a violência se tornaram a preocupação número um segundo diversas pesquisas de opinião pública. De fato, tanto o número de incidentes criminais (quantidade bruta) quanto a natureza dos crimes se intensificaram e se tornaram mais associados ao crime organizado, algo sem precedentes em muitas partes da região. Essa nova fonte de insegurança social não apenas diminui a qualidade de vida, mas também ameaça o dinamismo de crescimento necessário para os avanços em todas as frentes sociais. Este é o assunto do próximo capítulo.

**QUADRO 1.1.**

**A inteligência artificial é a tão esperada solução para a desigualdade de renda na América Latina?**

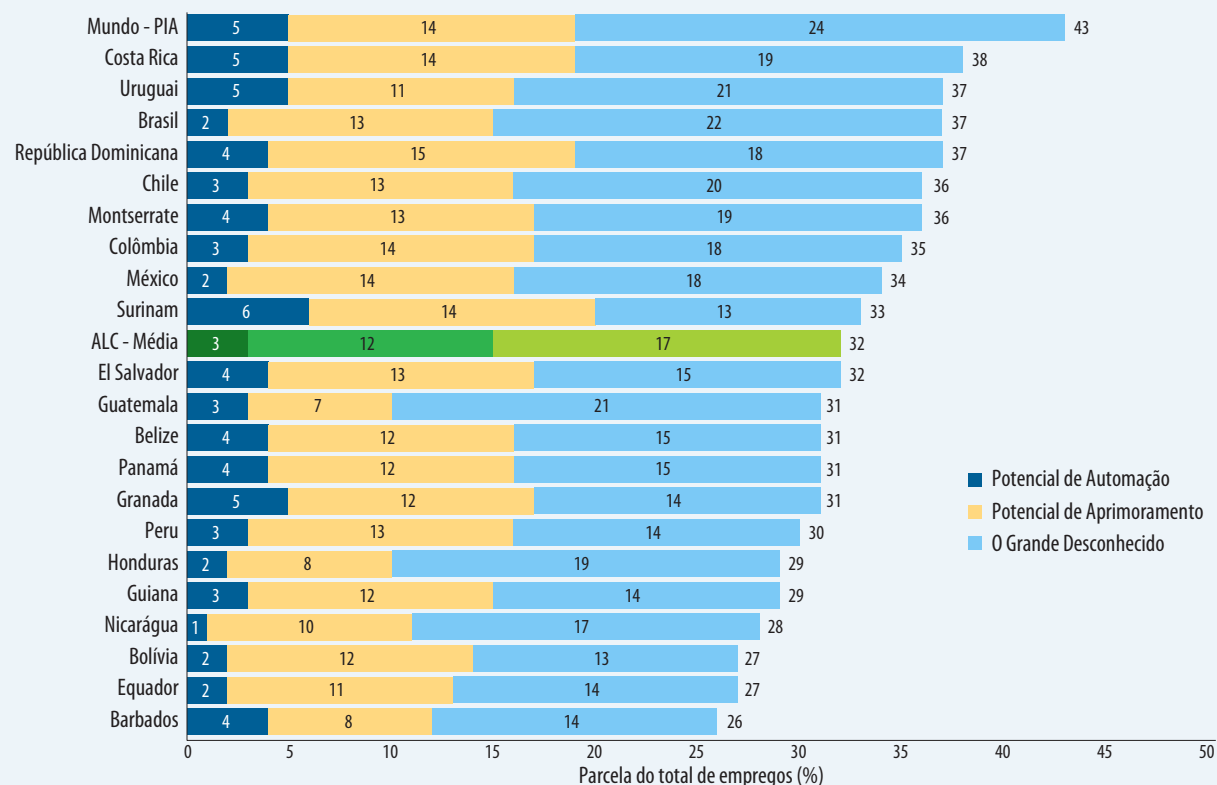
O interesse público em IA Generativa (GenAI) aumentou consideravelmente nos últimos anos.<sup>a</sup> O surgimento de modelos conversacionais como o ChatGPT suscitou preocupações em diversas áreas, principalmente em relação ao impacto nos empregos. A maioria dos adultos nos EUA está mais preocupada do que animada com a IA na vida cotidiana, principalmente por medo de perder o emprego (Rutgers 2024).

Ainda está pendente uma adoção mais ampla dessa nova tecnologia, então ainda é prematuro avaliar seus impactos nos empregos. No entanto, podemos avaliar até que ponto os empregos estão expostos à GenAI. Quando um emprego é exposto à GenAI, isso significa que muitas tarefas desse emprego provavelmente serão automatizadas pela GenAI. No entanto, automatizar algumas tarefas não significa que o trabalho inteiro será substituído. De fato, a exposição à GenAI pode tornar alguns empregos mais produtivos se os trabalhadores puderem delegar tarefas à tecnologia e se concentrar em outras tarefas.

Na ALC, 26 a 38 por cento dos empregos estão expostos à GenAI. A exposição é maior em países mais desenvolvidos, como Costa Rica e Uruguai, e menor na Bolívia, Equador e Barbados (Figura Q1.1.1). O nível geral de exposição à GenAI pode ser dividido em três categorias. Primeiro, alguns empregos correm o risco de serem automatizados pela GenAI; esse grupo representa cerca de 1 a 6 por cento dos empregos em todos os países da região. Exemplos dessas ocupações incluem atendentes de suporte ao cliente e auxiliares de inserção de dados. Em segundo lugar, alguns empregos poderão

**FIGURA Q1.1.1.**

**A exposição dos empregos à GenAI é maior nos países mais desenvolvidos da ALC**



Fontes: Gmyrek, Winkler e Garganta 2024.

Nota: "O Grande Desconhecido" refere-se a empregos sobre os quais não está claro o que é maior: o risco de automação ou o potencial de aprimoramento. PARs = países de alta renda; ALC = América Latina e Caribe.

ser aprimorados (*augmented*) ou podem se tornar mais produtivos por meio da GenAI. Cerca de 7 a 14 por cento dos empregos nos países da ALC se enquadram nessa categoria. Em outras palavras, a parcela de empregos que podem se beneficiar da GenAI é maior do que a parcela em risco de automação. Exemplos de ocupações expostas ao aumento da GenAI incluem professores, profissionais de saúde e coaches. Por fim, no caso de uma parcela expressiva dos empregos (13 a 22 por cento), ainda não está claro se estão em risco de automação ou se existe potencial de aprimoramento.

Para entender os impactos da GenAI na desigualdade de renda, precisamos identificar o perfil dos trabalhadores expostos. Na ALC, as pessoas postas em risco pela automação são geralmente mulheres, pessoas urbanas, jovens, com bom nível de ensino, com alta renda e em empregos formais nos setores bancário, financeiro, de seguros e no setor público. O perfil de aprimoramento por GenAI é semelhante, mas menos definido por idade e gênero, com maior exposição nos setores de educação, saúde e serviços pessoais. Essas tendências sugerem que, embora os riscos da automação possam aumentar a desigualdade entre gêneros e faixas etárias, os benefícios da GenAI, que favorecem famílias de renda mais alta e com níveis de ensino mais elevados, também podem exacerbar a desigualdade de renda.

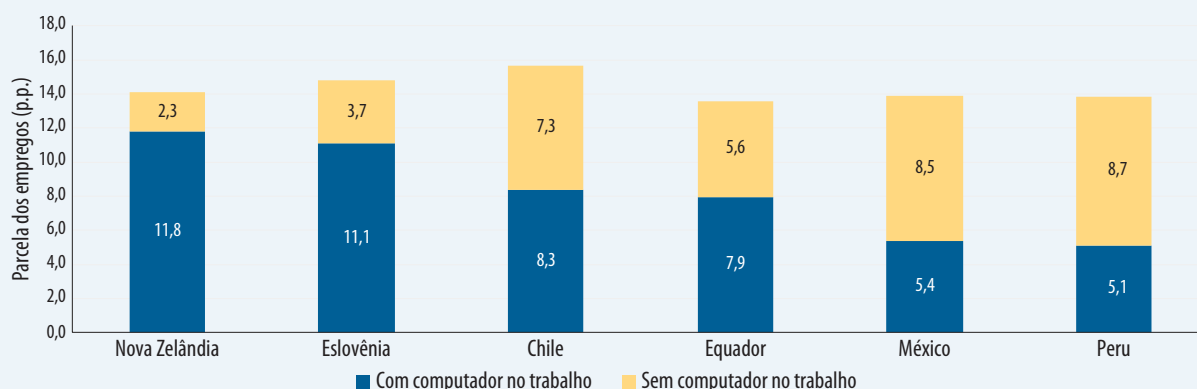
Essas estimativas de exposição não consideram que a taxa de adoção da GenAI na ALC pode ser diferente do que nas regiões mais ricas. Isso significa que, embora a mesma ocupação possa ter potencial semelhante de crescimento na Nova Zelândia e no Peru, o ritmo de adoção da GenAI pode ser mais lento no Peru. Por consequência, as vantagens dessa tecnologia podem levar mais tempo para se materializar nas regiões em desenvolvimento.

Ao considerar-se a distância até a fronteira tecnológica, o potencial de aumento de empregos apresenta grande disparidade entre os países mais pobres e os mais ricos (Figura Q1.1.2). Especificamente, embora a parcela de empregos com potencial de se beneficiar da GenAI seja semelhante (cerca de 14 por cento) em países ricos como Nova Zelândia e Eslovênia e em países selecionados da ALC, a parcela que é incapaz de utilizar a GenAI devido a limitações tecnológicas é muito maior nesse segundo grupo. Por exemplo, apenas 5,1 por cento dos trabalhadores peruanos têm funções expostas a aprimoramento por GenAI e usam, ao mesmo tempo, tecnologias digitais no trabalho, em comparação a mais de 11 por cento nos países mais ricos.

Padrões semelhantes surgem ao avaliar-se a proporção de empregos expostos à GenAI em diferentes níveis de renda dentro dos países. No Brasil e no México, o percentual de trabalhadores que podem se beneficiar da GenAI aumenta consideravelmente com o nível de renda (Figura Q1.1.3). As pessoas no quintil de renda mais alto têm pelo menos duas vezes mais chances de ter acesso a esses cargos em comparação àqueles no quintil mais baixo. Essa disparidade aumenta ainda mais ao considerar-se o acesso às tecnologias digitais. No México, por exemplo, os trabalhadores no quintil de renda mais alto têm 5,6 vezes mais probabilidade de ter empregos que envolvem aprimoramento por GenAI

FIGURA Q1.1.2.

**Os países da ALC atualmente usam menos tecnologias digitais em empregos com potencial de aprimoramento por GenAI em comparação a seus pares avançados**

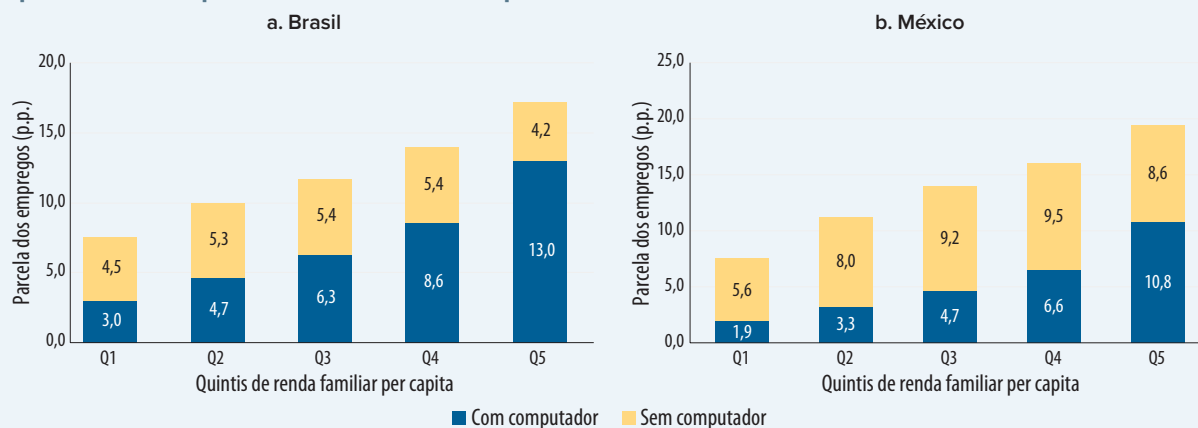


Fontes: Gmyrek, Winkler e Garganta 2024, com base em dados do PIAAC.

Nota: Os dados do PIAAC referem-se a microdados do Programa de Avaliação Internacional de Competências de Adultos (PIAAC, *Programme for the International Assessment of Adult Competencies*) coletados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). ALC = América Latina e Caribe.

FIGURA Q1.1.3.

As famílias nos quintis de renda mais alta têm uma parcela maior de trabalhadores expostos ao aprimoramento por GenAI e usando computador no trabalho



Fonte: Gmyrek, Winkler e Garganta 2024.  
Nota: p.p. = pontos percentuais.

e de usar computadores do que os trabalhadores do quintil mais baixo. Na região da ALC, há aproximadamente 17 milhões de empregos que poderiam se beneficiar da GenAI, mas são prejudicados por acesso inadequado às tecnologias digitais. Essas oportunidades perdidas afetam desproporcionalmente os países de baixa renda e os segmentos mais pobres da força de trabalho.

Em suma, embora a GenAI possa beneficiar muitos trabalhadores da região, são necessárias também políticas complementares para garantir esses benefícios. Isso inclui desenvolver infraestrutura digital, oferecer apoio à renda de trabalhadores deslocados e fornecer competências básicas para adaptação às mudanças de emprego. Essas políticas devem ter como objetivo ajudar todos os trabalhadores, não só aqueles que já estão no topo, a usar a GenAI de forma eficaz e, assim, mitigar potenciais aumentos da desigualdade.

### Notas

Este quadro é baseado em Gmyrek, Winkler e Garganta (2024).

## QUADRO 1.2.

## Os trabalhadores latino-americanos estão prontos para a transição energética?

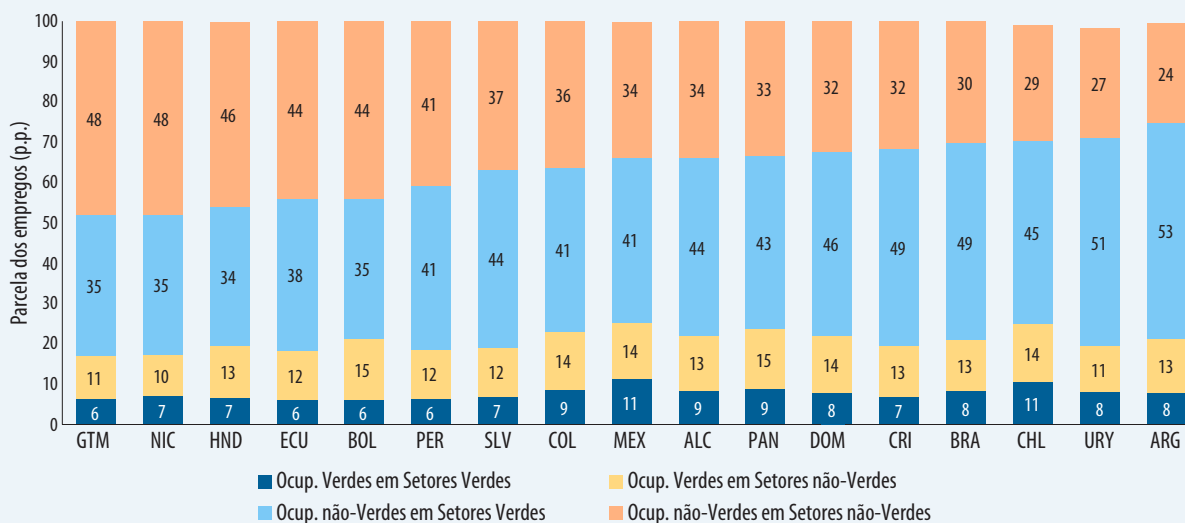
Embora as tecnologias “verdes” possam promover um planeta mais saudável, sua adoção pode ter consequências indesejáveis.<sup>a</sup> Essas tecnologias têm o potencial de reduzir a dependência de combustíveis fósseis, aumentar a eficiência energética e ampliar as energias renováveis. Sua adoção transforma os processos de produção, alterando os tipos e quantidades de insumos e, ao mesmo tempo, mitigando os impactos negativos no meio ambiente. Mais importante ainda, essas tecnologias afetam a demanda por mão de obra, tornando algumas habilidades essenciais e outras, obsoletas, com o potencial de aumentar a desigualdade de renda. O impacto das tecnologias verdes nos trabalhadores dependerá do equilíbrio entre a demanda e a oferta de competências. O crescimento inclusivo é mais provável quando as competências necessárias são abundantes, pois os trabalhadores deslocados podem encontrar empregos mais facilmente e os salários que remuneram essas competências podem aumentar.

## Quais são os impactos esperados da transição verde nos trabalhadores da região da ALC?

A concentração dos empregos em ocupações e setores verdes é relativamente baixa em vários países da ALC (Figura Q1.2.1). As ocupações verdes incluem empregos diversos, como os que fazem uso intensivo de habilidades especificamente verdes (puras) (por exemplo, especialistas em mudanças climáticas); aqueles que exigem requalificação (por exemplo, um arquiteto que precisa de treinamento para usar materiais verdes); e ocupações existentes que podem estar sujeitas a aumento de demanda, mesmo que não sejam distintamente “verdes” (por exemplo, carpinteiros). Os setores verdes são aqueles que apresentam emissões relativamente baixas de gases de efeito estufa (GEE) por trabalhador. Os trabalhadores desses setores enfrentam menor risco de deslocamento durante a transição verde

FIGURA Q1.2.1.

## Os níveis de ocupações e setores verdes são relativamente baixos na ALC



Fonte: Winkler et al. 2024.

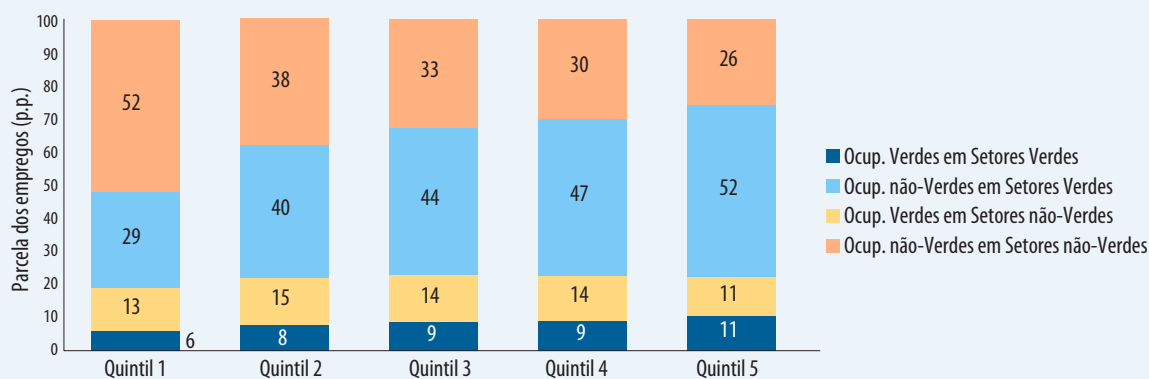
Nota: Os dados são de 2019. ALC = América Latina e Caribe.

em comparação a seus pares em setores não-verdes. Aproximadamente 90 por cento dos trabalhadores dos países da região estão empregados em setores não-verdes ou em ocupações não-verdes. Os setores não-verdes representam uma parcela expressiva dos empregos, variando de 37 por cento na Argentina a 59 por cento na Guatemala. Essa participação é influenciada pelo tamanho do setor agrícola, que tem um dos maiores níveis de GEE por trabalhador e emprega pessoas predominantemente em ocupações não-verdes—cerca de 90 por cento ou mais na maioria dos países.



FIGURA Q1.2.2.

## Os quintis mais pobres da ALC são mais vulneráveis à perda de emprego durante a transição verde



Fonte: Winkler et al. 2024.

Nota: Os dados são de 2019.

O perfil dos trabalhadores em empregos verdes dentro dos países destaca os potenciais impactos distributivos da transição verde. Na região da ALC, homens e trabalhadores urbanos dominam as ocupações verdes e têm melhores perspectivas de reemprego em caso de deslocamento. De modo geral, no entanto, o emprego em setores verdes é maior entre as mulheres e pessoas com níveis de ensino mais elevados, e elas correm menos risco de deslocamento. Esse viés de gênero nas ocupações verdes reflete a participação majoritariamente masculina em cargos como CEOs, eletricitas e trabalhadores da construção civil. Por outro lado, a maior presença das mulheres nos setores verdes se deve à sua concentração no setor de serviços—p. ex., economia de cuidado e varejo. As diferenças na parcela de ocupações verdes entre os quintis de renda familiar não são particularmente grandes (Figura Q1.2.2), mas a parcela dos trabalhadores mais vulneráveis durante a transição verde (ou seja, trabalhadores em ocupações não-verdes e em setores não-verdes) é bem maior nos quintis mais pobres.

Concluindo, essas constatações ressaltam a necessidade de políticas complementares que abordem os potenciais impactos da transição verde na desigualdade de renda. Países com menor proporção de ocupações verdes geralmente enfrentam dificuldades—p. ex., menores níveis de capital humano e maiores taxas de informalidade no mercado de trabalho. Esses fatores suscitam preocupações quanto ao preparo da força de trabalho nacional para adquirir as competências exigidas em uma economia verde e para se proteger do risco de perder o emprego durante a transição.

### Notas

a. Este quadro é baseado em Winkler et al. (2024).

## Referências

- Gmyrek, P., H. Winkler, e S. Garganta. 2024. “Buffer or Bottleneck? Employment Exposure to Generative AI and the Digital Divide in Latin America.” World Bank Policy Research Working Paper 10863. Washington, DC: Banco Mundial.
- Perry, G. E., W. F. Maloney, O. S. Arias, P. Fajnzylber, A. D. Mason, e J. Saavedra-Chanduvi. 2007. *Informality: Exit and Exclusion*. World Bank Latin American and Caribbean Studies. Washington, DC: Banco Mundial.
- Riera-Crichton, D., e G. Vuletin. 2024. *Public Spending Policies in Latin America and the Caribbean: When Cyclicalities Meets Rigidities*. Latin American Development Forum Series. Washington, DC: Banco Mundial.
- Rutgers. 2024. *U.S. Workers Assess the Impacts of Artificial Intelligence on Jobs: Topline Survey Results*. New Brunswick, NJ: Heldrich Center for Workforce Development.
- Winkler, H., V. Di Maro, K. Montoya, S. Olivieri, e E. Vazquez. 2024. “Measuring Green Jobs: A New Database for Latin America and Other Regions.” Policy Research Working Paper 10794. Washington, DC: Banco Mundial.
- World Bank. 2022. *Latin America and the Caribbean Economic Review, October 2022. New Approaches to Closing the Fiscal Gap*. Washington, DC: Banco Mundial.
- World Bank. 2023. *Latin America and the Caribbean Economic Review, October 2023. Wired: Digital Connectivity for Inclusion and Growth*. Washington, DC: Banco Mundial.
- World Bank. 2024a. *Latin America and the Caribbean Economic Review, October 2024. Taxing Wealth for Equity and Growth*. Washington, DC: Banco Mundial.
- World Bank. 2024b. *Regional Poverty and Inequality Update, Latin America and the Caribbean, October 2024*. Washington, DC: Banco Mundial.
- World Bank. 2025. *Macro-Poverty Outlook (Spring Meetings 2025)*. Washington, DC: World Bank.
- World Bank. Forthcoming. *Latin America and the Caribbean Regional Strategy for Human Mobility*. Washington, DC: Banco Mundial.



## CAPÍTULO 2

# Crime Organizado e Violência na América Latina e Caribe

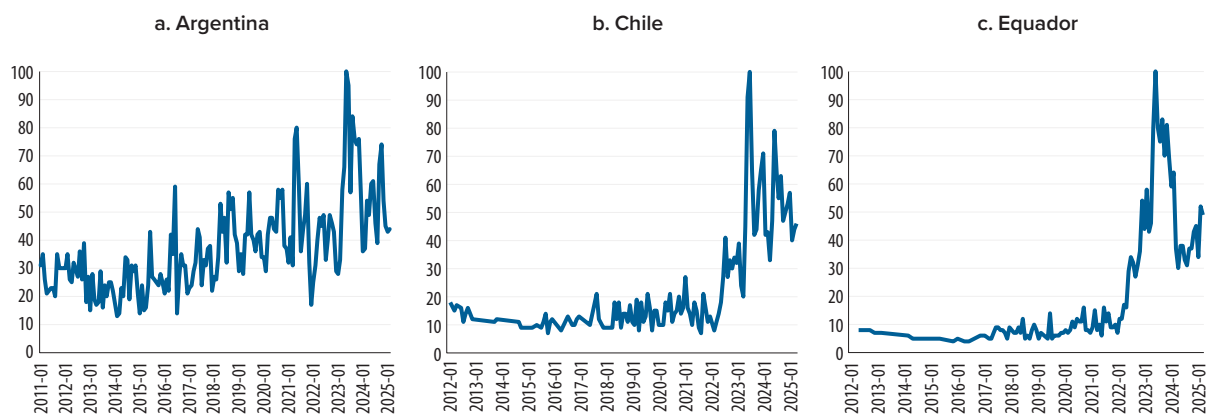
## A ALC deve priorizar a luta contra o crime organizado

Os desafios tradicionais de desenvolvimento na América Latina e Caribe (ALC) são cada vez mais agravados pela expansão do crime organizado na região. As agências de notícias locais documentam não apenas o aumento das taxas de homicídio, mas também assassinatos ordenados de dentro das prisões, às vezes envolvendo civis; ameaças a políticos e funcionários do governo; assassinatos de candidatos a cargos públicos, com o efeito de alterar eleições; assassinatos envolvendo pessoas com nomes falsos e quilos de cocaína extraviada; empresas obrigadas a pagar taxas de extorsão para operar; e partes do território (bairros, cidades e municípios rurais) sob controle do crime.<sup>7</sup> O controle do crime organizado se tornou mais forte não apenas nos países onde o narcotráfico e os grupos criminosos, de uma forma ou de outra, estão presentes há algum tempo, como Colômbia, Brasil e México, mas também em outros países e a cada ano, um novo país parece ser afetado.<sup>8</sup> O crescimento da disseminação e da intensidade do crime é acompanhado por um aumento nas buscas sobre o assunto no Google Trends, uma fonte esclarecedora de dados sobre temas que não estavam na mentalidade local há alguns anos, mas que ganharam destaque recentemente (Figura 2.1). A frequência com que os países da ALC aparecem entre os 20 países com mais buscas sobre “crime organizado” subiu de 3, em 2005, para 13, entre 2024 e 2025.

FIGURA 2.1.

### O crime organizado aparece cada vez mais nas pesquisas do Google na ALC

Buscas por “crime organizado” no Google, países selecionados, 2011/12–2025



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base nos dados do Google Trends.

Nota: Os números representam o interesse de pesquisa em relação ao ponto de maior interesse em cada país. 100 é o pico de popularidade do tema. O valor de 50 significa que o tópico tem metade da popularidade do seu pico. ALC = América Latina e Caribe.

Este capítulo argumenta que o crime organizado é um dos problemas mais urgentes da região e deve estar no centro de qualquer discussão sobre desenvolvimento. Embora seja um problema presente em muitos países e regiões ao redor do mundo e embora erradicá-lo exija colaboração internacional e soluções coordenadas para além das fronteiras nacionais, seu controle particular sobre a região exige ação urgente. Na ALC, o crime organizado tende a ser mais violento do que em outros locais. Também floresce localmente por meio de controle territorial, coerção e extorsão; captura de instituições estatais; governança criminal, às vezes com regras que limitam as liberdades individuais, inclusive, o direito de ir e vir, trabalhar e votar livremente. Os obstáculos que o crime organizado representa para o desenvolvimento da região são inúmeros: a incerteza sobre os direitos de propriedade reduz e distorce o investimento; a extorsão e a insegurança aumentam os custos das transações comerciais e reduzem a competitividade; as despesas improdutivas de segurança pública desviam recursos que poderiam ser destinados à saúde, educação e infraestrutura, resultando em melhora na vida das pessoas; as vítimas de violência sofrem reduções em sua capacidade de acumular capital humano; as comunidades que vivem sob o domínio do crime organizado têm

7 Abi-Habib, Correal e Nicas (2024); Economist (2024b); Freeman (2024); Rodríguez Mega (2024).

8 Abi-Habib (2024); Nicas, Bonnefoy e Bartlett (2025).

suas liberdades básicas comprometidas; e o controle das instituições estatais enfraquece a qualidade do governo. O crime organizado contribui para a baixa produtividade, baixo crescimento, pobreza e alta desigualdade na ALC por meio de inúmeros canais.

O crime organizado se alimenta da ausência de oportunidades, da presença insuficiente do Estado e da fragilidade institucional. A médio e longo prazo, a melhor política de segurança pública é a construção de Estados mais funcionais e capazes de oferecer oportunidades iguais a todos, incluindo melhores sistemas educacionais e mercados de trabalho que funcionem bem e possam oferecer empregos de qualidade. No curto prazo, no entanto, a ALC deve priorizar a capacitação estratégica em prisões, policiamento e sistemas de justiça para mitigar as expressões mais prejudiciais do crime organizado e controlar sua expansão. Deve também dar prioridade a intervenções de prevenção dirigidas a jovens em risco de ingressarem em grupos criminosos. Ambos os esforços exigem melhores dados e estudos para informar a formulação de políticas. Por fim, a coordenação entre as instituições e entre os níveis de governo, bem como a colaboração internacional entre os países, serão fundamentais para gerenciar um problema que nenhum país pode resolver sozinho.

## O crime organizado é um fenômeno global que estende seu alcance por toda a ALC

A crescente presença do crime organizado não é um problema exclusivo da região. Pelo contrário, os grupos criminosos que operam na ALC são partes de uma vasta rede internacional onde grupos do crime organizado transnacional praticam uma ampla gama de atividades ilícitas, incluindo tráfico de drogas, contrabando de migrantes, tráfico de seres humanos, lavagem de dinheiro, tráfico de armas de fogo, extorsão, mineração ilegal, crimes cibernéticos, entre outros. Interagindo uns com os outros em diferentes níveis e em várias capacidades.

Há uma completa ausência de dados concretos sobre o crime organizado comparáveis entre os países, em parte devido à sua natureza ilícita. A Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (GI-TOC, *Global Initiative against Transnational Organized Crime*) produziu recentemente um Índice do Crime Organizado baseado em dados quantitativos e avaliações qualitativas, que tenta, ainda que de forma imperfeita, produzir medidas comparáveis internacionalmente. O índice é composto por duas pontuações, uma de criminalidade e outra de resiliência. A primeira pontuação avalia “a escala, o escopo e o impacto” de 15 mercados criminosos e “avalia a estrutura e a influência” de cinco tipos de agentes criminosos.<sup>9</sup> A segunda pontuação mede a prontidão dos países para enfrentar o crime organizado.

A pontuação de criminalidade mostra que o crime organizado é um assunto sério na ALC, mas não exclusivamente (Figura 2.2). Doze países da ALC ficaram entre os cinquenta primeiros por essa pontuação em 2023, ao lado de países como Mianmar, República Democrática do Congo, Nigéria, África do Sul, Federação Russa e Itália.<sup>10</sup> Notavelmente, embora o crime organizado seja um problema considerável em vários países da ALC, incluindo algumas das maiores economias da região, nem todos os países são igualmente afetados, pelo menos por enquanto. Aqueles nos quais os sinais da presença do crime organizado são incipientes podem ter uma vantagem inicial em se proteger.

Considerar os componentes da pontuação de forma independente oferece *insights* sobre os mercados criminosos em que cada país participa e em quantos desses mercados participa. No geral, os rankings sugerem diferentes padrões de especialização de negócios criminosos para cada país, bem como especialização dos países nas cadeias de produção verticais dos vários negócios criminosos (na ALC e em outras regiões). Por exemplo, nem todos os países que estão entre os 50 primeiros no comércio de cocaína (produção, distribuição e vendas) figuram entre os 50 primeiros em matéria

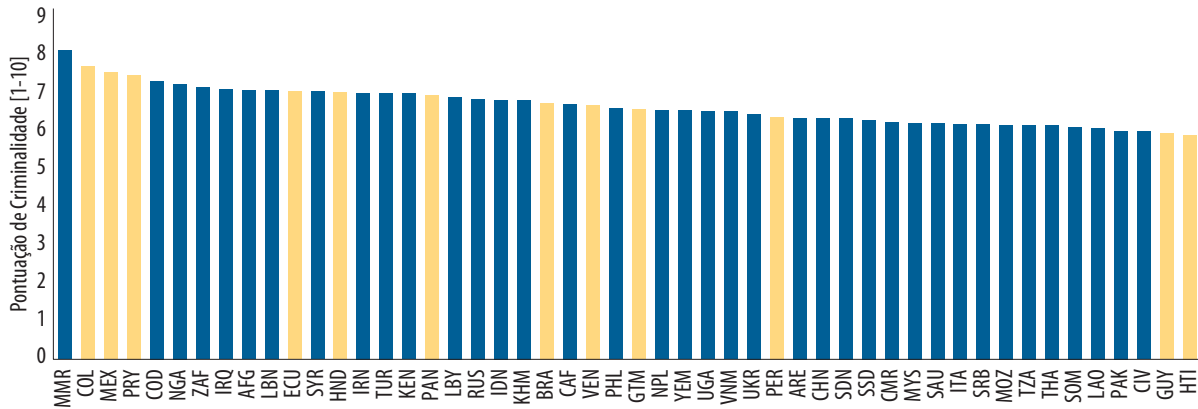
9 Os mercados criminosos são de tráfico de seres humanos, de contrabando de seres humanos, de extorsão e proteção extorsiva, de tráfico de armas, de comércio de produtos falsificados, de comércio ilícito de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo, de crimes contra a flora, de crimes contra a fauna, de crimes contra recursos não renováveis, de comércio de heroína, de comércio de cocaína, de comércio de cannabis, de comércio de drogas sintéticas, de crimes envolvendo o meio cibernético e de crimes financeiros. Os agentes criminosos são os grupos mafiosos, as redes criminosas, os agentes incorporados ao Estado, os agentes estrangeiros e os agentes do setor privado.

10 São eles, em ordem: Colômbia, México, Paraguai, Equador, Honduras, Panamá, Brasil, Venezuela, Guatemala, Peru, Guiana e Haiti.

FIGURA 2.2.

Doze países da ALC estão entre os 50 (de 193) com mais crime organizado

Pontuação de Criminalidade, primeiros 50 da amostra, 2023



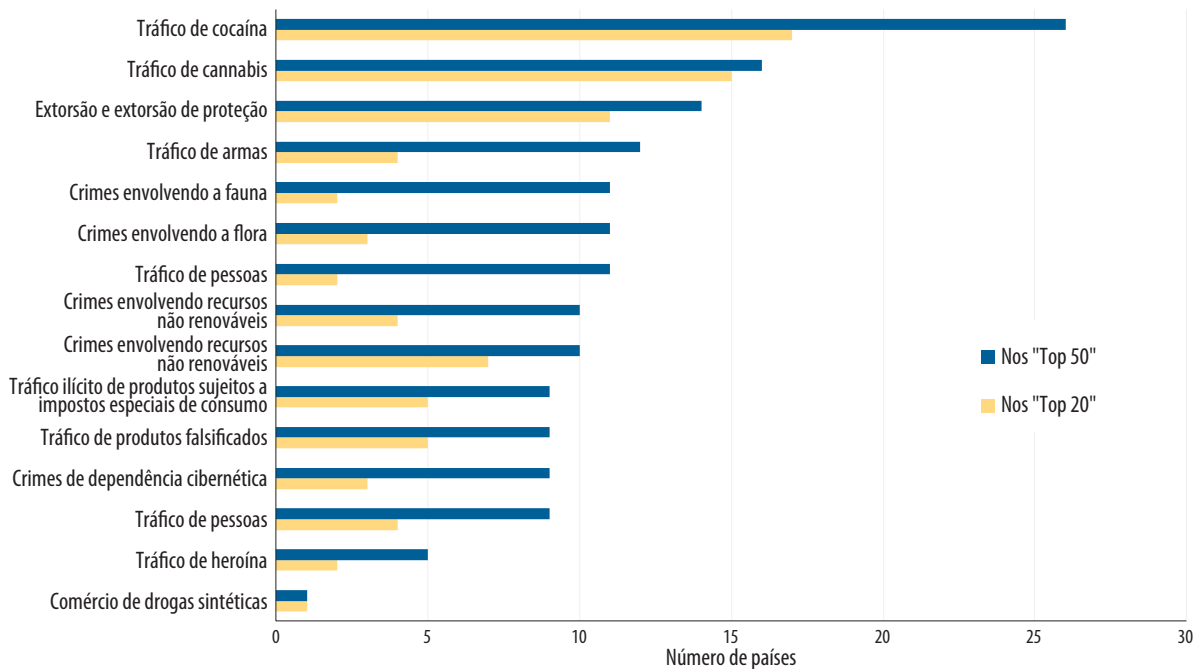
Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional.  
 Nota: Os países da ALC estão destacados em amarelo. A Pontuação de Criminalidade no Índice Global de Crime Organizado mede a extensão e o impacto do crime organizado no país em uma escala de 0 a 10, com pontuações mais altas indicando mais atividades criminosas. A figura usa os códigos de país da Organização Internacional de Normalização (ISO). ALC = América Latina e Caribe.

de crimes financeiros. A ALC tem presença dominante no comércio de cocaína: 17 países da ALC (de 33 no conjunto de dados) encontram-se entre os 20 primeiros de acordo com as pontuações do GI-TOC. Além disso, embora o número de países da ALC seja menor entre os 20 primeiros em outras pontuações de mercados criminosos, eles ainda estão em alta no comércio de cannabis (15), extorsão e proteção extorsiva (11), tráfico de armas (4) e crimes financeiros (4), entre outros. O México tem o maior número de aparições (13) entre os 20 principais nos 15 mercados criminosos do índice GI-TOC, seguido pelo Brasil e pela Colômbia, cada um com 8 aparições (Figura 2.3).

FIGURA 2.3.

A presença da ALC é significativa em muitos mercados criminosos

Número de países da ALC entre os 50 e os 20 principais mercados criminosos, 2023



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional.  
 Nota: Vários países podem ter a mesma pontuação e estar empatados com outros entre os 20 ou 50 primeiros. Como resultado, o grupo pode incluir mais de 20 ou 50 países. ALC = América Latina e Caribe.

ouco se sabe sobre onde e com que precisão essas atividades se materializam, como esses grupos são estruturados e interconectados, até que ponto eles se especializam ou se diversificam em vários mercados ou como as vastas somas de dinheiro envolvidas trocam de mãos. Grande parte das atividades permanecem invisíveis. Homicídios e corrupção relacionados ao crime organizado podem ser observados quando descobertos, mas outras atividades criminosas são mais difíceis de observar. No entanto, o que se sabe a partir de casos explorados por jornalistas, pesquisadores e unidades investigativas em órgãos estatais é suficiente para entender que o combate ao crime organizado é uma prioridade urgente para o desenvolvimento.

## Existem quatro características principais do crime organizado na ALC

**Controle territorial.** O controle territorial é um elemento central que caracteriza como os grupos do crime organizado que operam na região. Esses grupos controlam territórios que variam de alguns quarteirões em contextos urbanos a grandes áreas rurais, onde monopolizam mercados ilícitos (e às vezes lícitos) por meio de coerção e violência. Grandes partes do território de vários países da ALC são controlados por grupos criminosos, notadamente na Colômbia, México, Brasil, Equador e República Bolivariana da Venezuela, mas não são exclusivamente estes. De fato, 17 países da ALC estão entre os 50 primeiros do índice GI-TOC por terem grupos “mafiosos” caracterizados, entre outros fatores, pelo controle que exercem sobre o território.

Em muitos casos, conquistar o controle territorial envolve altos níveis iniciais de violência letal. Esse tipo de violência é mais frequentemente relacionado a disputas de territórios ou mercados. Portanto, uma vez que o controle é consolidado por um grupo, a violência tende a diminuir e ser direcionada para punir quebras de acordos ou “dar um recado” a potenciais concorrentes. Há lugares em que as mulheres e seus corpos têm sido visadas estrategicamente como forma de controlar as comunidades.<sup>11</sup> Na Colômbia, o cessar-fogo e o desarmamento do grupo rebelde Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) sob o acordo de paz de 2016, combinados com a falta de presença estatal em antigos territórios das FARC, resultaram em grupos do crime organizado mais uma vez lutando pelo domínio. Isso levou a assassinatos sistemáticos de líderes locais em áreas disputadas, uma prática que persiste até hoje.<sup>12</sup>

**Governança criminal.** As organizações criminosas ditam as regras do jogo nos territórios que controlam. Elas prestam serviços à comunidade, substituindo o governo, particularmente em matéria de segurança e justiça, e muitas vezes atendendo às demandas dos cidadãos. Por vezes, limitam a liberdade dos cidadãos, sujeitando o seu comportamento e mobilidade às suas regras. Por exemplo, em *Puerto Leguizamo*, uma pequena cidade portuária no rio *Putumayo*, na tríplice fronteira entre Colômbia, Equador e Peru, o grupo *Comandos de la Frontera* (Colômbia), aliado do Comando Vermelho (Brasil) e de grupos equatorianos no comércio de cocaína, dita as horas em que os civis podem transitar pelo rio e quem eles podem transportar em seus barcos, proíbe o consumo de álcool e pune o descumprimento suas determinações com sanções que vão desde trabalhos manuais, como cavar a terra, até tortura e assassinato. Sob a governança deste grupo, não há mais viciados em drogas em *Puerto Leguizamo* e nem mais roubos de lanchas.<sup>13</sup>

O crime organizado é um “concorrente” do estado em muitos locais. Em outros, no entanto, a governança criminal coexiste com o Estado em um equilíbrio mutuamente conveniente (às vezes estável, às vezes não). Por exemplo, não é incomum que a polícia delegue indiretamente o controle de certas atividades criminosas a esses grupos ou permita que eles dominem certos territórios. É o que acontece em alguns bairros de Medellín (Colômbia), onde sabe-se que os moradores são instruídos pela polícia a recorrer ao grupo criminoso que controla seu bairro em caso de roubo.<sup>14</sup> Outro exemplo é Lara (Venezuela), onde a *Colectivos* controla o transporte público, a água encanada e os postos de gasolina que operam sob preços subsidiados pelo governo. Eles cobram dos ônibus públicos uma taxa para entrar em projetos de habitação social para pegar passageiros, decidem quais ruas e casas recebem água e cobram dos motoristas para deixá-los passar na frente em longas filas nos postos de gasolina que controlam.<sup>15</sup>

11 Insight Crime (2023).

12 Prem et al. (2021).

13 Vélez (2025).

14 Blattman et al. (2024c).

15 Unidade de Investigação da Venezuela (2023).

**Extorsão.** A arrecadação de “impostos” dos negócios locais é uma prática generalizada dos grupos do crime organizado nos territórios sob seu controle. A extorsão é muitas vezes disfarçada de venda de serviços de proteção, justiça local ou mesmo assistência social. Trata-se, no entanto, de uma proteção contra a ameaça de violência que os próprios grupos podem exercer contra aqueles que não pagam por seus serviços. A extorsão acontece além dos impostos cobrados pelo governo, então muitas empresas que pagam seus impostos formais estão expostas uma espécie de “dupla tributação” (prejudicando sua capacidade de competir e investir). A extorsão afeta mais os pequenos negócios do que os maiores. Um caso paradigmático é El Salvador, onde o MS-13 e o Barrio 18 estiveram envolvidos com extorsão e proteção extorsiva em todo o país por décadas. Aproximadamente 79 por cento das empresas, incluindo restaurantes e shoppings de alto padrão, pagavam taxas de extorsão. O processo geralmente começava com um jovem local conectando o dono de um negócio a um líder criminoso, que ligava da prisão para discutir “*la renta*”. O custo total da extorsão em El Salvador, incluindo a perda de renda com despesas de segurança doméstica e as pessoas que ficam impedidas de trabalhar, foi estimado em 16 por cento do PIB em 2014.<sup>16</sup> No Equador, os casos de extorsão aumentaram mais de 65 por cento de 2022 a 2023 e quase 400 por cento desde 2021. Os negócios estão sendo forçados a pagar taxas de extorsão em áreas controladas por três grandes grupos do narcotráfico: *Choneros*, *Lobos* e *Tiguerones*.<sup>17</sup> Em 2023, uma granada foi lançada em uma escola em Guayaquil após uma cobrança de extorsão de USD 10.000 e uma pequena farmácia em *Pascuales* foi bombardeada depois que o proprietário se recusou a pagar uma taxa de proteção de USD 5.000.<sup>18</sup>

**Captura do estado.** A atividade criminosa é possibilitada pela capacidade de grupos criminosos de manipular agentes estatais nos níveis nacional e subnacional por meio de uma combinação perversa de coerção, suborno, infiltração direta em instituições estatais e, em alguns casos, controle sobre processos eleitorais por meio de financiamento de campanhas ou eliminação de candidatos por assassinato ou pressão para desistir. Há casos proeminentes de criminosos ocupando cargos de alto escalão no governo e, talvez, ainda mais preocupante para a democracia e o Estado de Direito, há um longo histórico de assassinatos de candidatos, que vão desde o assassinato do candidato presidencial equatoriano Fernando Villavicencio em 2023, poucos dias antes da eleição, até os dez candidatos a cargos locais que foram mortos em Chiapas e Michoacán durante as eleições de 2024 no México. O crime organizado tornou-se um poder paralelo em nível local em partes do Brasil, Colômbia, México e Equador.

Essas quatro características se aplicam em graus variados aos diferentes grupos do crime organizado na região. Esses grupos diferem em termos de sua capacidade militar, da extensão em que governam os territórios sob seu controle e da sua forma de governança criminal.<sup>19</sup> Nem todos os grupos criminosos prestam serviços, regulam o comportamento dos cidadãos ou controlam eleições nos territórios sob seu controle. Eles também variam em sofisticação com base no nível de diversificação de seus negócios, na lucratividade e na extensão de sua conexão com redes criminosas nacionais e transnacionais. Por exemplo, em comparação a gangues em Medellín (Colômbia) ou no Rio de Janeiro (Brasil), as “maras” salvadorenhas eram menos organizadas, não eram tão lucrativas, tinham menos controle da violência local e possuíam menos conexões com redes internacionais de crime organizado.<sup>20</sup>

## O crime organizado e a violência obstruem o caminho para o desenvolvimento

A ALC há muito tempo vem sendo assolada por um crescimento econômico médio anual medíocre, dinâmicas de baixa produtividade, altos níveis de desigualdade e alto número de pessoas lutando contra a pobreza. Este relatório argumenta que a região permanecerá presa nesse equilíbrio precário até descobrir como conter as piores expressões do crime organizado, incluindo a violência.

16 Economist (2016).

17 Austin (2023); Economist (2024a).

18 Austin (2023); El Universo (2021).

19 Magaloni, Franco-Vivanco e Melo (2020).

20 Blattman (2024).



Existem vários canais por meio dos quais o crime organizado atrapalha o desenvolvimento.

**Redução e distorção do investimento privado.** A incerteza sobre os direitos de propriedade associada à violência criminal e à extorsão reduz e distorce o investimento. Investimentos privados, locais ou internacionais, não ocorrem ou ocorrem de maneira subótima por tipo e localização quando há uma chance de que a atividade criminosa impeça os investidores ou empresas de obter os retornos de seus investimentos.<sup>21</sup> Os “impostos” do crime e as despesas com segurança e seguros aumentam os custos das transações comerciais, reduzindo a competitividade e a capacidade de investimento futuro.<sup>22</sup> Em alguns países, partes do território estão totalmente fora do alcance dos negócios formais devido à presença de organizações criminosas, com imensos custos em termos de lucros cessantes. Extorsão e taxas de proteção extorsiva também podem prejudicar o pagamento de impostos formais, particularmente entre as empresas menores com menos margem para absorver esses custos. Além disso, a corrupção pode alterar a composição do investimento estrangeiro, pois os investidores evitam colocar recursos em um país onde a corrupção é generalizada ou, se a corrupção não for proibitiva, optam por firmar parcerias com os moradores locais para navegar pela burocracia.<sup>23</sup>

**Desvio de recursos públicos para usos improdutivos.** Grandes parcelas dos orçamentos dos governos nacionais e locais devem ser dedicadas a despesas improdutivas de segurança e defesa para combater o crime e a violência. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou recentemente o custo fiscal associado às despesas com segurança pública em 1,9 por cento do PIB, em média, em sete países da ALC entre 2018 e 2022, contando apenas os gastos dos governos nacionais.<sup>24</sup> Na ausência de crime e violência, parte desses recursos poderia ser dedicada a investimentos em desenvolvimento, educação, saúde, infraestrutura e outros serviços estatais.

**Destruição do capital humano, físico e natural.** A governança criminal e a violência afetam a formação de capital humano e a produtividade. As vítimas muitas vezes veem suas capacidades de geração de renda, capacidades de aprendizagem ou produtividade do trabalho comprometidas.<sup>25</sup> Isso pode ocorrer por meio de vitimização direta ou impacto nas escolhas e oportunidades de escolaridade. A violência também pode aumentar as taxas de mortalidade e incapacidade, interrompendo os serviços de saúde. Crimes visando bens ou propriedades representam os casos mais evidentes de destruição do capital físico. Por fim, o tráfico de drogas, a mineração ilegal e os crimes contra a flora e a fauna são responsáveis pelo empobrecimento do capital natural por meio do desmatamento e da contaminação da água, com grande custo para as gerações futuras (Quadro 2.1).

**Enfraquecimento das instituições e da qualidade do governo.** O crime organizado também corrói o capital social, ameaça as instituições democráticas e dificulta a provisão de bens públicos nas comunidades vitimizadas.<sup>26</sup> Sob a governança do crime, as pessoas podem perder o direito à participação política.<sup>27</sup> Os grupos criminosos dificultam a representação política, as instituições democráticas e o Estado de Direito nas áreas sob seu controle.<sup>28</sup> A interferência nos processos eleitorais reduz a concorrência política e leva à captura do Estado, à corrupção e ao enfraquecimento dos governos locais.<sup>29</sup>

**Aprofundamento das desigualdades.** O crime organizado e a violência afetam desproporcionalmente segmentos da população já desfavorecidos, aqueles que vivem nos bairros urbanos mais pobres, áreas rurais com presença limitada do Estado e a predominância de economias ilícitas, bem como em comunidades fronteiriças.<sup>30</sup> Embora as pessoas mais ricas possam ser alvos de extorsão e sequestro, elas contam com mais recursos para se proteger. As pessoas que

21 Bernal et al. (2024).

22 Detotto e Otranto (2010).

23 Arcia (2012); Gaviria (2002).

24 Bisca et al. (2024).

25 Justino (2016); Prem, Vargas e Namen (2023).

26 Arjona (2021); PNUD (2013).

27 Em alguns contextos, os grupos criminosos estabelecem uma ordem que pode facilitar certas formas de engajamento cívico, transformando a natureza da participação política em vez de eliminá-la.

28 Arias e Barnes (2017); Arjona (2016); Arjona, Kasfir e Mampilly (2015); Lessing (2021); Mampilly (2012).

29 Albarracín (2018); Arjona, Chacón e García-Montoya (2025); Blanco e Ruiz (2013); Carreras (2013); Ceobanu, Wood e Ribeiro (2011); Gallego (2018); Krause (2014); Malone (2010); Pérez (2003); Ponce (2019); Visconti (2020).

30 Arjona e Kalyvas (2012); GMH (2013); Gómez Gallego, Herrera Vergara e Pinilla Pinilla (2010); Yashar (2018).

**QUADRO 2.1.****Um panorama dos crimes ambientais na Amazônia brasileira<sup>a</sup>**

A floresta amazônica enfrenta uma crise crescente de crimes ambientais, incluindo desmatamento, mineração, extração de madeira, tráfico de animais selvagens, grilagem de terras e biopirataria. Essas atividades ilícitas ameaçam a rica biodiversidade da floresta tropical e a sobrevivência das populações tradicionais que dependem dela. Dados de 2024 revelam um aumento alarmante de crimes ambientais dentro da Amazônia Legal. Entre o início de agosto de 2023 e o final de setembro de 2024, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou um aumento de 88 por cento na ocorrência de crimes ambientais na Amazônia Legal em relação aos 14 meses anteriores.<sup>b</sup> O Instituto Amazônia apontou que a degradação florestal nos nove estados que compõem a região é a maior dos últimos 15 anos. Estudos do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM) e do Banco Mundial enfatizam a necessidade urgente de intervenções eficazes contra o desmatamento.

As operações de mineração ilegal contaminam fontes vitais de água e o solo com metais pesados tóxicos, impondo graves riscos à saúde humana e à vida aquática. A grilagem de terras e a exploração ilegal de recursos alimentam conflitos entre comunidades tradicionais, ocupantes ilegais e poderosos interesses em extração de madeira e mineração, desestabilizando a região. A expansão de organizações criminosas sofisticadas, notadamente o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, na região amazônica acrescenta uma dimensão nova e preocupante ao cenário de crimes ambientais.<sup>c</sup> Essas facções se aproveitam da vastidão do território, da escassez de monitoramento e da ausência de policiamento para financiar suas operações por meio de crimes ambientais.

A intrincada conexão entre o tráfico de drogas e os crimes ambientais está cada vez mais aparente. Essas organizações utilizam rotas e infraestrutura estabelecidas para transportar narcóticos e recursos naturais de origem ilícita.<sup>d</sup>

O Banco Mundial reconhece o desafio crítico dos crimes ambientais na Amazônia. O Banco está avaliando suas potenciais contribuições enquanto avança nas ações iniciais, incluindo o mapeamento dos esforços de vários órgãos da região, a começar pelo estado brasileiro do Amazonas. O objetivo principal é identificar ameaças, deficiências operacionais e fraquezas sistêmicas que impeçam a aplicação efetiva das leis ambientais. A implementação da metodologia do Banco Mundial para Avaliação de Riscos de Crimes Ambientais e de Recursos Naturais, o fortalecimento da cooperação com organizações-chaves, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Instituto Igarapé, e a integração desses esforços aos programas existentes do Banco Mundial são componentes centrais dessa estratégia.

**Notas**

- a. Esse quadro é baseado em um texto de Erwin De Nys, Gerente de Prática da Unidade de Mobilização Financeira Climática do Banco Mundial.
- b. Agência Brasil (2024).
- c. O Globo (2024).
- d. Amazon Watch et al. (2023).

vivem na pobreza, as menos instruídas e as minorias étnicas e de gênero são as mais prováveis vítimas de homicídios e crimes não letais que afetam seus direitos, saúde física e mental e capacidade de acumular capital humano.<sup>31</sup> Quando a violência ocorre em contextos de alta desigualdade, ela contribui para exacerbá-la e perpetuá-la.<sup>32</sup>

31 Doran (2017); Soares (2006).

32 Anistia Internacional (2016); Cerqueira et al. (2019); CEPAL (2018); González (2019); CIDH (2015); International Crisis Group (2020); Wallace (2020).

Todos esses canais resultam em custos significativos, muitos dos quais são difíceis de quantificar. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estima perdas diretas de capital humano e despesas de segurança pública e privada na ALC em 2022 em 3,4 por cento do PIB.<sup>33</sup> Essas são as estimativas mais recentes disponíveis sobre os custos diretos do crime. Em 2010, o Banco Mundial informou um valor mais alto, de 7,7 por cento do PIB apenas para a América Central, considerando os custos de material e saúde e também as despesas de segurança.<sup>34</sup>

## Por que o crime organizado está aumentando na ALC?

Não é fácil identificar o que está por trás da escalada do crime organizado na região. No entanto, uma série de fatores sobrepostos pode estar contribuindo.

- Durante a década de 2010, a demanda global por cocaína, ouro ilegal e tráfico de migrantes cresceu.<sup>35</sup> Melhorias na qualidade da cocaína, combinadas com a estabilidade dos preços internacionais da cocaína (pelo menos desde 2015), resultaram em preços reais mais baixos.<sup>36</sup> O aumento da demanda atraiu novos entrantes no negócio. Por exemplo, o Primeiro Comando da Capital (PCC - Brasil), cuja fonte de renda inicial era o microtráfico de drogas nas prisões e depois localmente em São Paulo, agora está envolvido na movimentação de carregamentos de cocaína para o exterior, principalmente para a Europa, tornando-se um distribuidor internacional de grande escala.<sup>37</sup> O aumento dos preços das commodities impulsionou o aumento da mineração ilegal.<sup>38</sup> A renda do tráfico de migrantes, alimentada pela migração global para os Estados Unidos através da fronteira mexicana, deu aos grupos maiores receitas para investir em outros negócios.<sup>39</sup>
- As repressões governamentais a partir de 2005 acabaram por reorganizar os grupos criminosos da ALC e em um novo cenário de agentes competindo por influência.<sup>40</sup> Isso, combinado com o recorde de produção e tráfico de drogas, alterou a geografia da violência letal, pois grupos criminosos usaram a força para proteger plantações, rotas de transbordo e lojas de varejo.<sup>41</sup> Há evidências de que a violência no México aumentou significativamente devido às operações antinarcoóticos e apreensões de drogas na Colômbia entre 2006 e 2009.<sup>42</sup>
- A pandemia da COVID-19 criou novas oportunidades e desafios para o crime organizado em todo o mundo.<sup>43</sup> Na Colômbia e no México, a pandemia permitiu que as organizações criminosas ganhassem legitimidade e poder, fornecendo apoio social e governança e, às vezes, substituindo o Estado em áreas com pobreza e desigualdade profundamente enraizadas.<sup>44</sup> Em resposta aos fechamentos de fronteiras durante a pandemia, Tren de Aragua (Venezuela) deixou de apenas cobrar de taxas de contrabando e estabeleceu sua própria operação de contrabando em larga escala, incluindo empresas de transporte e albergues, lucrando significativamente com a exploração de migrantes em todo o continente.<sup>45</sup> Quedas repentinas na renda facilitam o recrutamento de pessoas para o crime, o que também pode ter desempenhado um papel na expansão do crime organizado após a pandemia.<sup>46</sup>
- A expansão da produção e da disponibilidade de armas facilitou o crescimento do crime organizado em novas áreas e mercados.<sup>47</sup> Mais de dois terços dos homicídios na América Latina envolveram armas de fogo em 2023, e a participação é ainda maior no Caribe, com 78%, a maior do mundo.<sup>48</sup> Apesar dos rigorosos controles de armas de

33 Perez-Vincent et al. (2024).

34 Banco Mundial (2010) com base em Acevedo (2008).

35 *Economist* (2023b); OIM (2021); UNODC (2024).

36 UNODC (2024).

37 Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (2024).

38 Idrobo, Mejía e Tribin (2014).

39 *Financial Times* (2024).

40 Calderón, Robles e Magaloni (2015); Dell (2015); Guerrero (2011).

41 UNODC (2023a).

42 Castillo, Mejía e Restrepo (2020).

43 Aziani et al. (2023).

44 Tamayo Gomez (2020).

45 *Economist* (2023c).

46 Blattman (2023); Chassang e i Miquel (2009).

47 Aguirre e Muggah (2020); Pérez Ricart (2024); Solmirano (2023).

48 Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados do UNODC. Para alguns países, o último ponto de dados disponível é 2021 ou 2022.

fogo em toda a ALC, cerca de 253.000 armas de fogo são traficadas para a região a cada ano.<sup>49</sup> Especialistas afirmam que os esforços nacionais para reduzir o crime organizado serão insuficientes se esses fluxos não forem abordados.<sup>50</sup>

- Os grupos de crime organizado tornaram-se cada vez mais transnacionais. Foi-se o tempo em que um único grupo, o Cartel de Medellín, controlava a produção e distribuição de cocaína refinada no mercado dos EUA. Hoje, várias organizações.<sup>51</sup>
- Os grupos de crime organizado estão diversificando seus portfólios criminais cada vez mais. A diversificação permite que eles absorvam perdas. A capacidade de lavagem de dinheiro e a penetração na economia lícita pertencem a essa categoria.<sup>52</sup>
- A inovação tecnológica, particularmente em tecnologias digitais, amplia o portfólio de negócios criminosos e tem contribuído para aumentar a eficiência das operações criminosas. Por exemplo, as tecnologias avançadas de navegação permitem que o crime organizado crie rotas marítimas mais eficientes.<sup>53</sup> Os avanços tecnológicos abriram caminho para o crime cibernético e para grupos híbridos de crime organizado nos quais humanos e máquinas atuam de forma colaborativa.<sup>54</sup> As criptomoedas, cada vez mais utilizadas em lavagem de dinheiro por serem difíceis de rastrear, também se enquadram nessa categoria de inovação tecnológica.

## O crime organizado é muito mais letal na ALC do que em outras regiões

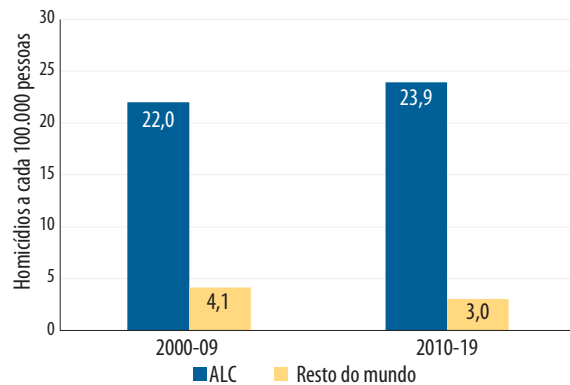
*A ALC é acometida pelos mais altos níveis de violência de todo o mundo, medida pelo número de homicídios*

Os homicídios não são a única manifestação da violência. No entanto, a taxa de homicídios é a estatística de violência mais confiável e internacionalmente comparável que existe.<sup>55</sup> Por essa medida, a violência na ALC é incomparavelmente alta. Embora represente aproximadamente 9 por cento da população global, a ALC registra um terço de todos os homicídios.<sup>56</sup> Além disso, a diferença entre a taxa de homicídios na ALC e no resto do mundo aumentou nos últimos 20 anos. Na primeira década deste século, a taxa média de homicídios na ALC foi 5,4 vezes maior que a do mundo (22,0 vs. 4,1); na segunda década, foi 8 vezes maior (23,9 vs. 3,0) (Figura 2.4). A média da ALC é representativa de toda a região: todas as sub-regiões da ALC sofrem com a violência. As taxas de homicídios da América do Sul, da América Central e do Caribe excedem em muito as observadas em outras partes do mundo.

FIGURA 2.4.

**A ALC tem a maior taxa média de homicídios do mundo**

Homicídios por 100.000 pessoas, ALC e resto do mundo, 2000–09 e 2010–19



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Nota: Os valores agregados regionais são calculados como médias simples entre países. Para evitar a comparação de diferentes conjuntos de países, os dados ausentes foram interpolados para até cinco anos consecutivos. Países com mais de cinco observações consecutivas ausentes (Bolívia, Peru, Haiti) são excluídos das médias da ALC. ALC = América Latina e Caribe.

49 Dube, Dube, e García-Ponce (2013); McDougal et al. (2013); Pérez Esparza e Weigend (2015); Pérez Ricart (2021); Agência de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos dos EUA (2023); Weigend Vargas et al. (2023); Pérez Ricart (2024).

50 A Agência de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos dos EUA (ATF) relata que cerca de 68 por cento das armas encontradas em cenas de crimes no México vêm dos Estados Unidos. Na América Central, 55 por cento das armas de fogo rastreadas vêm dos Estados Unidos; em alguns países do Caribe, esse número pode chegar a 99 por cento, como nas Bahamas (Agência de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos dos EUA, 2022a e 2022b).

51 GI-TOC (sem data); Saiz (2024).

52 McDermott (2020).

53 UNODC (2023b).

54 Chatterjee (2005); Di Nicola (2022); Grabosky (2007).

55 As taxas de homicídios medem o número de homicídios em relação à população de uma unidade geográfica durante um período específico.

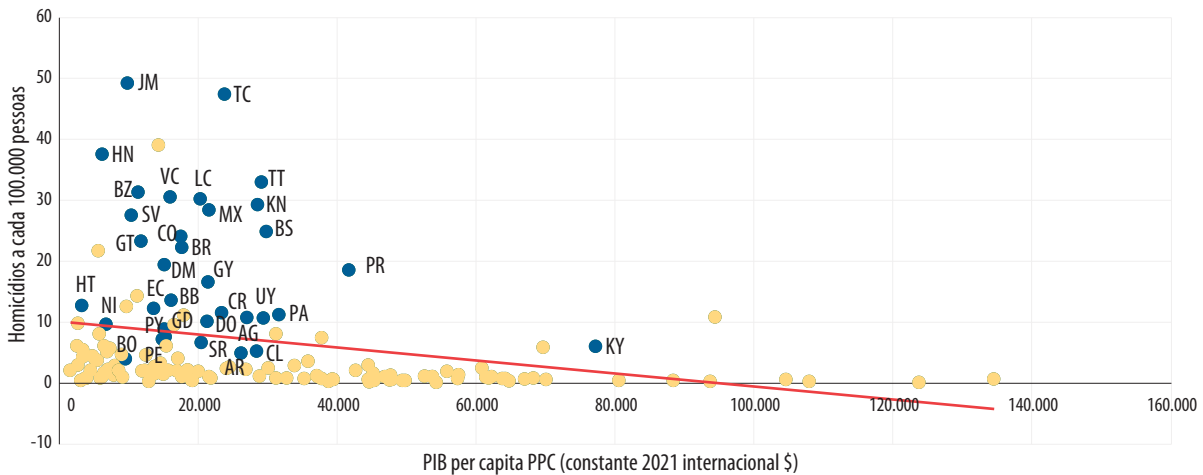
56 As taxas de denúncia de crimes violentos não letais (como roubo, agressão e estupro) geralmente são baixas e variam significativamente dependendo do tipo de crime e das características individuais (Soares, 2004).

As taxas de homicídios na região no último período de cinco anos disponível (2018–22) excedem o que seria previsto pelo nível de desenvolvimento dos países, são altas em relação a países com renda per capita (Figura 2.5, painel a) e níveis de desigualdade (Figura 2.5, painel b) semelhantes.

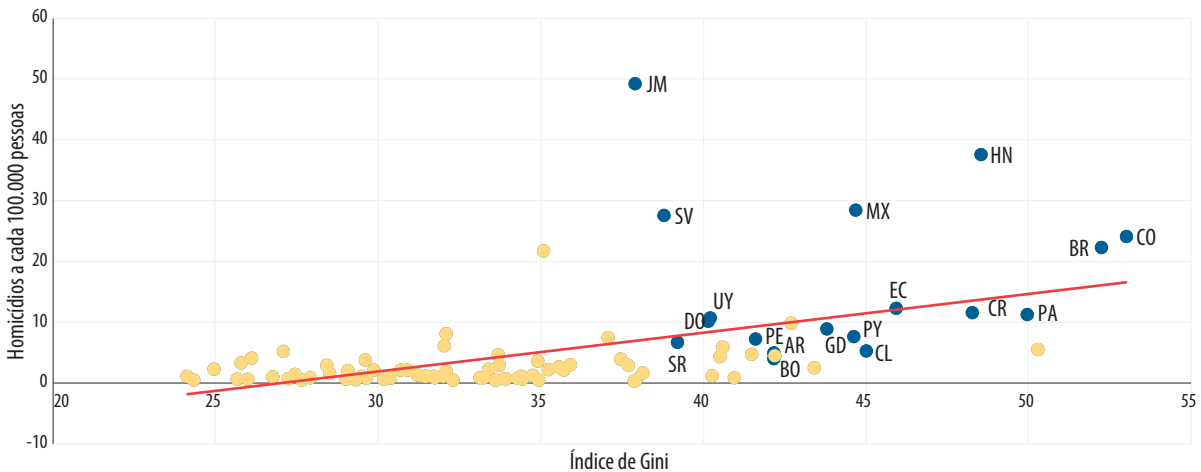
FIGURA 2.5.

**Os países da ALC sofrem mais com violência letal do que outros países com níveis semelhantes de desenvolvimento e desigualdade**

a. Homicídios por 100.000 pessoas versus PIB per capita, média de 2018–22



b. Homicídios por 100.000 pessoas versus desigualdade de renda, média de 2018–22



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).  
Nota: Os países da ALC são apresentados em azul. Os rótulos de dados usam os códigos de país da Organização Internacional de Normalização (ISO). ALC = América Latina e Caribe; PPC = paridade de poder de compra.

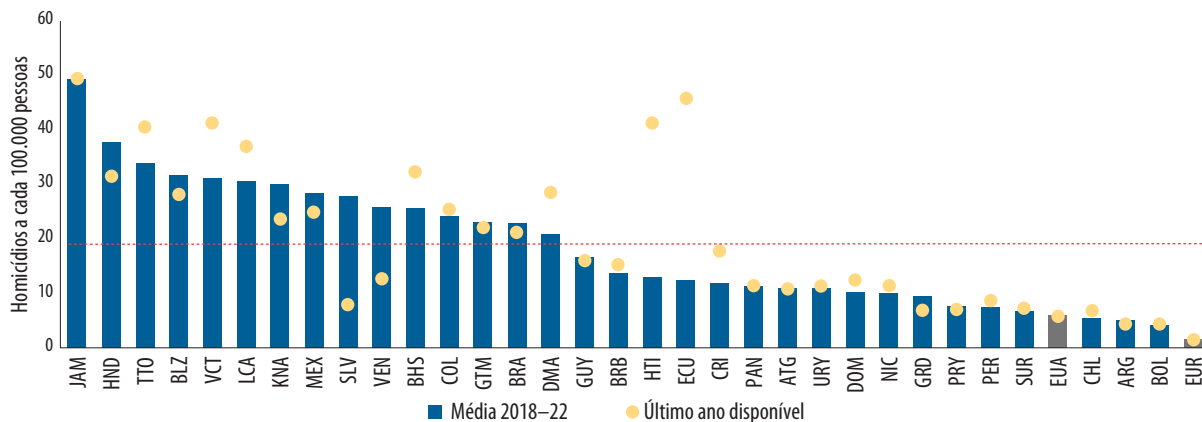
A média da ALC esconde uma variação substancial entre países na intensidade da violência medida pelo número de homicídios.<sup>57</sup> As taxas médias de homicídios de 2018 a 2022 variam de 49 homicídios por 100 mil habitantes na Jamaica e 38 em Honduras (no topo) a 5 na Argentina e 4 na Bolívia (na base) (Figura 2.6). As tendências da violência letal também diferem expressivamente entre países. Embora o último número disponível da taxa de homicídios por país (ponto azul na Figura 2.6) mostre uma melhora considerável em alguns países nos últimos anos, especialmente em El Salvador e na Venezuela, o problema piorou sensivelmente em países como Equador e Haiti.

57 A violência é, de fato, um fenômeno localizado que varia drasticamente dentro de países, cidades, bairros e até trechos de ruas.

FIGURA 2.6.

**As taxas de homicídio variam muito entre os países da ALC**

Taxa média de homicídios, ALC e comparadores, 2018–22 e último ano disponível



Fontes: Cálculo da equipe do Banco Mundial com base nos dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Nota: A linha pontilhada é a média simples da ALC em 2018–22. Os pontos amarelos mostram o último número disponível de cada país. A figura usa os códigos de países da Organização Internacional de Padronização (ISO). ALC = América Latina e Caribe.

### A vitimização do crime é distribuída entre os países de maneira mais uniforme do que os homicídios

Pesquisas harmonizadas oferecem uma metodologia alternativa, comparável entre países, para medir a criminalidade e a violência. Um terço das pessoas entrevistadas na Pesquisa Mundial de Valores (WVS) da ALC afirmam que elas ou algum familiar havia sido vítima de crime no ano anterior. Esse número é três vezes maior do que a média do resto do mundo. Esses níveis (e a lacuna implícita) permaneceram praticamente inalterados nos últimos 15 anos.<sup>58</sup> As taxas de vitimização baseadas em pesquisas capturam crimes violentos letais e não letais, bem como crimes contra a propriedade e, portanto, são medidas informativas dos padrões gerais de criminalidade.

A WVS não possibilita comparações de taxas de vitimização entre os países da ALC nos mesmos anos, visto que cada onda da pesquisa abrange apenas um subconjunto de países. No entanto, outra pesquisa de opinião pública (Latinobarómetro) inclui uma pergunta semelhante sobre vitimização, que nos possibilita comparar consistentemente uma amostra maior de países da ALC ao longo do tempo (Figura 2.7). A vitimização é distribuída de forma mais uniforme do que os homicídios na região, com exceção de níveis muito altos no México e níveis muito baixos no Panamá. Isso significa que os níveis de vitimização são altos mesmo em países onde as taxas de homicídio são relativamente baixas (como Argentina e Peru).

### A violência letal do crime organizado predomina na ALC de hoje

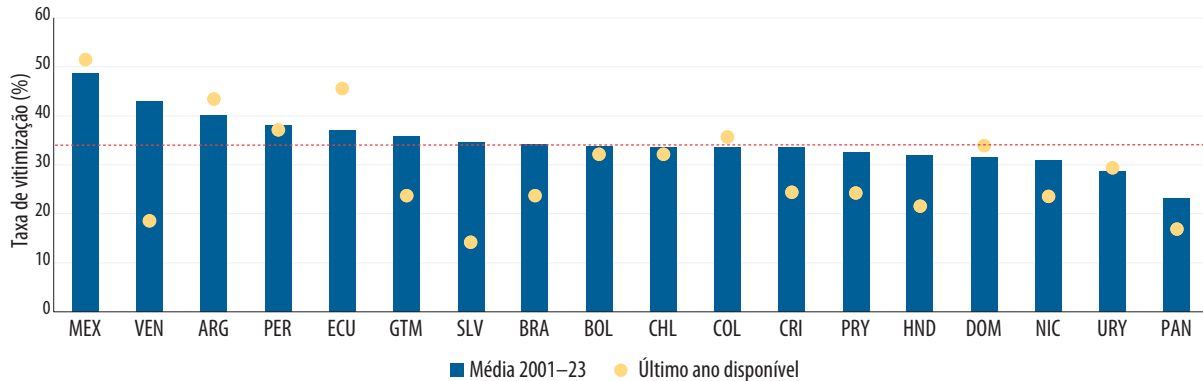
A maioria dos países não pertencentes à ALC classificados entre os 50 primeiros por sua pontuação em matéria de criminalidade apresenta taxas de homicídio inferiores a 10 por 100 mil habitantes. As exceções são Nigéria, África do Sul e Sudão do Sul. Em contrapartida, todos os países da ALC no mesmo grupo, exceto Paraguai e Peru, têm taxas de homicídio superiores a 10 por 100 mil habitantes e, em sete países, o número de pessoas assassinadas a cada grupo de 100 mil habitantes é superior a 20. Esses números sugerem que o crime organizado é mais letal na ALC do que na maioria das demais regiões, suscitando a pergunta sobre o que mais é diferente na ALC.

58 Como nem todos os países na WVS aparecem em todas as ondas, as taxas médias de vitimização nesses cálculos são baseadas em uma amostra reduzida dos países que aparecem em ambos os períodos. Especificamente, comparamos o período de 2010 a 2014 ao período de 2017 a 2023. Cada país da amostra aparece em ambos os períodos pelo menos uma vez.

FIGURA 2.7.

**Na ALC, a vitimização é distribuída de maneira mais uniforme do que os homicídios**

Taxas de vitimização, países da ALC, média de 2000–23 e último ano disponível



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base no Latinobarómetro.

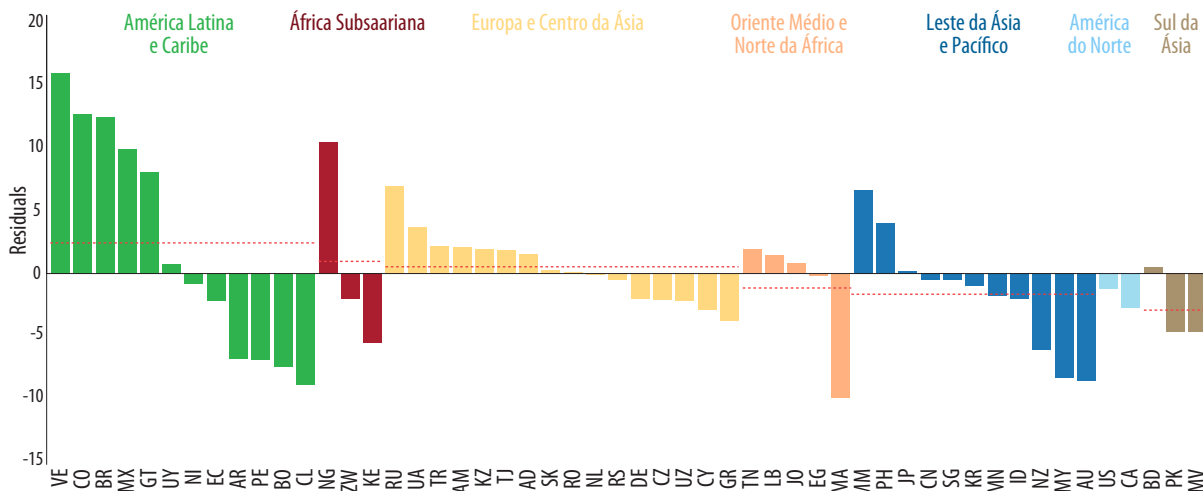
Nota: A linha pontilhada é a média simples de todos os países da ALC. O último ano disponível é 2023, exceto no caso da Nicarágua (2020). A figura usa os códigos de países da Organização Internacional de Padronização (ISO). ALC = América Latina e Caribe.

A Figura 2.8 assinala o nível de “excesso” de homicídios em relação ao que seria previsto pelo nível informado de vitimização em todos os países na amostra da WVS.<sup>59</sup> A ALC exhibe, de longe, os níveis médios mais altos de excesso de violência letal (linhas horizontais), seguida pela África Subsaariana e Europa e Ásia Central. Na ALC, os países com os níveis mais altos de excesso de violência letal são a Venezuela, Colômbia, Brasil, México e Guatemala. Em contrapartida, países como Chile, Bolívia, Peru e Argentina informam taxas de homicídio mais baixas em relação a seus níveis gerais de criminalidade. Essa medida de excesso de violência letal está altamente correlacionada com a pontuação de criminalidade GI-TOC (0,63) na ALC. A correlação é mais baixa globalmente (0,34), confirmando que o crime organizado e a violência na ALC apresentam algumas particularidades.

FIGURA 2.8.

**A ALC é a região do mundo com o nível mais alto de excesso de violência criminal letal**

Resíduos da taxa de homicídios em relação à taxa de vitimização (média 2017–22)



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base no Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e nas Pesquisas Mundial de Valores.

Nota: A figura usa códigos de países da Organização Internacional de Padronização (ISO). ALC = América Latina e Caribe.

59 A taxa de homicídios nos países (média no período de 2017-22) regrediu em relação à vitimização média registrada no mesmo período pela WVS. Os resíduos dessa regressão podem ser interpretados como a parcela de homicídios que não pode ser explicada pela criminalidade geral (conforme capturada pelas taxas de pesquisas de vitimização por crime): ou seja, o excesso de violência letal do país em relação a determinado nível de criminalidade. Valores positivos dos resíduos indicam que as taxas de vitimização preveem taxas de homicídio mais baixas do que as observadas; ou seja, que a criminalidade é mais letal. Os resultados serão muito semelhantes se, em vez dos resíduos de regressão, for calculada a razão homicídios/taxas de vitimização. A correlação das classificações em nível nacional entre as duas medidas é de 0,79.



## Instituições fracas em áreas críticas alimentam o problema em vez de mitigá-lo

O fato de que na ALC o crime organizado resulta em mais violência letal do que em outras regiões pode ser explicado, em parte, por disputas persistentes entre facções criminosas por controle territorial e de mercado. Além disso, expõe a fraqueza do Estado em sua capacidade de resposta. A erradicação total do crime organizado é improvável. Mas uma ação mais eficaz do Estado pode ajudar a “administrar” o crime organizado e a combater suas manifestações mais prejudiciais, como provavelmente ocorreu em outras regiões onde a presença do crime organizado não tem alta correlação com a violência letal e parece ter um impacto menor no desenvolvimento econômico.

Os países da ALC se destacam por seus mercados de trabalho ineficientes, com grandes segmentos da sociedade privados de buscar uma vida que lhes traga valor. Esses mercados também se destacam por deficiências nos três pilares principais da política de segurança: penitenciárias, forças policiais e sistemas de justiça. Esta seção mostra que a região enfrenta sérios problemas em todas as três dimensões e destaca intervenções de políticas urgentes que os governos precisam implementar para melhorar sua capacidade de aplicação da lei para combater o flagelo do crime organizado.

### As penitenciárias da ALC precisam ser transformadas para cumprir seus objetivos<sup>60</sup>

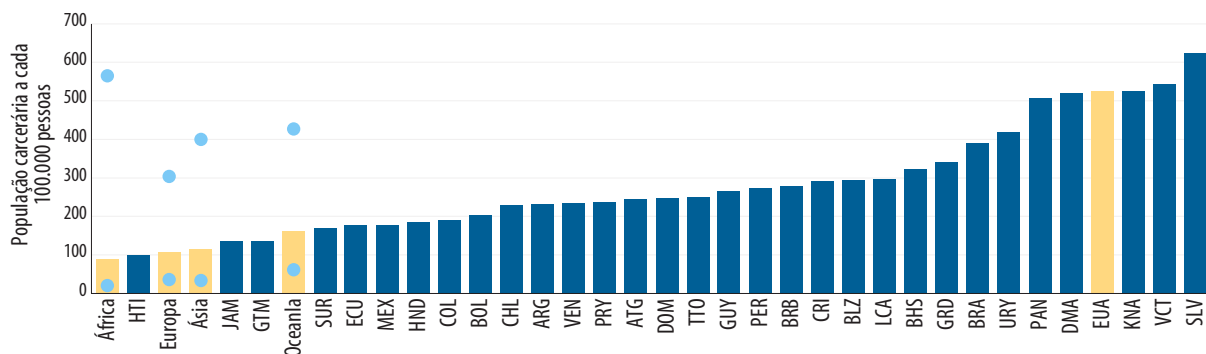
As penitenciárias devem contribuir para reduzir a criminalidade por meio de incapacitação, prevenção/dissuasão e ressocialização.<sup>61</sup> Incapacitação é a retirada do criminoso da sociedade, para que não venha a cometer outros crimes enquanto cumpre a pena. A prevenção/dissuasão visa desestimular possíveis comportamentos criminosos por meio da ameaça de prisão. A ressocialização busca melhorar os resultados do apenado após sua libertação. Os sistemas prisionais da ALC falham em todas essas frentes.

Os níveis de encarceramento na região são mais altos do que na maior parte do mundo (Figura 2.9). Uma exceção entre os países de alta renda são os Estados Unidos, onde as taxas de detenção são historicamente altas. Dois casos extremos na região são El Salvador e Haiti, com taxas de detenção expressivamente altas e baixas, respectivamente. Uma alta taxa encarceramento nem sempre corresponde a uma taxa menor criminalidade.

FIGURA 2.9.

### Os países da ALC têm taxas de encarceramento relativamente altas

Pessoas encarceradas por 100 mil habitantes, 2021 ou 2022



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Nota: Os países da ALC são apresentados em azul escuro. As barras das regiões do mundo (em amarelo) mostram a mediana do indicador correspondente, enquanto os pontos azul claro indicam os valores mínimo e máximo dentro de cada região. Os rótulos de país usam os códigos de países da Organização Internacional de Padronização (ISO). ALC = América Latina e Caribe.

60 A discussão nesta seção refere-se a prisões e cadeias sob o rótulo de “penitenciárias”, uma vez que as distinções entre esses termos adotadas nos Estados Unidos não são tão claras na ALC, nem comparáveis entre os países da região. A discussão também se refere de forma intercambiável a “sistema prisional” e “sistema penitenciário”.

61 Becker (1968); Bhuller et al. (2020); Drago, Galbiati e Vertova (2009); Kuziemko (2013).



A preocupação mais urgente é que, em muitos locais, facções do crime organizado assumiram o controle das penitenciárias e comandam o crime nas ruas de dentro delas.<sup>62</sup> Os criminosos atrás das grades não são mais impedidos de cometer novos crimes e a prisão não é mais uma ameaça capaz de dissuadir os criminosos. Ao contrário, tornou-se um passo na carreira dos membros de facções criminosas. As penitenciárias na ALC não são apenas um “lugar seguro” para chefes de facções criminosas, mas também um campo para o recrutamento e treinamento de novos membros. No Brasil, o PCC e o Comando Vermelho surgiram nas penitenciárias como uma estratégia para os presos se defenderem da violência prisional. Esses grupos cresceram em tamanho e alcance, formando facções criminosas transnacionais.<sup>63</sup> O Tren de Aragua também surgiu atrás das grades na Venezuela.<sup>64</sup> As “*maras*” maiores e mais mortais de El Salvador, Barrio 18 e MS-13, por sua vez, nasceram nas penitenciárias de Los Angeles. Outras facções criminosas notórias não se originam dentro das penitenciárias, mas seus chefes presos preservam e comandam operações externas e negociam e controlam operações com chefes de grupos criminosos concorrentes e também presos.<sup>65</sup>

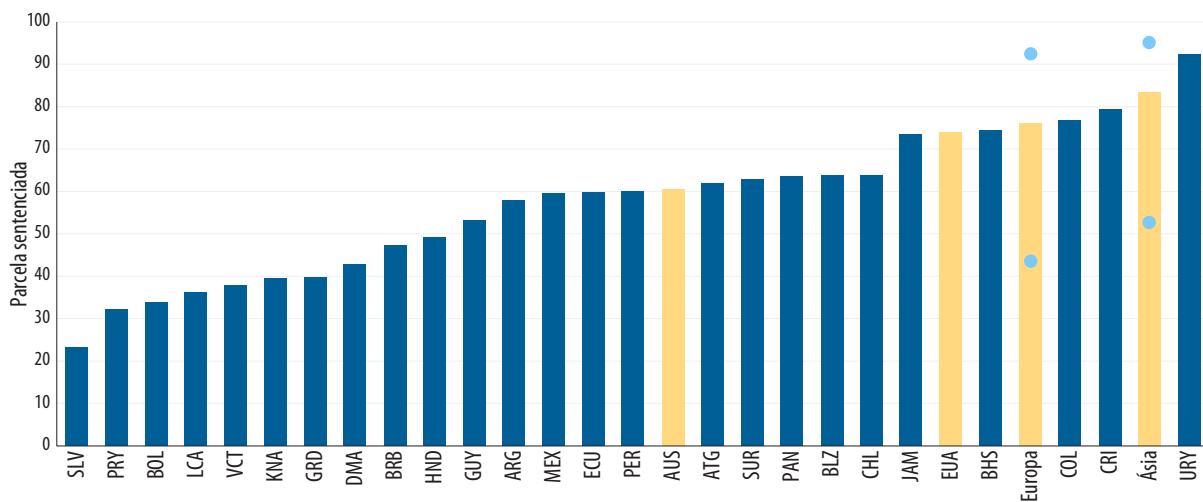
As autoridades da ALC precisam recuperar o controle das penitenciárias, impedindo o acesso a telefones celulares e outras formas de comunicação, submetendo os chefes de facções criminosas a controles mais rígidos em instalações de alta segurança e melhorando a distribuição de prisioneiros para evitar a exposição de criminosos de menor periculosidade a membros de grupos criminosos. É claro que essas intervenções são desafiadoras, uma vez que a repressão nas penitenciárias pode instigar violência interna e externa. Por exemplo, em Rosário (Argentina) o endurecimento das condições de segurança carcerária em março de 2024 desencadeou uma série de assassinatos aleatórios nas ruas, determinados pelos chefes presos da facção criminosa Los Monos, como forma de protesto contra a operação. No entanto, as autoridades responderam a essa violência e a taxa de homicídios caiu rapidamente (ver Quadro 2.2).

Os sistemas penitenciários da ALC também se destacam pelo grande número de presos sem sentença condenatória, além de condições adversas e superlotação (Figura 2.10). Dos 24 países da ALC com dados disponíveis, seis têm mais do que o dobro de prisioneiros além da capacidade de vagas e apenas três operam aquém da capacidade. Em média, quase metade dos presos não tem sentença condenatória. El Salvador mais uma vez é um caso extremo, com apenas 23 por cento dos presos sentenciados.

FIGURA 2.10.

**As penitenciárias da ALC estão superlotadas e muitos prisioneiros não têm sentença condenatória**

a. Parcela de pessoas presas sentenciadas, 2021 ou 2022



62 Schargrodsky e Tobón (2025).  
 63 Biondi (2016); Lessing (2010); Lessing e Willis (2019).  
 64 Sampó e Troncoso (2024).  
 65 Blattman et al. (2024a, 2024b); Kalsi (2018); Sviatschi (2022).

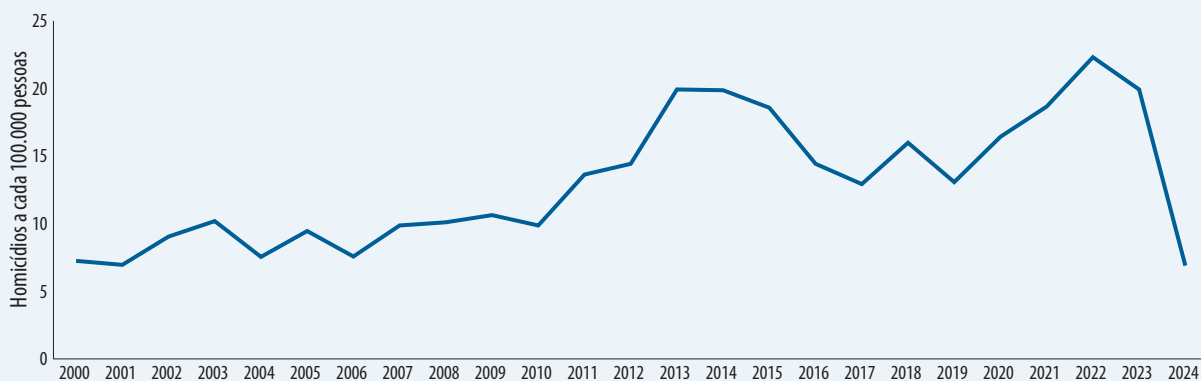
**QUADRO 2.2.****A intervenção em prisões de Rosário em 2024<sup>a</sup>**

Desde 2013, os crimes violentos aumentaram expressivamente na cidade de Rosário, na Argentina. Esse fenômeno está quase que inteiramente relacionado com o tráfico de drogas, com a maioria dos assassinatos associados a disputas territoriais entre a maior facção criminosa de Rosário, *Los Monos*, e organizações rivais. Apesar do encarceramento da maioria dos chefes da *Los Monos*, a taxa de homicídios continuou a crescer, chegando a 22 homicídios por 100 mil habitantes em 2023 (cinco vezes a taxa da Argentina). A corrupção no sistema prisional permitiu aos chefes presos de facções criminosas conduzir suas atividades ilícitas do lado de fora. Por exemplo, em 2022, *Los Monos* realizou um ataque a tiros disparados de um veículo na residência de um juiz federal que havia determinado a transferência de um dos chefes criminosos para outro presídio.

No início de 2024, as autoridades federais e provinciais lançaram o *Operativo Bandera*, que tornou mais severas as condições carcerárias dos chefes de facções criminosas e instituiu a proibição do uso de telefones celulares, a implementação de revistas repentinas, a realocação de prisioneiros, o agrupamento de membros de facções criminosas em alas separadas e o controle de visitas. As facções criminosas responderam com uma série de assassinatos aleatórios de civis nas ruas. No entanto, o governo manteve o rigor das condições carcerárias para os chefes de facções criminosas e respondeu com o envio de mais 1.400 agentes de segurança federais para a cidade, em coordenação com a polícia provincial. O *Operativo Bandera* teve sucesso quase que imediato, reduzindo em 65 por cento a taxa de homicídios em Rosário (Figura Q2.1.1).

**FIGURA Q2.1.****Os homicídios diminuíram drasticamente após a intervenção em prisões de Rosário**

Homicídios por 100 mil habitantes, Rosário (Argentina), 2000–24



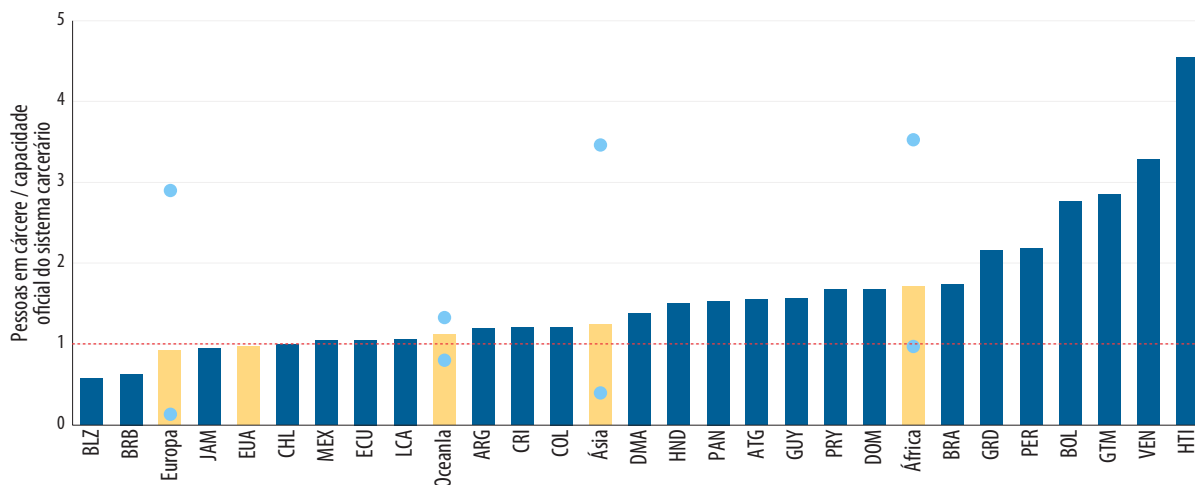
Fontes: Sistema Nacional de Información Criminal para dados de 2000-23; Ministerio de Justicia y Seguridad de Santa Fe para dados de 2024.

**Nota**

a. Quadro baseado em Schargrotsky e Tobón (2025).

**Figura 2.10. As penitenciárias da ALC estão superlotadas e muitos prisioneiros não têm sentença condenatória (continuação)**

b. Proporção de pessoas presas em relação à capacidade oficial das penitenciárias, 2021 ou 2022



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Nota: Os países da ALC são apresentados em azul escuro. As barras das regiões do mundo (em amarelo) mostram o país mediano na região, e os pontos azul claro indicam os valores mínimo e máximo de cada região. A "parcela de sentenciados" é calculada como o número informado de presos com sentença condenatória, dividido pela população carcerária total. O número de sentenciados em El Salvador foi extraído do *World Prison Studies*, devido a dados incompletos do UNODC. Os dados sobre a capacidade das instituições prisionais nos Estados Unidos são de 2019 e, do o Haiti, de 2015. ALC = América Latina e Caribe.

Uma segunda prioridade é melhorar as condições das penitenciárias. Ao fornecer aos presos infraestrutura e serviços de melhor qualidade, níveis de ocupação mais baixos e maiores proporções entre detentos e agentes penitenciários, algumas regiões da Colômbia registraram uma redução de 36 por cento nas taxas de reincidência.<sup>66</sup> Resultados semelhantes foram observados nos Estados Unidos.<sup>67</sup> Melhorar as condições prisionais também implica implementar programas para ressocializar os detentos.<sup>68</sup>

Para reduzir a superlotação, também é fundamental considerar alternativas ao encarceramento. Essas alternativas podem ser particularmente importantes para poupar jovens infratores de uma experiência prisional deletéria sob a influência de organizações criminosas.<sup>69</sup> O monitoramento eletrônico se mostrou uma alternativa econômica à prisão na Argentina, reduzindo as taxas de reincidência em aproximadamente 50 por cento.<sup>70</sup> Reduzir a prisão preventiva e a duração das penas também são estratégias que podem reduzir a reincidência.<sup>71</sup> A justiça restaurativa e as terapias comportamentais também apresentam resultados promissores.<sup>72</sup> A maioria delas são alternativas de baixo custo e, portanto, potencialmente econômicas em relação ao encarceramento padrão.

Finalmente, o mundo tem observado a estratégia “*mano dura*” (mão firme) do governo salvadorenho, implementada em 2021 para incapacitar o MS-13, o Barrio 18 e outros grupos criminosos por meio do encarceramento em massa.<sup>73</sup> Mais de 73 mil jovens do sexo masculino foram presos.<sup>74</sup> A queda resultante do número de homicídios (de 18 para 2,4 por 100 mil habitantes entre 2021 e 2023) e a recuperação do controle territorial do Estado angariaram forte apoio dos

66 Tobón (2022).

67 Chen e Shapiro (2007).

68 Alsan et al. (2024); Davis, Meares e Arnesen (2025).

69 Agan, Doleac e Harvey (2023); Agan et al. (2023); Aizer e Doyle (2015); Bhuller et al. (2020); Eren e Mocan (2021); Kleinberg et al. (2018); Kuziemko e Levitt (2004).

70 Di Tella e Schargrodsky (2013). Essas constatações se repetiram nos Estados Unidos e na Austrália (Grenet, Grönqvist e Niknami 2024; Williams e Weatherburn 2022).

71 Donohue e Wolfers (2006); Estelle e Phillips (2018); Polinsky e Riskind (2019); Rosa (2021); Rosa e Shem-Tov (2021).

72 Shem-Tov, Rafael e Skog (2024).

73 A repressão foi possível com uma declaração de estado de emergência que suspendeu os direitos constitucionais em combate a esses grupos (*Human Rights Watch* 2024). Inicialmente previsto para durar 30 dias, o estado de emergência já foi prorrogado 34 vezes até o momento (*Economist* 2023a).

74 *Human Rights Watch* (2024).

cidadãos.<sup>75</sup> A estratégia, no entanto, tem sido questionada por desconsiderar a separação de poderes no governo e o devido processo legal.<sup>76</sup> Em outros países da ALC, mesmo os resultados de curto prazo da estratégia de “mão firme” se mostraram fortemente atrelados ao contexto. Alguns fortaleceram o controle das organizações criminosas a partir das penitenciárias e estenderam sua influência além das fronteiras, forçando sua fragmentação e realocação.<sup>77</sup>

## Forças policiais em operação podem fazer uma grande diferença, mas moldá-las é difícil

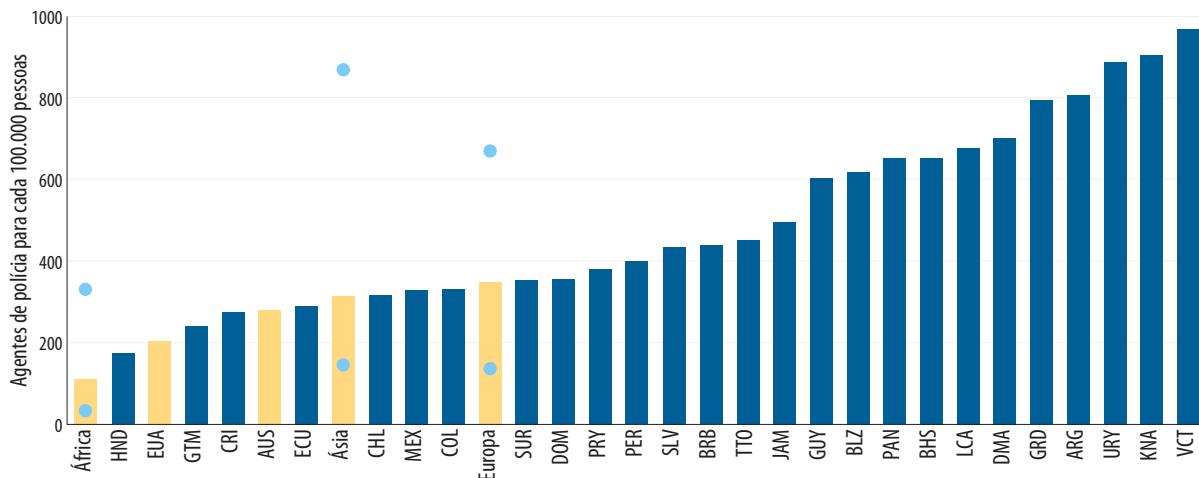
As forças policiais reduzem o crime por meio da prevenção/dissuasão (a presença da polícia desestimula a prática de crimes ao aumentar a probabilidade de apreensão de aspirantes a criminosos) e da incapacitação (os infratores capturados pela polícia não podem cometer novos crimes). Como no caso das penitenciárias, a maioria das forças policiais na ALC não cumpre suas funções.

As forças policiais da ALC variam em termos de tamanho, de 173 por 100 mil habitantes em Honduras a 968 por 100 mil habitantes em São Vicente e Granadinas. A região apresenta a maior variação no tamanho das forças policiais entre países e a maior mediana regional. No entanto, a maioria dos países da ALC está dentro da faixa europeia no quesito tamanho da força policial por 100 mil habitantes (Figura 2.11). Com base nesses números, é impossível concluir que os países da ALC são superpolicados ou subpolicados, visto que a eficácia da polícia depende de outros fatores além de seu tamanho.

FIGURA 2.11.

### O tamanho das forças policiais varia entre países

Policiais por 100 mil habitantes, países da ALC e comparadores, 2021 ou último ano disponível desde 2015



Fontes: Cálculos da equipe do Banco Mundial com base em dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Nota: Os países da ALC são apresentados em azul escuro. As barras de regiões do mundo (em amarelo) mostram o país mediano, enquanto os pontos azul claro indicam os valores mínimo e máximo de cada região. Os dados do Chile são de 2017. O Brasil não está incluído na figura porque não há informações disponíveis após 2013. ALC = América Latina e Caribe.

75 Uma redução anterior da violência letal, de 105 para 20 homicídios por 100 mil habitantes entre 2015 e 2020, resultou de um acordo com o MS-13 e o Barrio 18 para diminuir a violência em troca de melhores condições carcerárias e libertação antecipada. Em que pese seu sucesso em conter a violência letal, a trégua aumentou a extorsão (Blattman 2024; Duda 2020; *Insight Crime* 2024; Meléndez-Sánchez e Invernó 2024; Papadovassilakis 2023). Apesar da proibição constitucional de reeleição imediata, o presidente Nayib Bukele foi reeleito por uma grande margem em 4 de fevereiro de 2024. Os índices de aprovação do governo variam entre 80 por cento e 90 por cento—os mais altos da América Latina. Pesquisas mostram que as pessoas de outros países da ALC talvez vejam o presidente Bukele de forma mais favorável do que os salvadorenhos (*Economist* 2023a, 2024a).

76 Anistia Internacional (2022); *Cristosal Human Rights* (2023); *Economist* (2023a); *Human Rights Watch* (2024).

77 Akee et al. (2014); Blattman (2024); Davenport (2007); Gonçalves et al. (sem data); Lessing (2013); Meléndez-Sánchez e Winter (2024).

O tamanho da força policial pode, de fato, ser problemático em locais onde o crime é alto e as forças policiais são pequenas. Não existe, no entanto, uma proporção ideal entre policiais e habitantes e nenhuma razão para que a força policial deva ser distribuída de forma homogênea por todo o território. A forma como força policial é distribuída na geografia de determinado país ou cidade pode ter um papel fundamental. Aqui está um exemplo em que melhores dados e melhores ferramentas de processamento, incluindo o uso de inteligência artificial e análise de dados, podem melhorar as estratégias de patrulhamento e a alocação eficiente de recursos em tempo real. As estratégias geográficas incluem intervenções específicas destinadas a recuperar o controle territorial do Estado, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Brasil, que buscavam recuperar o controle de favelas dominadas por grupos criminosos, e o Plano de Controle Territorial salvadoreño, que recuperou a autoridade do Estado sobre áreas antes controladas por facções criminosas.<sup>78</sup>

A alocação de recursos entre atividades de patrulhamento e investigação é outra dimensão que importa para a eficácia da polícia no combate ao crime organizado. Geralmente há um viés a favor do patrulhamento, pois o destacamento policial visível atende às demandas dos cidadãos por presença policial. No entanto, o patrulhamento ajuda a combater o crime comum, mas não é suficiente para enfrentar o crime organizado, que requer capacidades mais fortes de investigação policial.

Em geral, as forças policiais na ALC também são mal treinadas para enfrentar os desafios a que são apresentados, especialmente pelo crime organizado. Um treinamento mais eficaz em melhores práticas de policiamento, tanto em matéria de patrulhamento quanto de investigação, pode fazer a diferença. Além disso, prevenir a corrupção, reduzir a rotatividade de pessoal, lidar com problemas de saúde mental (comuns à profissão) e promover lealdade ao Estado entre policiais requer um maior apoio institucional na forma de melhores condições de trabalho, práticas de bem-estar e remuneração.<sup>79</sup>

Outra questão ao considerar a eficácia da polícia na ALC é a necessidade de coordenação com outros órgãos do Estado e, às vezes, com outras forças de segurança. As forças policiais devem coordenar e colaborar com outros órgãos do Estado para serem eficazes. A Cidade do México é um bom exemplo de uma estratégia de múltiplos pilares para combater o crime, fortemente ancorada no policiamento baseado em inteligência e na coordenação interinstitucional, sob um comando centralizado (Quadro 2.3). A coordenação também é essencial quando as forças locais e nacionais se sobrepõem. Além disso, a resposta à crescente presença de organizações criminosas nacionais e transnacionais exige uma melhor coordenação (por meio de comando centralizado ou outros mecanismos) das intervenções policiais dentro e entre os países da ALC.

Os países da região variam no grau de descentralização de suas forças policiais. Por exemplo, enquanto a Colômbia tem apenas uma força policial (nacional) distribuída pelo território, a Argentina tem forças policiais federais e provinciais.<sup>80</sup> A (des)centralização policial apresenta vantagens e desvantagens importantes. As forças policiais locais podem ter a vantagem de conhecer melhor o local. Porém, se os grupos do crime organizado responderem às intervenções policiais em uma área transferindo suas atividades para outra, respostas policiais descentralizadas e isoladas provavelmente não serão suficientes. Por outro lado, a coordenação e a concorrência entre as forças de segurança podem impedir sua captura por organizações criminosas. No entanto, talvez mais importante do que o grau de descentralização institucional seja a capacidade de coordenação interna das forças policiais entre suas unidades e com outros atores estatais, conforme já mencionado.

78 Monteiro e Weintraub (2025).

79 Dube, MacArthur e Shah (2023); Holz, Rivera e Ba (2023); Owens et al. (2018).

80 A Argentina também tem outras forças de segurança federais, como a Gendarmería e a Prefectura nacionais, encarregadas de proteger as fronteiras nacionais do país.

**QUADRO 2.3.****Estratégia de redução de crimes de alto impacto da Cidade do México<sup>a</sup>**

A taxa de homicídios na Cidade do México atingiu o pico de 30 por 100 mil habitantes em 2018, após quatro anos de recrudescimento. Uma nova estratégia de redução da criminalidade foi implementada em 2019 para diminuir a incidência de crimes de alto impacto e melhorar a percepção de segurança.<sup>b</sup> A estratégia ainda está sendo implementada e consiste em seis pilares fundamentais:

1. Policiamento baseado em inteligência, a força policial da Secretaria de Segurança Cidadã (SSC) recebeu novos poderes investigativos, aprimorando suas operações com ações bem direcionadas e baseadas em inteligência.
2. Coordenação interinstitucional sob o comando centralizado do Chefe de Governo para promover colaboração contínua entre o Ministério Público, a SSC e bairros locais, por meio de reuniões periódicas.
3. Alocação estratégica da força policial em áreas de alta criminalidade para dar uma resposta mais rápida e eficaz.
4. Uso de ferramentas tecnológicas avançadas para otimizar a vigilância e a resposta a incidentes.
5. Priorização da profissionalização e do bem-estar do quadro policial, resultando em um aumento salarial acumulado de 45 por cento entre 2018 e 2022 e certificação de quase 90 por cento do quadro.
6. Programas sociais para combater causas subjacentes.

A estratégia resultou em uma redução de 49 por cento no número de crimes de alto impacto entre julho de 2019 e julho de 2024, com as médias diárias caindo de 131 para 57 crimes. A percepção de insegurança também caiu de 92 por cento no início de 2018 para 52 por cento em meados de 2024, uma queda de 41 por cento. Os homicídios vêm caindo anualmente desde então.<sup>c</sup>

**Notas**

- a. Quadro baseado em texto de Thomas Favennec, do LAB-CO.
- b. Cidade do México, *Gobierno de la Ciudad de México* (2024a); Cidade do México, *Secretaría de Seguridad Ciudadana de la Ciudad de México* (2024a).
- c. Cidade do México, *Gobierno de la Ciudad de México* (2024b); Cidade do México, *Secretaría de Gobierno de la Ciudad de México* (2024b).

A eficácia da polícia também depende da confiança da comunidade. De acordo com a Pesquisa Mundial de Valores (2017–22), na ALC os níveis de confiança dos cidadãos na polícia são os mais baixos do mundo. Em média, 67 por cento dos entrevistados nos países da ALC informaram ter pouca ou nenhuma confiança na polícia, em comparação a 36 por cento em países fora da ALC. A falta de confiança afeta a denúncia de crimes e a cooperação. Combater o uso da força e o abuso e a aplicação preconceituosa da lei (por exemplo, a perseguição de minorias) pode contribuir para restaurar a confiança nas forças policiais.<sup>81</sup> Intervenções preventivas voltadas para policiais em situações de risco parecem ter uma boa relação custo-benefício na redução desses comportamentos.<sup>82</sup> Outra abordagem para reduzir o preconceito é aumentar a diversidade dentro dos departamentos de polícia, recrutando grupos sub-representados.<sup>83</sup> Mais apoio institucional, conforme descrito acima, também pode ajudar.

81 Braga, Brunson e Drakulich (2019).

82 Abril et al. (2024); Parker, Ross e Ross (2024); Stoddard, Fitzpatrick e Ludwig (2024).

83 Ba et al. (2021); Cox, Cunningham e Ortega (2024); Donohue e Levitt (2001); Harvey e Mattia (2024); Miller e Segal (2019).

Medidas eficazes de monitoramento e responsabilização são cruciais para melhorar as relações entre a polícia e a comunidade.<sup>84</sup> Por exemplo, as câmeras corporais têm o potencial de influenciar os resultados do policiamento, reduzindo consideravelmente o uso de força letal e não letal pelos policiais e as queixas de civis contra a polícia. Do ponto de vista financeiro, essas câmeras podem se pagar ao reduzir os custos de investigação e de indenizações ou acordos.<sup>85</sup> Finalmente, o policiamento militarizado, que trata os suspeitos como inimigos de guerra, está associado a abusos e é, portanto, indesejável.<sup>86</sup> Os esforços de policiamento orientados para a comunidade surgem como estratégia alternativa ao policiamento militarizado. No entanto, seus resultados são conflitantes e sua eficácia está fortemente atrelada ao contexto (Quadro 2.4).

#### QUADRO 2.4.

### Estratégia de policiamento comunitário do Rio de Janeiro<sup>a</sup>

Em 2008, o estado do Rio de Janeiro criou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) para recuperar territórios tomados por facções criminosas. A iniciativa teve como objetivo abandonar o policiamento “militarizado” das favelas, áreas urbanas de baixa renda que abrigam cerca de 20 por cento da população do Rio, controladas por facções criminosas. Jovens policiais treinados em direitos humanos e policiamento comunitário foram recrutados para promover melhores relações com os moradores das favelas e reduzir os confrontos armados. A implementação variou de acordo com o estilo de liderança, incluindo a oferta de aulas de futebol e karatê para as crianças, a resolução de controvérsias e reuniões comunitárias para discutir segurança. UPPs com mais de 10 mil policiais foram implantadas em cerca de 160 favelas.

As UPPs reduziram a incidência de disparos fatais pela polícia em 45 por cento em comparação ao policiamento militarizado de antes. No entanto, seu impacto variou conforme a capacidade militar das facções criminosas locais e a forma predominante de governança local. Onde os grupos criminosos tinham forte poder militar e ofereciam benefícios a civis, as intervenções das UPPs transformaram as comunidades em zonas de guerra. Onde sua capacidade militar era mais fraca e a governança, mais severa, as UPPs melhoraram as condições de segurança locais. Onde as facções compartilhavam recursos de mercados ilícitos com sócios do estado, ao mesmo tempo em que ofereciam segurança local e assistência a civis, a repressão das UPPs interrompeu essa ordem. Onde os criminosos exploravam comunidades por meio de associações ilícitas com agentes do estado, envolvendo-se em atividades prejudiciais como tráfico de pessoas e sequestro sob proteção policial, ao romper esses pactos ilícitos as UPPs melhoraram a segurança local e os direitos humanos. Onde grupos rivais se envolviam em conflitos constantes pelo controle territorial, as UPPs desempenharam um papel crucial na solução de situações violentas, muitas vezes atuando como atores fundamentais para impor a ordem.

Uma lição dessa experiência é que a capacidade do estado de recuperar controle territorial também depende do comportamento da polícia. O controle territorial efetivo muda quando as comunidades veem a polícia como grupos legítimos e não como criminosos. No entanto, quando as facções criminosas são mais eficazes do que a polícia na manutenção da ordem, os moradores podem preferi-las por temerem mais a polícia do que o próprio crime organizado.

#### Notas

a. Quadro baseado em Magaloni, Franco-Vivanco e Melo (2020).

84 Rivera e Ba (2023).

85 Ariel, Farrar e Sutherland (2015); Assaraf et al. (2024); Barbosa et al. (2021); Braga et al. (2017); Braga, MacDonald e McCabe (2022, 2023); Fagundes, Monteiro e Souza (2023); Lum et al. (2019); Mancha, Monteiro e Weintraub (sem data); Munyo e Rossi (2020); Williams et al. (2021).

86 Magaloni e Rodríguez (2020).

## Os sistemas de justiça são o elo mais fraco

A maioria dos crimes graves na ALC não é investigada nem julgada. Os sistemas judiciais da região não têm capacidade para investigar e julgar crimes de alto impacto adequadamente e, em alguns casos, podem ter sido capturados pelos próprios criminosos.<sup>87</sup>

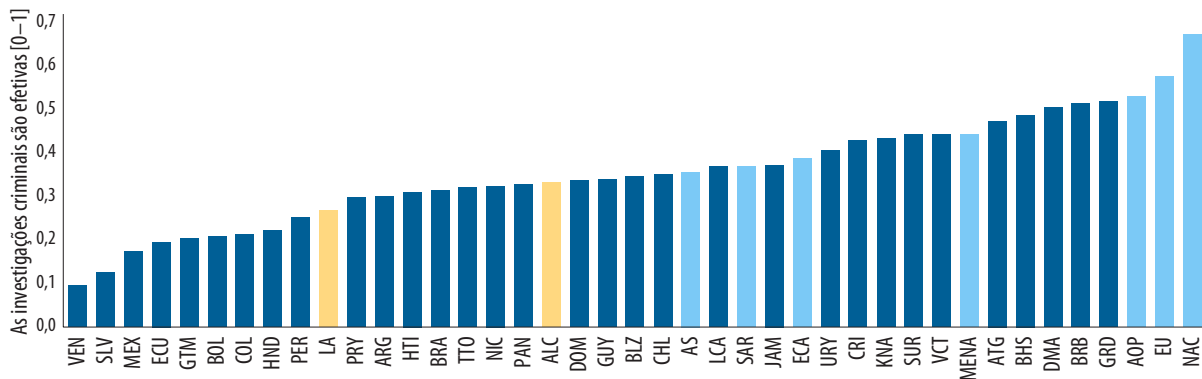
Os indicadores disponíveis da eficácia da investigação criminal e do julgamento – extraídos do World Justice Project – sugerem que, com exceção de Chile, Costa Rica e Uruguai, os países latino-americanos têm a classificação mais baixa em relação a outras regiões do mundo (Figura 2.12). O primeiro indicador avalia a qualidade da justiça criminal com base na percepção e experiência de se os autores dos crimes são efetivamente apreendidos e corretamente acusados. Também mede se a polícia, os investigadores e os promotores dispõem de recursos adequados, estão livres de corrupção e desempenham suas funções com competência. O segundo indicador considera se os autores dos crimes são efetivamente julgados e punidos e se os juizes criminais e outras autoridades judiciais são competentes e produzem decisões rápidas. Esse indicador oferece uma avaliação mais detalhada da impunidade, confirmando que a tolerância ao crime é um grande problema na região.

FIGURA 2.12.

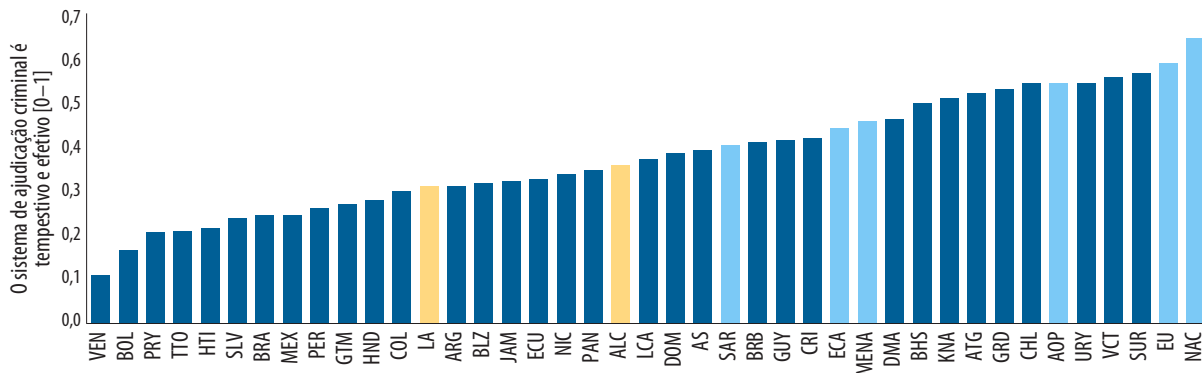
### A maioria dos países latino-americanos tem classificação ruim em relação à eficácia de seus sistemas de justiça criminal

Indicadores de Justiça Criminal, 2023

a. O sistema de investigação criminal é eficaz [0–1]



b. O sistema de julgamento criminal é tempestivo e eficaz [0–1]



Fonte: World Justice Project Rule of Law Index 2023.

Nota: Os índices são baseados em dados de pesquisas da população em geral e questionários de entrevistados qualificados, respondidos por especialistas em direito penal. As pontuações variam de 0 a 1, sendo que 1 indica o sistema mais eficaz. Os países da ALC são apresentados em azul escuro. LAP = Leste da Ásia e Pacífico; EAC = Europa e Ásia Central; UE = União Europeia; AL = América Latina; ALC = América Latina e Caribe; OMNA = Oriente Médio e Norte da África; AN = América do Norte; ASS = África Subsaariana.

87 Essa discussão refere-se aos sistemas de justiça como todas as autoridades públicas que (1) gerenciam e resolvem conflitos entre cidadãos, organizações privadas e órgãos públicos – incluindo mecanismos formais e informais de solução de conflitos; e (2) investigam, julgam e condenam delitos. Essa ampla caracterização inclui diferentes tipos de autoridades públicas, tais como sistemas judiciais formais, órgãos de investigação criminal e ministérios públicos, bem como mecanismos informais de solução de litígios, como conciliação, mediação e outros instrumentos restaurativos.



Altos níveis de impunidade por crimes graves são confirmados pela maioria das medidas de desempenho da justiça criminal nos países da ALC mais afetados pela criminalidade e pela violência. Nesse contexto, a ineficácia do sistema de justiça, aliada a instituições públicas frágeis e forças de segurança deficientes e não estratégicas, contribui para um ciclo vicioso que engloba amplas desvantagens sociais, econômicas e políticas; facções criminosas poderosas e outros grupos ilegais; e mercados ilegais grandes e persistentes.

Os sistemas judiciais deficientes da região indicam que os países não têm capacidade para detectar, investigar e desmantelar organizações criminosas complexas com múltiplos atores e camadas ou, no mínimo, punir os criminosos e as atividades que geram as piores externalidades de bem-estar para os cidadãos da região.

A falta de capacidade judicial pode ser parcialmente explicada por indicadores de desempenho insuficientes, que proporcionariam os incentivos corretos a todos os atores da cadeia policial e de justiça criminal. Por exemplo, em casos relacionados a atividades do crime organizado, o foco em resultados operacionais de curto prazo, como capturar e processar os elos mais fracos da organização, não é a melhor medida de sucesso estratégico, especialmente se essas operações prejudicarem esforços de investigação mais ambiciosos que poderiam resultar na captura e no julgamento dos níveis superiores da cadeia de comando. Da mesma forma, ações repressivas indiscriminadas por parte das autoridades policiais podem resultar em aumentos imprevistos da violência e ser contraproducentes à proteção de civis em determinadas regiões.<sup>88</sup> De fato, a disponibilidade de indicadores adequados de desempenho da justiça criminal pode aumentar a responsabilização e a confiança do público, ao mesmo tempo que proporciona os incentivos certos em prol da eficácia estratégica (e não apenas operacional) (Quadro 2.5).

Para melhorar a capacidade de justiça criminal, especificamente no combate ao crime organizado, as autoridades devem recorrer à *priorização*, o que implica concentrar os recursos disponíveis na investigação e eliminação dos crimes mais nocivos para a sociedade. Exemplos incluem violência homicida, prostituição infantil e extorsão.<sup>89</sup>

As autoridades judiciais também são fundamentais nos esforços para reduzir o encarceramento. Modificar as condições de elegibilidade para a aplicação da lei e a prisão em códigos penais nacionais e subnacionais requer o envolvimento de autoridades judiciais, bem como discussões mais amplas sobre políticas antidrogas. Progredir na conversa sobre a regulamentação dos mercados de drogas pode aliviar a superlotação nas penitenciárias da ALC e liberar recursos para atingir as estruturas centrais das organizações criminosas com mais eficiência.<sup>90</sup>

Por fim, conforme discutido, em alguns dos territórios sob seu controle, as organizações criminosas ajudam as pessoas a resolver seus conflitos, efetiva mente substituindo as instituições de Estado e impondo seu sistema de justiça.<sup>91</sup> Instituições de justiça que funcionam bem, portanto, estão entre as primeiras formas de presença do Estado que os governos devem levar a territórios até então desprovidos de serviços estatais.<sup>92</sup>

88 Abt (2019); Blattman (2023); Draca et al. (2023); Kennedy (2011); Lessing (2017).

89 Abt (2019); Blattman (2023); Braga, Weisburd e Turchan (2018); Kennedy (2011); Lessing (2017).

90 UNDOC (2024); Uprimny, Chaparro e Cruz (2017).

91 Feldmann e Mantilla (2021).

92 Arjona e Saab (2024).

**QUADRO 2.5.****Indicadores de justiça: definição e finalidade<sup>a</sup>**

Indicadores de justiça são métricas mensuráveis que avaliam vários aspectos do sistema de justiça, ajudando a identificar deficiências, monitorar reformas, garantir transparência e alinhar objetivos operacionais e estratégicos. Também desempenham papéis cruciais na medição de desempenho, responsabilização e alocação de recursos, estabelecendo referências que apoiam o planejamento estratégico e a formulação de políticas baseadas em evidências.

Esses indicadores podem ser classificados em três categorias: indicadores de insumos, que avaliam recursos e o progresso de reformas; indicadores de produtos, que avaliam a eficiência institucional; e indicadores de resultados, que medem objetivos mais amplos como confiança do público e redução da criminalidade. Para que os indicadores de justiça sejam eficazes, devem estar alinhados com os objetivos do sistema de justiça. Assim, eles requerem um alto nível de consciência estratégica das autoridades policiais e de justiça criminal para medir e priorizar resultados que maximizem os resultados de longo prazo. Também devem ser facilmente compreendidos, multidimensionais em escopo e acionáveis. Seu desenvolvimento envolve colaboração entre as partes interessadas, incluindo formuladores de políticas, autoridades judiciárias e organizações da sociedade civil, e depende de fontes de dados confiáveis e da padronização dos métodos de coleta de dados.

Os desafios para o desenvolvimento e uso de indicadores de justiça incluem resistência institucional às avaliações de desempenho, bastante comum na América Latina e Caribe, baixa qualidade e disponibilidade de dados e potencial das instituições de manipular métricas em nome da aparência, em vez de buscar melhorias genuínas. Além disso, o benchmarking entre países, ou (em alguns casos) entre estados dentro do mesmo país, pode ser complicado por diferentes arcabouços e estruturas jurídicas. Enfrentar esses desafios requer compromisso político, auditorias independentes, rigor metodológico e criatividade.

Exemplos de indicadores de justiça incluem taxas de resolução de casos, taxas de desempenho operacional (p. ex., taxas de indiciamento ou condenação), duração dos julgamentos e acesso a assistência jurídica. Para maximizar sua eficácia e seu impacto, indicadores como esses devem ser integrados a estratégias de reforma mais amplas por meio de sua vinculação a iniciativas de melhoria de desempenho, garantia de transparência por intermédio de acesso público a dados, incentivo à colaboração entre instituições de justiça e atualização regular para que reflitam a evolução das necessidades do sistema de justiça.

**Notas**

a. Quadro baseado em Dandurand, Kittayarak e MacPhail (2015).

O apoio a sistemas inovadores de conciliação e arbitragem e outros mecanismos de restauração e reparação pode ser um primeiro passo para recuperar o monopólio do Estado e promover a justiça em locais controlados por atores não-estatais. No longo prazo, esses atores podem vir a trabalhar em paralelo com as instituições formais de justiça, administrando conflitos de menor porte e evitando que cheguem aos tribunais. Eles podem complementar e atuar em alinhamento com as instituições convencionais de justiça.

Os mecanismos alternativos de resolução de conflitos não são novos na ALC, mas têm sido implementados em contextos limitados (Quadro 2.6). A experiência da região com esses mecanismos pode informar as estratégias que visam trazer a presença do Estado e promover a justiça em territórios controlados por grupos criminosos.

**QUADRO 2.6.****As unidades de atendimento móvel podem ser uma forma de levar o Estado para áreas onde ele está ausente**

A maioria dos países em desenvolvimento não consegue prestar serviços essenciais em toda a extensão de seu território. Uma abordagem inovadora e testada em diversos contextos é a prestação de serviços com veículos móveis. Clínicas móveis, por exemplo, têm sido implantadas de forma ampla para chegar a pessoas que não têm acesso a serviços de saúde de qualidade.<sup>a</sup> No contexto da luta contra o crime organizado, os serviços de justiça móvel podem ser um primeiro passo para retomar o controle de territórios governados pelo crime.

Os tribunais móveis são cada vez mais utilizados no mundo inteiro para levar os serviços de justiça a áreas remotas e carentes.<sup>b</sup> Há poucas avaliações rigorosas desses programas itinerantes. Em uma zona rural da Libéria, uma organização não governamental (ONG) oferece serviços de mediação e advocacia por meio de assistentes jurídicos comunitários treinados em direito. Para alcançar comunidades remotas, o programa envia “assistentes jurídicos móveis” de motocicletas a 160 aldeias em 5 dos 15 condados da Libéria. A assistência jurídica levou a um aumento no número de clientes que informaram ter achado a resolução justa, além de satisfação e melhores relacionamentos após a resolução dos casos.<sup>c</sup>

A Unidade Móvel de Atenção e Orientação às Vítimas (MUAOV), lançada em 2012 na Colômbia, foi outro programa avaliado. O programa foi criado para atender às necessidades das vítimas de conflitos armados em áreas remotas e marginalizadas. As unidades móveis fazem atendimentos personalizados e prestam assessoramento jurídico especializado, capacitação sobre direitos e mecanismos de justiça transicional e informações sobre programas locais e nacionais para vítimas. Entre 2012 e 2020, o MUAOV atendeu mais de 125.000 pessoas, tratando de questões como violações de direitos humanos, pedidos administrativos de indenização e reparações volumosas.<sup>d</sup> Também facilitou processos administrativos relacionados a reparações, aumentou a taxa de indenização recebida pelas vítimas e melhorou a percepção das vítimas sobre a justiça e a segurança.<sup>e</sup>

**Notas**

- a. Vidrine et al. (2012); OMS (2006).
- b. Harper (2011); Open Society Foundations (2013); PNUD (2014); Banco Mundial (2006, 2008).
- c. Sandefur e Siddiqi (2013).
- d. Colômbia, Ministerio de Justicia y del Derecho de Colombia (2020).
- e. Vargas et al. (sem data).

## A ação do Estado no combate ao crime organizado exige melhor compreensão de seu funcionamento

A falta de informações confiáveis sobre o crime organizado e os desafios de medi-lo de forma sistemática e comparativa entre países são enormes. Isso significa que as políticas e ações do Estado para combater o crime organizado muitas vezes falham por falta de dados e informações de qualidade para orientar as decisões. Parte dos déficits institucionais resulta da falta de dados ou de capacidade de usar os dados disponíveis para subsidiar as ações adotadas. Alocar estrategicamente as forças de polícia no território, aumentar o nível de sofisticação da análise criminal para direcionar e executar operações que desmantelem de fato os negócios do crime, em vez de capturar apenas os níveis mais baixos das organizações criminosas, e identificar os jovens em risco são exemplos de ações que dependem fundamentalmente de melhores dados e de uma melhor compreensão do crime organizado.

Um dos maiores desafios é o fato de o crime organizado ter elementos visíveis, como a violência letal, mas também aspectos ocultos e muito mais difíceis de quantificar. Isso explica as respostas muitas vezes negativas das autoridades, principalmente quando ocorrem incidentes de grande repercussão, como o que ocorreu recentemente no Equador. No entanto, áreas onde o crime organizado tem mais influência com frequência ficam fora do radar, e atividades controladas em silêncio costumam não ser examinadas muito de perto. Dessa forma, as organizações criminosas crescem sem serem detectadas até atingirem um nível em que se torna difícil controlá-las.

Conforme mencionado, embora os homicídios sejam relativamente bem documentados, outros crimes são subnotificados, com o grau variando de acordo com o tipo de crime, nível socioeconômico e educacional e com o gênero e a etnia das vítimas. As principais fontes alternativas de informação são as pesquisas de vitimização. Essas pesquisas, no entanto, geralmente não são representativas em nível granular e sua coleta não é sistemática, muitas vezes porque são realizadas por organizações não governamentais (ONGs) com financiamento intermitente.

Parte do problema, portanto, é a falta de pesquisas oficiais e sistemáticas. Embora os países da ALC colem regularmente informações sobre o mercado de trabalho e a inflação, não coletam dados sistematicamente de pesquisas padronizadas sobre atividades criminosas, nem incluem esses módulos de pesquisa nas pesquisas oficiais sobre domicílios e empresas.<sup>93</sup> Isso acontece apesar da segurança ser uma das principais preocupações da população, de acordo com pesquisas de opinião como o Latinobarómetro. Ainda mais raras são as pesquisas que capturam as atividades criminosas de maneiras representativas em nível de bairro, necessárias para informar o direcionamento das políticas e programas, em áreas com níveis críticos de crime organizado e violência.<sup>94</sup>

O uso de dados administrativos para subsidiar as ações e políticas do Estado também não é sistemático ou abrangente. Os Relatórios de Atividades Suspeitas (RAS), pelos quais as instituições financeiras informam transações possivelmente associadas à lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros às autoridades estatais, são uma exceção. Ainda assim, seu uso para explorar padrões e informar processos de acusação é muito limitado na ALC (Quadro 2.7).

Os registros administrativos são empregados da forma mais útil, ou seja, para auxiliar no entendimento do crime organizado e informar as políticas de prevenção ou segurança, nas pesquisas acadêmicas, mas esses quase sempre são esforços isolados. Na maioria das vezes, os projetos de pesquisa são realizados por pesquisadores acadêmicos que investem anos de trabalho em áreas geográficas limitadas. As experiências de pesquisa de longo prazo com foco em Medellín (Colômbia) e El Salvador mostram que há muitos benefícios em pesquisas especializadas e parcerias com órgãos estaduais e governos municipais.

93 Há algumas exceções. A Bolívia, El Salvador, Guatemala e Peru incluem sistematicamente perguntas sobre vitimização em suas pesquisas domiciliares. O Brasil, Chile e Colômbia já tiveram o módulo pesquisa domiciliar uma vez, enquanto a Costa Rica e a República Dominicana ocasionalmente adicionam o módulo. No entanto, o número e o escopo das perguntas sobre vitimização em pesquisas domiciliares variam significativamente de um país a outro. El Salvador e México realizam pesquisas anuais sobre vitimização. Outros países só realizam pesquisas sobre vitimização de vez em quando.

94 Medellín (Colômbia) tem uma pesquisa anual representativa em nível de bairro e São Paulo (Brasil) tem uma pesquisa representativa de nove zonas da cidade. Bogotá (Colômbia) tem uma pesquisa anual representativa em nível de localidade, realizada e coletada pela Câmara de Comércio da cidade. Fortaleza (Brasil) tem uma pesquisa de onda única coletada por uma equipe de pesquisa.

## QUADRO 2.7.

**Acompanhar as finanças das organizações criminosas é essencial para desmantelá-las<sup>a</sup>**

As medidas de combate à lavagem de dinheiro (AML, *anti-money laundering*) existem para prevenir e detectar a ocultação dos lucros do crime. Essas medidas podem ter um papel fundamental na luta contra o crime organizado na ALC, pois visam a infraestrutura financeira que sustenta as atividades criminosas.

Conceitualmente, as medidas de combate à lavagem de dinheiro contribuem para:

- **Desmantelar redes financeiras e recuperar ativos.** Ao identificar, congelar e recuperar ativos vinculados a organizações criminosas, as medidas de combate à lavagem de dinheiro podem interromper os fluxos e redes financeiras que sustentam esses grupos e deixá-los sem lucros.
- **Aumentar a transparência.** A implementação de regulamentações mais rigorosas em relação às transações financeiras, p. ex., exigir relatórios sobre a origem dos recursos e o proprietário da empresa, pode aumentar a transparência e dificultar a lavagem de dinheiro por parte dos criminosos.
- **Combater a corrupção e outros crimes financeiros.** Ao introduzirem controles de AML, p.ex., o registro de transações financeiras suspeitas, os países podem reduzir as oportunidades de criminosos e grupos do crime organizado lucrarem com crimes como, por exemplo, corrupção e evasão fiscal.
- **Apoiar a integridade e o crescimento dos mercados financeiros.** Ao aumentar os controles de combate à lavagem de dinheiro, os países promovem a produtividade e a confiança dos investidores nos mercados locais, o que, por sua vez, promove o crescimento.
- **Promover a cooperação nacional e internacional.** Para implementar efetivamente os controles de combate à lavagem de dinheiro, os países devem facilitar o compartilhamento regular de informações entre as autoridades nacionais relevantes, como supervisores, unidades de inteligência financeira, autoridades policiais e suas contrapartes estrangeiras.

O principal desafio está na implementação. Embora o combate financeiro ao crime seja uma estratégia eficaz, ele requer forte coordenação e inovação em nível nacional, pois as informações e os poderes necessários para combater fluxos financeiros ilícitos são detidos por órgãos diversos e os criminosos estão sempre adaptando seus métodos de movimentar e ocultar seus recursos financeiros. Por esse motivo, apenas um em cada cinco países efetivamente investiga, processa e condena crimes de lavagem de dinheiro em patamar alto ou substancial.<sup>b</sup> Tecnologias avançadas, como inteligência artificial e blockchain, são ferramentas que podem ajudar a detectar atividades suspeitas e rastrear recursos ilícitos de forma mais eficaz. O elemento mais importante é, também, o que mais falta: pessoas bem treinadas e capazes de elaborar estratégias para acompanhar e investigar padrões suspeitos de atividades financeiras.

**Notas**

- a O texto deste quadro foi contribuído por Yara Esquivel e Ailsa Hart, da equipe de Integridade Financeira e Estabilidade do Banco Mundial.
- b. FATF (2022).

O Quadro 2.8 apresenta uma descrição detalhada da governança do crime em Medellín, conforme revelada pelo Medellín Impact Lab, um esforço da Universidad EAFIT em Medellín, da Universidade de Chicago e da Innovations for Poverty Action. A equipe de pesquisa adotou uma abordagem multifacetada: coletou e analisou dados administrativos, conduziu pesquisas representativas em nível de bairro por toda a cidade, realizou extensas entrevistas qualitativas ao longo dos anos e, mais importante, trabalhou ao máximo com o governo da cidade para experimentar novas políticas. Esse trabalho levou, por exemplo, à identificação de escolas com jovens em alto risco de recrutamento e à adoção de intervenções preventivas e direcionadas, com a mensuração do impacto nos projetos de mudança de vida dos jovens, os devidos ajustes nos programas e também sua ampliação. A abordagem inovadora e abrangente do Medellín Impact Lab de estudar o crime organizado traz lições valiosas para os formuladores de políticas em outros locais: é um bom exemplo de pesquisa que informa políticas públicas mais eficazes e demonstra a importância de esforços colaborativos e de longo prazo em se tratar de questões sociais complexas.

#### QUADRO 2.8.

### Compreendendo e combatendo o crime organizado em Medellín<sup>a</sup>

A cidade de Medellín (Colômbia) abriga uma extensa rede de crime organizado, com cerca de 400 gangues de rua conhecidas como *combos*, que empregam coletivamente cerca de 12.000 pessoas. Essas gangues estão profundamente enraizadas no tecido socioeconômico da cidade, controlando aproximadamente dois terços dos bairros. A renda dos membros das gangues varia significativamente com a hierarquia; os “soldados rasos” ganham cerca de USD 10.000 PPP por ano, perto da renda média dos trabalhadores da cidade. No topo, os líderes das gangues e das maiores estruturas mafiosas, conhecidas como *Razones*, ganham salários que os colocam entre os 1 por cento mais ricos da Colômbia. Os *combos* geralmente promovem proteção e ordem em seus bairros para reduzir a presença da polícia e promover lealdade entre os moradores, ao mesmo tempo que protegem suas lucrativas operações de tráfico de drogas.

A estrutura hierárquica dessas gangues é meticulosamente organizada. Os *combos* são compostos por 15 a 50 membros que trabalham principalmente com a venda de drogas no varejo e com extorsão. As operações compreendem também outros serviços coercitivos, como agiotagem e cobrança de dívidas. Os *Razones* supervisionam dezenas de *combos*. Eles não apenas fornecem drogas no atacado e outros recursos para seus *combos* afiliados, como também coordenam suas atividades para garantir a ordem e maximizar os lucros, dividindo os mercados por geografia, impondo preços sobre os preços das drogas e facilitando negociações pacíficas para evitar conflitos dispendiosos sempre que necessário. Os *Razones* também se comunicam em seu nível hierárquico para coordenar atividades e manter a paz. Os acordos nesse nível refletem uma sofisticada estrutura organizacional de negócios. Em decorrência desses acordos, a violência em Medellín caiu drasticamente em comparação a 15 anos atrás, quando os mercados ainda estavam em disputa. Os casos de homicídio violento que ocorrem hoje são direcionados e empregados como punição por violações dos acordos em vigor.

O trabalho do Medellín Impact Lab foi imprescindível para revelar os detalhes complexos dessa governança criminosa. Os dados administrativos tiveram um papel fundamental nesta pesquisa. A equipe trabalhou com o governo municipal e conseguiu acesso a conjuntos de dados diversos, incluindo registros de penitenciárias, relatórios de crimes geolocalizados, dados de previdência social e registros de desempenho escolar. Esse conjunto amplo de dados administrativos auxiliou no mapeamento, em tempo real, de pontos críticos de criminalidade e análises preditivas, essenciais para entender a dinâmica do crime organizado na cidade e informar o desenvolvimento e o direcionamento de políticas e programas de segurança e prevenção.

**Quadro 2.8. Compreendendo e combatendo o crime organizado em Medellín (continuação)**

Além disso, a equipe de pesquisa acompanhou o governo da cidade na realização de pesquisas anuais de larga escala sobre vitimização, representativas de todos os bairros de baixa e média renda da cidade. Também realizaram diretamente três pesquisas de larga escala compreendendo aproximadamente 8.000 moradores e empresas de Medellín em 2019, 2023 e 2024. Essas pesquisas foram elaboradas para capturar fenômenos subnotificados, como extorsão e governança de gangues. Elas mostram, por exemplo, que a maioria dos casos de extorsão não é denunciada, são apenas cerca de 15 denúncias oficiais por semana, em comparação às cerca de 150.000 famílias e empresas que pagam as taxas de extorsão, destacando a necessidade do emprego de melhores ferramentas de diagnóstico e de intervenções mais eficazes.

A coleta de dados qualitativos é igualmente essencial. Ao longo de vários anos, a equipe de pesquisa realizou centenas de entrevistas com moradores, empresários, líderes comunitários, policiais e membros de gangues. Essa abordagem qualitativa trouxe um entendimento mais detalhado das estruturas organizacionais, fontes de renda e estratégias de governança das gangues. Ela ressalta a importância de se compreender as organizações econômicas e políticas dos grupos do crime organizado para elaborar políticas capazes de interromper suas operações, minimizando as possíveis consequências não-intencionais.

As parcerias foram cruciais para esta pesquisa, incluindo sua fase experimental. A colaboração com o governo local, a polícia e organizações não governamentais (ONGs) facilitam a concepção e a implementação de intervenções para reduzir a criminalidade. Uma dessas intervenções, o programa *Operación Convivencia*, intensificou a presença de agentes comunitários da cidade em bairros onde as gangues já estavam arraigadas e o Estado gozava de pouca legitimidade. Este programa foi testado em alguns bairros antes de ser ampliado para 40 bairros, sendo que os resultados da avaliação de impacto foram usados para orientar novas abordagens na cidade visando restaurar a ordem e combater a governança de gangues.

O Medellín Impact Lab também iniciou um projeto piloto focado no recrutamento de menores em gangues. Seu objetivo é proporcionar oportunidades alternativas e sistemas de apoio para os jovens em situação de risco e tornar o envolvimento com gangues menos atraente. O sucesso do piloto fez com que a cidade vinculasse recursos para implementar a intervenção junto a dois grupos de 300 adolescentes por ano, durante pelo menos três anos. O programa se chama *Parceritos*. A primeira coorte faz parte de uma avaliação contínua para medir o impacto do programa no recrutamento de jovens e nas taxas gerais de criminalidade no médio e longo prazo.

**Notas**

a. Este quadro se baseia em Blattman et al. (2022); Blattman et al. (2024a); Blattman, Lessing e Tobón (2025).

Como já foi mencionado, outra equipe de pesquisadores realizou uma pesquisa extensa e de longo prazo sobre o impacto das gangues e das políticas públicas em El Salvador.<sup>95</sup> Seus estudos trouxeram insights inestimáveis sobre as estratégias de recrutamento das gangues, as consequências socioeconômicas do controle territorial das gangues e a eficácia de diversas políticas de intervenção adotadas pelo poder público no país. A pesquisa lançou luz sobre a dinâmica complexa de controle das gangues e seus efeitos amplos nas comunidades. O Quadro 2.9 detalha as lições dessa experiência.

95 A pesquisa foi liderada por Micaela Sviatschi (Universidade de Princeton) e Carlos Schmidt-Padilla (Universidade da Califórnia, Berkeley).



**QUADRO 2.9.****Pesquisa especializada sobre gangues em El Salvador<sup>a</sup>**

Até 2022, o crime organizado em El Salvador, praticado predominantemente por gangues como o MS-13 e Barrio 18, era um desafio complexo caracterizado pelo controle territorial, violência e atividades ilícitas, incluindo extorsão e tráfico de drogas. Consta a informação de que, em 2015, gangues estavam presentes em mais de 50 por cento dos municípios de El Salvador.<sup>b</sup>

Uma equipe liderada por acadêmicos da Universidade de Princeton e da Universidade da Califórnia (Berkeley) realizou uma pesquisa extensa e de longo prazo sobre o impacto das gangues e das políticas públicas em El Salvador. Seu trabalho revelou, por exemplo, o profundo efeito das gangues sobre as crianças de El Salvador. Organizações criminosas lançam mão de estratégias diversas para recrutar crianças vulneráveis, incluindo coerção direta e a promessa de maior status social e aceitação. As crianças expostas a líderes de gangues em seus anos formativos têm maior probabilidade de se afiliarem a gangues na vida adulta.<sup>c</sup> Além disso, as penitenciárias em El Salvador muitas vezes servem como centros de formação do crime e de networking entre os presos. Por exemplo, os detentos expostos a líderes de gangues apresentam maior probabilidade de participarem de atividades relacionadas a gangues ao deixarem o cárcere.<sup>d</sup>

O controle territorial exercido pelas gangues prejudicou bastante o desenvolvimento, impondo restrições à mobilidade dos moradores e limitando seu acesso a oportunidades. Nos bairros controlados por gangues, as pessoas gozam de menos bem-estar material, têm renda reduzida e oportunidades educacionais limitadas em comparação às pessoas que vivem a apenas 50 metros do território das gangues. A mobilidade restrita também limita as opções no mercado de trabalho, pois as pessoas em áreas controladas têm dificuldade de ir trabalhar em áreas não ocupadas por gangues. A pesquisa também documenta como o crime afeta profundamente o comportamento das empresas e os resultados políticos em municípios afetados pela violência das gangues. Mais especificamente, mostra que nos municípios afetados por gangues é menor a probabilidade de abertura de novas empresas e a participação dos eleitores nos pleitos eleitorais é reduzida.<sup>e</sup>

As pesquisas sobre políticas públicas que tratam dessas questões têm gerado resultados promissores. O programa Escolas Seguras (*Escuelas Seguras*) implementado em 2015 fez uso preventivo de patrulhamento policial para reduzir as atividades de recrutamento das gangues nas redondezas dos centros educacionais. Essa iniciativa reduziu a evasão escolar e o recrutamento, além do número de prisões de grupos vulneráveis. Como resultado, houve uma queda da extorsão e dos homicídios cinco anos após as operações das gangues serem interrompidas.<sup>f</sup>

O estudo das tréguas entre as gangues traz resultados tanto positivos quanto negativos. Embora possam reduzir a violência a curto prazo, essas tréguas muitas vezes fortalecem os grupos criminosos, gerando um aumento das atividades criminosas e do controle territorial.<sup>g</sup>

As medidas repressivas adotadas pelo governo contra as gangues, como a de 2022, mostram-se promissoras na recuperação de bairros e na restauração da liberdade de movimento dos moradores. No entanto, essas ações de repressão podem ter consequências indesejadas, como o aumento do estigma e da discriminação no mercado de trabalho contra moradores de territórios antes ocupados por gangues, como pode ser constatado na pesquisa mais recente da equipe sobre El Salvador. Embora essas medidas ajudem a sanar problemas imediatos de segurança, seu sucesso a longo prazo depende do contexto e da consideração cuidadosa do potencial de enfraquecimento da legitimidade institucional.<sup>h</sup>

**Notas**

- a. Este quadro se baseia no trabalho de Micaela Sviatschi (Princeton University) e Carlos Schmidt-Padilla (University of California, Berkeley).
- b. Martinez et al. (2016).
- c. Sviatschi (2022).
- d. Golcalves et al. (sem data).
- e. Melnikov, Schmidt-Padilla e Sviatschi (2020).
- f. Castro et al. (sem data).
- g. Brown et al. (2024).
- h. Melnikov, Schmidt-Padilla e Sviatschi (sem data).



A agenda de pesquisa pujante dessa equipe é outro exemplo de como pesquisas rigorosas e de longo prazo podem ajudar a informar as ações do Estado e a concepção de políticas nos níveis local e nacional. Cientes da dinâmica complexa das atividades das gangues e de seu impacto na sociedade, os formuladores de políticas podem desenvolver estratégias mais eficazes de combate ao crime e apoiar o desenvolvimento comunitário em El Salvador e em outros locais.

## O crime organizado é um problema de primeira ordem para a ALC, pois representa uma barreira crescente ao desenvolvimento

A ALC é afrontada por grupos criminosos organizados que, em muitos locais, evoluíram de organizações de tráfico de drogas para corporações transnacionais que controlam corredores de tráfico de drogas, rotas de contrabando e migração e inúmeras atividades lícitas e ilícitas. Este capítulo discutiu como o crime organizado impede o desenvolvimento da região. É necessário enfatizar que o crime organizado constitui um problema de primeiríssima ordem na ALC. São necessárias políticas urgentes e apoio político total por parte dos governos de toda a região para conter a expansão do crime organizado e os danos sociais que ele causa.

### O crime organizado se prolifera na ausência de oportunidades

Este capítulo resumiu o alcance crescente do crime organizado na ALC: as características que o definem e sua relação com a epidemia de violência na região. Ressaltou que este é, em última análise, um problema de desenvolvimento que prolifera com a falta de oportunidades e de participação política das pessoas mais vulneráveis da região. Isso significa que, além das ações urgentes destacadas acima em relação aos pilares fundamentais da política de segurança (penitenciárias, forças policiais e sistema de justiça), o combate ao crime organizado também deve incidir sobre uma série de fatores que multiplicam as atividades criminosas.

Conceitualmente, esses fatores podem ser divididos entre os que podem ajudar a reduzir a oferta de mão de obra e o acesso ao capital das organizações criminosas (aumentando assim seus custos operacionais) e aqueles que restringem a demanda pelos tipos de bens e serviços que as organizações criminosas oferecem (diminuindo assim sua renda).

Em relação à oferta de trabalho, a ausência de oportunidades, especialmente para os homens jovens, que são as principais vítimas e autores da violência criminal, facilita o recrutamento em organizações criminosas. As agendas de pesquisa de Medellín e El Salvador discutidas neste capítulo corroboram inequivocamente essa percepção. Em muitos casos, os recrutados não são obrigados a cometer crimes, mas os grupos criminosos oferecem oportunidades de renda muito melhores do que as disponíveis nos mercados legais. Também oferecem perspectivas de carreira e elementos de “mobilidade emocional” (respeito, apreciação e reconhecimento), aspectos que os empregos precários nos mercados lícitos da região muitas vezes não conseguem oferecer.<sup>96</sup>

Além disso, muitos desses homens foram criados em contextos violentos, seja em suas comunidades ou em suas famílias (64 por cento das crianças menores de 15 anos na ALC sofreram disciplina violenta em casa, na forma de castigos físicos severos ou agressões emocionais).<sup>97</sup> Apenas 10 países da ALC têm legislações que proíbem essas práticas.<sup>98</sup> A exposição constante à violência aumenta a probabilidade de os jovens internalizarem a agressão como mecanismo de sobrevivência e empoderamento, fazendo com que a filiação às gangues pareça uma forma de proteção

96 Amaya e Martínez d'Aubuisson (2021); Blattman, Rodríguez-Uribe e Tobón (sem data); Bouchard e Splinder (2010).

97 UNICEF (2018a).

98 UNICEF (2018b).

e empoderamento.<sup>99</sup> A influência de amigos e conhecidos também é um fator determinante. As pesquisas sobre o que motiva os jovens a ingressarem em grupos criminosos apontam que aqueles que o fazem por razões instrumentais, como proteção ou benefícios econômicos, têm maior probabilidade de se envolver em atividades criminosas. A pressão dos colegas também tem um papel fundamental, pois a dinâmica social dentro das gangues reforça a participação em atividades criminosas.<sup>100</sup>

A falta de ensino e de oportunidades econômicas interage com a desigualdade política da região e é exacerbada por ela. Grandes segmentos da população na ALC não têm voz nem autodeterminação (o conceito de agência). A desigualdade política é, de fato, uma fonte de desencanto que aumenta a demanda por formas alternativas de governança, alimentando o apelo dos tipos de serviços que as organizações criminosas oferecem.

Esta análise sugere que existem políticas capazes de lidar simultaneamente com os mecanismos de oferta e de demanda. Em muitas partes da região, a falta de oportunidades e de autodeterminação política são concomitantes com um Estado fraco. Essa fraqueza é evidente em várias dimensões, como a ausência de monopólio estatal sobre os serviços de justiça e segurança, a presença desigual do Estado pelo território, sua incapacidade de fornecer serviços essenciais a todos os cidadãos, regulamentação excessiva junto com fiscalização deficiente e recurso frequente a soluções militarizadas, que podem ter efeitos deletérios no controle da violência do crime organizado e na confiança dos cidadãos. Um Estado fraco ou ausente abre espaço para grupos do crime organizado oferecerem seus serviços, incluindo proteção e resolução de conflitos, duas dimensões que estão no cerne de qualquer Estado funcional.

Os homens e mulheres em idade ativa precisam de melhores alternativas ao crime, que se traduzem em empregos de qualidade e que ofereçam perspectivas de progressão ao longo do ciclo de vida. As reformas necessárias para gerar esse tipo de emprego têm sido postergadas há muito tempo e a região tem pagado um preço alto por isso, não apenas fornecendo mão de obra abundante para atividades criminosas, mas também em termos das oportunidades perdidas em matéria de crescimento, prosperidade e desenvolvimento de modo geral. Embora sejam complexas, essas reformas são uma parte essencial da segurança pública. É indispensável melhorar as prisões, polícias e os sistemas de justiça, mas também é fundamental melhorar as oportunidades. Sem este segundo fator, é improvável que o primeiro seja capaz de proporcionar a segurança e a tranquilidade que os cidadãos esperam, com razão, de seus governos.

## A ALC pode desenvolver a capacidade estratégica para administrar o crime organizado

Este relatório não defende a construção do Estado como condição prévia para o combate ao crime organizado. Isso significaria atrasar políticas urgentes contra o crime organizado em si; o fortalecimento das instituições governamentais deve orientar as ações dos países da ALC independentemente da prevalência do crime organizado. Em vez disso, os governos devem posicionar imediatamente a luta contra o crime organizado no topo da agenda de políticas. Para tal, devem identificar os comportamentos e resultados que não devem ser tolerados e traçar limites para orientar as ações prioritárias do Estado em cada contexto.

Não existe crime aceitável, mas dada a complexidade e a multiplicidade de formas que a atividade criminosa organizada pode ter, bem como a capacidade limitada do Estado de enfrentá-la, os formuladores de políticas devem priorizar e começar identificando os tipos de crime que têm os impactos mais adversos e, então, concentrar todos os esforços do Estado, de forma coordenada, para combatê-los. Esse tipo de foco pode suscitar novos desafios, mas, dada a amplitude do problema, a região não pode se dar ao luxo de esperar até que todo o fenômeno do crime organizado possa ser combatido de uma só vez. Nem os Estados Unidos nem a Europa conseguiram erradicar por completo as atividades do

99 Hoeve et al. (2009); López Stewart et al. (2000); Rojas-Flores et al. (2013).

100 Lachman, Roman e Cahill (2013); EUA, Departamento de Polícia Metropolitana do Distrito de Columbia (2011).

crime organizado. Em vez disso, aprenderam a administrar o problema e controlar as atividades e os comportamentos mais nocivos à sociedade.

É necessário repensar as prisões, reestruturar a polícia, priorizar a ação judicial, promover a coordenação institucional, aumentar os custos das atividades criminosas e frustrar a demanda por serviços criminais, mas isso só é possível com um melhor entendimento da natureza, complexidade, dinâmica e múltiplas expressões do crime organizado. Produzir informações melhores é uma prioridade urgente na luta contra o crime organizado na região. Como sugerem as experiências atuais em Medellín e El Salvador, um conhecimento profundo do contexto e das evidências originais, tanto quantitativas quanto qualitativas, é essencial para uma compreensão mais abrangente do crime organizado em territórios específicos. Harmonizar os registros administrativos de crimes e violência entre os países, produzir informações subnacionais por meio da inclusão de módulos de vitimização em pesquisas domiciliares e empresariais e participar da coleta de dados em nível sub-municipal são pré-condições essenciais para a elaboração de análises diferenciadas e mais relevantes para subsidiar a formulação de políticas.<sup>101</sup>

## A política de segurança e as políticas de prevenção se complementam no combate ao crime organizado

Políticas que contribuem para endireitar o funcionamento dos mercados de trabalho precários da ALC e gerar melhores oportunidades de emprego para todos, incluindo sistemas de educação e treinamento em competências e estruturas regulatórias melhores e capazes de promover os negócios em pé de igualdade, são fundamentais, pois aumentam os custos de oportunidade da participação em atividades criminosas, reduzindo a oferta de mão de obra para o crime organizado, que é o que provavelmente ocorre nos locais mais desenvolvidos do mundo. Ao mesmo tempo, no entanto, as políticas que visam prevenir o recrutamento de jovens em situação de alto risco devem ser priorizadas na luta contra o crime organizado, pois podem ajudar a dismantlar o acesso das organizações criminosas às populações vulneráveis. As ações podem incluir intervenções educacionais direcionadas, prevenção e proteção baseadas na comunidade e a ressocialização de ex-criminosos. Além disso, intervenções que tratam de masculinidades prejudiciais e desigualdade de gênero podem ajudar a substituir normas que fundamentam a aceitabilidade de diferentes formas de violência por outras que ajudam a construir sociedades pacíficas.<sup>102</sup> Programas de mentoria e apoio emocional, nos quais os jovens são expostos a modelos fora do contexto criminal, também se mostraram eficazes.<sup>103</sup>

A prevenção não substitui as políticas de segurança, mas é um complemento necessário. Da mesma forma, uma boa política de segurança sem medidas de prevenção de longo prazo não é suficiente. Uma combinação de intervenções de segurança e prevenção é o que provavelmente produzirá os melhores resultados (Quadro 2.10).

101 Blattman et al. (2022).

102 Zermeño (2024).

103 National Gang Center (sem data).

**QUADRO 2.10.****Casos em que as políticas de segurança e prevenção se fortalecem mutuamente<sup>a</sup>**

O combate ao crime organizado exige respostas de prevenção e segurança que se complementem de forma eficaz. Exemplos dessa complementaridade incluem:

1. **Combate às economias ilegais.** Intervenções de segurança que visam reduzir a oferta de drogas, como a interdição de áreas de tráfico, reduzem as receitas do crime. Intervenções complementares de prevenção podem aumentar a eficácia dos esforços de redução da oferta, incluindo intervenções preventivas e psicossociais para diminuir o consumo de drogas por parte dos jovens, com o potencial de reduzir a procura por drogas ou postergar a idade do primeiro consumo e da dependência.<sup>b</sup> Intervenções semelhantes que combinam prevenção e segurança podem ser consideradas em relação a outras atividades econômicas ilícitas, como o contrabando de migrantes. Um exemplo é a combinação do aumento do policiamento de rotas irregulares com esforços para promover trajetórias de migração legal e inclusão socioeconômica nos pontos de origem.
2. **Abordagens de desenvolvimento territorial.** Aproximadamente 50 por cento dos crimes ocorrem em 2,5 por cento dos trechos viários nas cidades da ALC, e os homicídios ocorrem em apenas 1,4 por cento desses trechos.<sup>c</sup> Embora o policiamento em pontos críticos possa reduzir a criminalidade localizada em determinadas condições, pode também deslocar as atividades criminosas para novas áreas, caso seja implementado isoladamente de estratégias de prevenção. Em vez disso, a existência de esforços complementares de prevenção em bairros próximos pode reduzir a capacidade de realocação das atividades criminosas.

**Notas**

- a. Este quadro usa texto de autoria de Paula Rossiasco, da Equipe de Inclusão Social de Deslocamento Forçado e Migração da América do Sul do Banco Mundial.
- b. Programas preventivos com metodologias ativas e/ou participativas têm sido eficazes na prevenção do uso de drogas e da delinquência juvenil. Ver Aguilera-Torrado e Payares-Ortiz (2021); Strang et al. (2012).
- c. Chainey et al. (2019).

## Coordenação e colaboração internacionais são fundamentais para enfrentar o crime organizado

Conforme ressaltado ao longo desta discussão, os Estados da ALC são responsáveis por construir a capacidade estratégica necessária para gerenciar o crime organizado, proteger seus cidadãos de suas expressões mais nocivas e dar a eles oportunidades para construir uma vida que lhes agregue valor. No entanto, é improvável que os cidadãos consigam fazer isso sozinhos, porque o crime organizado é um problema que transcende as fronteiras nacionais e requer soluções coordenadas. A eficácia na luta contra o crime organizado exige forte coordenação e colaboração em nível internacional.

É fundamental melhorar as plataformas usadas pelos países para trocar informações, entre autoridades alfandegárias e fiscais, unidades de inteligência financeira e unidades de investigação criminal. A troca de informações é atualmente limitada, possibilitando que os criminosos atravessem fronteiras e reloquem suas atividades criminosas em outros países.

Também é essencial facilitar o intercâmbio de provas criminais entre jurisdições. Para tal, é necessário intensificar a colaboração e padronizar as definições dos crimes, das evidências probatórias e dos protocolos de investigação nos códigos penais de todos os países, como já acontece na União Europeia. Esse esforço de padronização é necessário e ainda mais importante em países com governos federais e códigos penais diversos. Os Estados Unidos são um bom exemplo desse último caso.

Coletar informações periódicas e comparáveis para mensurar o crime organizado e a violência em suas diversas manifestações também é um passo em direção a um esforço internacional maior e mais coordenado, pois contribui para sinalizar que o tema é visto como política prioritária, além de possibilitar a comparação dos avanços.

Outro exemplo paradigmático da necessidade de maior coordenação entre os agentes públicos e privados e também entre países é o tratamento dado aos Relatórios de Atividades Suspeitas (RAS) provenientes de bancos e outras instituições financeiras, que ainda não são usados para informar os esforços para capturar e prender líderes do crime organizado ou ajudar a desmantelar (pelo menos em parte) as suas atividades (Quadro 2.7). Fortalecer as unidades ministeriais encarregadas de identificar a lavagem de dinheiro por meio de bancos e instituições financeiras é, portanto, uma prioridade crítica. Isso, no entanto, provavelmente não será suficiente. O crescimento das criptomoedas representa um desafio adicional, pois algumas transações financeiras ocorrem em canais paralelos ao sistema financeiro formal. Assim, os ministérios da fazenda, possivelmente em conjunto com os bancos centrais, devem aprofundar sua compreensão desses canais paralelos e elaborar medidas para minimizar seu uso para finalidades ilícitas.

A falta de coordenação entre instituições estatais é um elemento característico do subdesenvolvimento e está na raiz da maioria das políticas que fracassaram na ALC. Portanto, melhorar a coordenação e a colaboração entre os órgãos de Estado responsáveis pela política de segurança (tanto interna quanto externamente) e também com seus pares em outros países deve ser uma prioridade devido às consequências custosas da falta de coordenação e às inúmeras maneiras como sua ausência mina a capacidade de cada órgão de cumprir sua missão.

Pôr fim ao tráfico ilícito de armas de fogo vendidas legalmente nos EUA e que alimentam a violência na ALC depende fundamentalmente do reconhecimento internacional do problema e de colaboração para solucioná-lo. Além disso, a região não pode se abster do debate sobre a política global de drogas. A guerra perdida para as drogas, especialmente no que diz respeito a cannabis e cocaína, permitiu que o crime organizado controlasse os mercados de drogas, resultando no aumento dos casos de suborno e domínio territorial.<sup>104</sup> Uma regulamentação eficaz pode reduzir essas receitas ilícitas e ajudar os participantes de mercados que antes eram ilícitos, como o mercado de cannabis de Nova York. Para reduzir a criminalidade na ALC, a discussão global sobre regulamentação precisa avançar.

---

104 Thomson, Meehan e Goodhand (2024).

## Referências

- Abi-Habib, M. 2024. “How a Tourist Paradise Became a Drug-Trafficking Magnet.” *New York Times*, 17 de setembro de 2024.
- Abi-Habib, M., A. Correal e J. Nicas. 2024. “In Latin America, Guards Don’t Control Prisons, Gangs Do.” *New York Times*, 12 de fevereiro de 2024.
- Abril, V., E. Norza, S. Perez-Vincent, S. Tobon e M. Weintraub. 2024. “Building Trust in the Police: Evidence from a Multi-site Experiment in Colombia.” Center for Open Science, SocArXiv mrh5q\_v1.
- Abt, T. 2019. *Bleeding Out: The Devastating Consequences of Urban Violence, and a Bold New Plan for Peace in the Streets*. Basic Books.
- Acevedo, C. 2008. “Los costos económicos de la violencia en Centroamérica.” San Salvador: Consejo Nacional de Seguridad.
- Agan, A., J. L. Doleac e A. Harvey. 2023. “Misdemeanor Prosecution.” *Quarterly Journal of Economics* 138 (3): 1453–1505.
- Agan, A. Y., A. Garin, D. K. Koustas, A. Mas e C. Yang. 2023. “Labor Market Impacts of Reducing Felony Convictions.” NBER Working Paper 31773, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Agência Brasil. 2024. “Crimes ambientais na Amazônia Legal aumentam 88%, aponta PRF.” 29 de outubro de 2024.
- Aguilera-Torrado, A. e A. Payares-Ortiz. 2021. “El club juvenil como estrategia para la prevención del consumo de drogas y la delincuencia juvenil. Caso Barrancabermeja.” *Revista Criminalidad* 63 (2): 155–74.
- Aguirre, K., e R. Muggah. 2020. “Arming the Americas.” In *The Oxford Handbook of the Sociology of Latin America*, edited by X. Bada and L. Rivera-Sánchez, 717–37. Oxford Academic.
- Aizer, A., e J. J. Doyle, Jr. 2015. “Juvenile Incarceration, Human Capital, and Future Crime: Evidence from Randomly Assigned Judges.” *Quarterly Journal of Economics* 130 (2): 759–803.
- Akee, R., A. K. Basu, A. Bedi e N. H. Chau. 2014. “Transnational Trafficking, Law Enforcement, and Victim Protection: A Middleman Trafficker’s Perspective.” *Journal of Law and Economics* 57 (2): 349–86.
- Albarraicín, J. 2018. “Criminalized Electoral Politics in Brazilian Urban Peripheries.” *Crime, Law and Social Change* 69 (4): 553–75.
- Alsan, M., A. M. Barnett, P. Hull e C. Yang. 2024. “‘Something Works’ in US Jails: Misconduct and Recidivism Effects of the IGNITE Program.” NBER Working Paper 32282, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Amazon Watch, InfoAmazonia, Amazon Underworld, and GI-TOC (Global Initiative against Transnational Organized Crime). 2023. “Amazon Underworld Economias Criminosas Na Maior Floresta Tropical do Mundo.”
- Amaya, L. E. e J. J. Martínez d’Aubuisson. 2021. *Criminal Governance in El Salvador*. Global Initiative against Transnational Organized Crime (GI-TOC).
- Amnesty International. 2016. “Brazil: Police Killings, Impunity, and Attacks on Defenders.” Amnesty International Submission for the UN Universal Periodic Review–27th Session of the UPR Working Group, maio de 2017.
- Amnesty International. 2022. “El Salvador: President Bukele Engulfs the Country in a Human Rights Crisis after Three Years in Government.” 2 de junho de 2016.
- Arcia, G. 2012. “The Evolution of Violence: Economic Development and Intergroup Conflict in Guatemala, El Salvador, and Costa Rica.” In *Economic Development Strategies and the Evolution of Violence in Latin America*, edited by W. Ascher and N. Mirovitskaya, 71–93. Palgrave MacMillan.
- Arias, E. D. e N. Barnes. 2017. “Crime and Plural Orders in Rio de Janeiro, Brazil.” *Current Sociology* 65 (3): 448–65.
- Ariel, B., W. A. Farrar e A. Sutherland. 2015. “The Effect of Police Body-Worn Cameras on Use of Force and Citizens’ Complaints against the Police: A Randomized Controlled Trial.” *Journal of Quantitative Criminology* 31 (2015): 509–35.
- Arjona, A. 2016. *Rebeloeracy: Social Order in the Colombian Civil War*. Cambridge University Press.
- Arjona, A. 2021. “The Effects of Violence on Inequality in Latin America and the Caribbean: A Research Agenda.” UNDP LAC Working Paper Series 12, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Arjona, A., M. Chacón, e L. García-Montoya. 2025. “The Impact of Political Assassinations on Turnout: Evidence from Colombia.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 122, no. 11.
- Arjona, A. M. e S. N. Kalyvas. 2012. “Recruitment into Armed Groups in Colombia: A Survey of Demobilized Fighters.” In *Understanding Collective Political Violence*, 143–71. London: Palgrave Macmillan UK.
- Arjona, A., N. Kasfir e Z. Mampilly, eds. 2015. *Rebel Governance in Civil War*. Cambridge University Press.
- Arjona, A. e A. Saab. 2024. “State Capacity and Rebel and Criminal Governance: The Centrality of Dispute Resolution Institutions.” Working paper.
- Assaraf, N., A. Mouro, D. M. Papy, N. Castillo e B. Ariel. 2024. “Behind the Yellow Sticker: Paradoxical Effects of a Visual Warning of Body-Worn Cameras on the Use of Police Force.” *Journal of Experimental Criminology*, 1–23. <https://doi.org/10.1007/s11292-024-09627-8>.



- Austin, A. 2023. “Why Have Ecuador’s Drug Trafficking Gangs Turned to Extortion?” InSight Crime, 20 de dezembro de 2023.
- Aziani, A., G. A. Bertoni, M. Jofre e M. Riccardi. 2023. “COVID-19 and Organized Crime: Strategies Employed by Criminal Groups to Increase their Profits and Power in the First Months of the Pandemic.” *Trends in Organized Crime* 26 (2): 114–35.
- Ba, B. A., D. Knox, J. Mummolo e R. Rivera. 2021. “The Role of Officer Race and Gender in Police-Civilian Interactions in Chicago.” *Science* 371 (6530): 696–702.
- Banco Mundial. 2006. *Honduras—Judicial Branch Modernization*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial. 2008. *Guatemala—Judicial Reform Project*. <http://documents.worldbank.org/curated/en/305631468252615058/pdf/32128a.pdf>.
- Banco Mundial. 2010. *Crime and Violence in Central America: Volume II* (Report No. 56781-LAC). Washington, DC: Banco Mundial, Central America Unit, Poverty Reduction and Economic Management Unit, Latin America and the Caribbean Region.
- Barbosa, D., T. Fetzner, P. C. Souza e C. Vieira. 2021. “De-escalation Technology: The Impact of Body-Worn Cameras on Citizen-Police Interactions.” CEPR Discussion Paper No. DP16578, Centre for Economic and Policy Research, London.
- Becker, Gary S. 1968. “Crime and Punishment: An Economic Approach.” *Journal of Political Economy* 76 (2): 169–217.
- Bernal, C., M. Prem, J. F. Vargas e M. Ortiz. 2024. “Peaceful Entry: Entrepreneurship Dynamics during Colombia’s Peace Agreement.” *Journal of Development Economics* 166 (janeiro): 103119.
- Bhuller, M., G. B. Dahl, K. V. Løken e M. Mogstad. 2020. “Incarceration, Recidivism, and Employment.” *Journal of Political Economy* 128 (4): 1269–1324.
- Biondi, K. 2016. *Sharing This Walk: An Ethnography of Prison Life and the PCC in Brazil*, edited and translated by J. F. Collins. University of North Carolina Press.
- Bisca, P. M., V. Chau, P. Dudine, R. A. Espinoza, J.-M. Fournier, P. Guérin, N.-J. H. Hansen e J. Salas. 2024. *Violent Crime and Insecurity in Latin America and the Caribbean: A Macroeconomic Perspective*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- Blanco, L. e I. Ruiz. 2013. “The Impact of Crime and Insecurity on Trust in Democracy and Institutions.” *American Economic Review* 103 (3): 284–88.
- Blattman, C. 2023. *Why We Fight: The Roots of War and the Paths to Peace*. Penguin.
- Blattman, C. 2024. “Bad Medicine: Why Different Systems of Organized Crime Demand Different Solutions.” Center for Open Science, SocArXiv ghepj\_v1.
- Blattman, C., G. Duncan, B. Lessing e S. Tobón. 2024a. “Gang Rule: Understanding and Countering Criminal Governance.” *Review of Economic Studies*, rdae079.
- Blattman, C., G. Duncan, B. Lessing e S. Tobon. 2024b. “Statebuilding in the City: An Experiment in Civilian Alternatives to Policing.” Working paper, Pearson Institute for the Study and Resolution of Global Conflicts.
- Blattman, C., G. Duncan, B. Lessing e S. Tobón. 2024c. “Gangs of Medellín: How Organized Crime is Organized.” Working Paper, BFI Friedman Forum, University of Chicago Law School, 10 de Janeiro de 2024.
- Blattman, C., B. Lessing, J. P. Mesa-Mejía e S. Tobón. 2022. “Measuring Organised Crime: Challenges and Solutions for Collecting Data on Armed Illicit Groups.” Briefing Note 3, SOC ACE (Serious Organized Crime & Anti-Corruption Evidence).
- Blattman, C., B. Lessing e S. Tobon. 2025. “How to Map and Combat Urban Organized Crime: Lessons from the Medellín Impact Lab.” Briefing Note 33, SOC ACE (Serious Organized Crime & Anti-Corruption Evidence), Janeiro de 2025.
- Blattman, C., A. Rodríguez-Uribe e S. Tobón. No date. “Who Expects to Join Criminal Gangs and Why? Occupational Choice among 15,000 Teenage Boys in Medellín.” Working paper 2024-03, Universidad EAFIT.
- Bouchard, M. e A. Spindler. 2010. “Groups, Gangs, and Delinquency: Does Organization Matter?” *Journal of Criminal Justice* 38 (5): 921–33.
- Braga, A. A., R. K. Brunson e K. M. Drakulich. 2019. “Race, Place, and Effective Policing.” *Annual Review of Sociology* 45: 535–55.
- Braga, A., J. R. Coldren Jr, W. Sousa, D. Rodriguez e O. Alper. 2017. *The Benefits of Body-Worn Cameras: New Findings from a Randomized Controlled Trial at the Las Vegas Metropolitan Police*. Final report to the National Institute of Justice, 2013-IJ-CX-0016. Arlington, VA: CNA.
- Braga, A. A., J. M. MacDonald e J. McCabe. 2022. “Body-Worn Cameras, Lawful Police Stops, and NYPD Officer Compliance: A Cluster Randomized Controlled Trial.” *Criminology* 60 (1): 124–58.
- Braga, A. A., J. M. MacDonald e J. E. McCabe. 2023. “Police Reform in Public Housing Contexts: Body-Worn Cameras, Surveillance, and Harm Reduction in New York City Housing Authority Developments.” *Justice Quarterly* 40 (4): 1267–94.
- Braga, A. A., D. Weisburd e B. Turchan. 2018. “Focused Deterrence Strategies and Crime Control: An Updated Systematic Review and Meta-Analysis of the Empirical Evidence.” *Criminology & Public Policy* 17 (1): 205–50.
- Brown, Z. Y., E. Montero, C. Schmidt-Padilla e M. M. Sviatschi. 2024. “Market Structure and Extortion: Evidence from 50,000 Extortion Payments.” *Review of Economic Studies*, rdae057.

- Calderón, G., G. Robles e B. Magaloni. 2015. “The Beheading of Criminal Organizations and the Dynamics of Violence in Mexico.” *Journal of Conflict Resolution* 59 (8): 1455–85.
- Carreras, M. 2013. “The Impact of Criminal Violence on Regime Legitimacy in Latin America.” *Latin American Research Review* 48 (3): 85–107.
- Castillo, J. C., D. Mejía e P. Restrepo. 2020. “Scarcity without Leviathan: The Violent Effects of Cocaine Supply Shortages in the Mexican Drug War.” *Review of Economics and Statistics* 102 (2): 269–86.
- Castro, E., F. Coy, C. Schmidt-Padilla e M. M. Sviatschi. 2024. “Breaking the Gang: A Preventive Approach to Reduce Recruitment in Schools.” 28 de junho de 2024, Seminario de Economía, Universidad de la Plata.
- Ceobanu, A. M., C. H. Wood e L. Ribeiro. 2011. “Crime Victimization and Public Support for Democracy: Evidence from Latin America.” *International Journal of Public Opinion Research* 23 (1): 56–78.
- Cerqueira, D. R. D. C., S. Bueno, R. S. D. Lima, C. Neme, H. R. S. A. Ferreira, P. P. Alves...e K. C. Armstrong. 2019. *Atlas da violência 2019*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Chainey, S. P., G. Pezzuchi, N. O. Guerrero Rojas, J. L. Hernandez Ramirez, J. Monteiro e E. Rosas Valdez. 2019. “Crime Concentration at Micro-Places in Latin America.” *Crime Science* 8 (Artigo 5).
- Chassang, S. e G. P. i Miquel. 2009. “Economic Shocks and Civil War.” *Quarterly Journal of Political Science* 4 (3): 211–28.
- Chatterjee, J. 2005. “The Changing Structure of Organized Crime Groups.” Research and Evaluation Branch, Community, Contract and Aboriginal Policing Services Directorate, Royal Canadian Mounted Police.
- Chen, M. K. e J. M. Shapiro, 2007. “Do Harsher Prison Conditions Reduce Recidivism? A Discontinuity-based Approach.” *American Law and Economics Review* 9 (1): 1–29.
- Colombia, Ministerio de Justicia y del Derecho de Colombia. 2020. Unidad Movil Atencion Orientacion Victimias. <https://www.minjusticia.gov.co/programas-co/justicia-transicional/Paginas/Unidad-Movil-Atencion-Orientacion-Victimias.aspx>
- Cox, R. J., J. P. Cunningham e A. Ortega. 2024. “The Impact of Affirmative Action Litigation on Police Killings of Civilians.” NBER Working Paper 32502, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Cristosal Human Rights. 2023. “El Salvador: Widespread Abuses under State of Emergency.” 1 de abril de 2023. <https://cristosal.org/EN/2023/04/01/el-salvador-widespread-abuses-under-state-of-emergency/>
- Dandurand, Y., K. Kittayarak e A. MacPhail. 2015. “Justice Indicators and Criminal Justice Reform: A Reference Tool.” International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy.
- Davenport, C. 2007. “State Repression and Political Order.” *Annual Review of Political Science* 10 (1): 1–23.
- Davis, J. M. V., T. Meares e E. Arnesen. 2025. “Improving Programming in Juvenile Detention: The Impact of Project Safe Neighborhoods Youth Outreach Forums.” *Journal of Quantitative Criminology* 41 (Março): 23–50.
- Dell, M. 2015. “Trafficking Networks and the Mexican Drug War.” *American Economic Review* 105 (5): 1738.
- Detotto, C. e E. Otranto. 2010. “Does Crime Affect Economic Growth?” *Kyklos* 63 (3): 330–45.
- Di Nicola, A. 2022. “Towards Digital Organized Crime and Digital Sociology of Organized Crime.” *Trends in Organized Crime*, 1–20. <https://doi.org/10.1007/s12117-022-09457-y>.
- Di Tella, R. e E. Schargrodsky. 2013. “Criminal Recidivism after Prison and Electronic Monitoring.” *Journal of Political Economy* 121 (1): 28–73.
- Donohue III, J. J. e S. D. Levitt. 2001. “The Impact of Race on Policing and Arrests.” *Journal of Law and Economics* 44 (2): 367–94.
- Donohue, J. J. e J. Wolfers. 2006. “Uses and Abuses of Empirical Evidence in the Death Penalty Debate.” NBER Working Paper 11982, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Doran, M.-C. 2017. “The Hidden Face of Violence in Latin America: Assessing the Criminalization of Protest in Comparative Perspective.” *Latin American Perspectives* 44 (5): 183–206.
- Draca, M., J. Garred, L. Stickland e N. Warrinnier. 2023. “On Target? Sanctions and the Economic Interests of Elite Policymakers in Iran.” *Economic Journal* 133 (649): 159–200.
- Drago, F., R. Galbiati e P. Vertova. 2009. “The Deterrent Effects of Prison: Evidence from a Natural Experiment.” *Journal of Political Economy* 117 (2): 257–80.
- Dube, A., O. Dube e O. García-Ponce. 2013. “Cross-Border Spillover: U.S. Gun Laws and Violence in Mexico.” *American Political Science Review* 107 (3): 397–417.
- Dube, O., S. J. MacArthur e A. K. Shah. 2023. “A Cognitive View of Policing.” NBER Working Paper 31651, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Dudley, S. 2020. *3 Dirty Secrets Revealed by the El Salvador Gang ‘Negotiations.’* Technical report, InSight Crime.
- CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe). 2018. *Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe: deudas de igualdad*. CEPAL.



- Economist, The. 2016. “The Gangs that Cost 16% of GDP.” *The Americas*. 21 de maio de 2016.
- Economist, The. 2023a. “Nayib Bukele Shows How to Dismantle a Democracy and Stay Popular.” *The Americas*. 20 de julho de 2023.
- Economist, The. 2023b. “Illegal Gold Is Booming in South America.” *The Americas*. 9 de novembro de 2023.
- Economist, The. 2023c. “Latin America’s Most Powerful New Gang Built a Human-Trafficking Empire.” *The Americas*. 16 de novembro de 2023.
- Economist, The. 2024a. “Gangsters in El Salvador Are Terrified of Strongman Nayib Bukele.” *Leaders*. 2 de fevereiro de 2024.
- Economist, The. 2024b. “The World’s Most Violent Region Needs a New Approach to Crime.” *The Americas*. 9 de maio de 2024.
- El Universo. 2021. “Dueño de farmacia se negó a pagar \$5.000 por ‘vacuna’ y delinquentes tiraron explosivo para destruir su negocio en Pascuales.” 31 de agosto de 2021. <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/explosion-en-farmacia-de-pascuales-por-no-pagar-vacuna-nota/>
- Eren, O. e N. Mocan. 2021. “Juvenile Punishment, High School Graduation, and Adult Crime: Evidence from Idiosyncratic Judge Harshness.” *Review of Economics and Statistics* 103 (1): 34–47.
- Estelle, S. M. e D. C. Phillips. 2018. “Smart Sentencing Guidelines: The Effect of Marginal Policy Changes on Recidivism.” *Journal of Public Economics* 164 (agosto): 270–93.
- Everytown Research and Policy. 2023. *Inside the Gun Shop: Firearms Dealers and Their Impact*. Everytown Research and Policy.
- Fagundes, E., J. Monteiro e P. Souza. 2023. “Monitoring Street-level Bureaucrats: The Impact of Body-Worn Cameras on Police Performance.” Working paper, Manuscrito não publicado.
- FATF. 2022. Report on the State of Effectiveness and Compliance with the FATF Standards. Technical report. FATF
- Feldman, A. e J. Mantilla. 2021. “Criminal Governance in Latin America.” doi:10.1093/ACREFORE/9780190264079.013.697.
- Financial Times. 2024. “Mexico’s Drug Cartels Are Thriving.” 20 de maio de 2024. <https://www.ft.com/content/fe04c6ed-73f8-4e-17-852b-ce16fd6c3515>
- Freeman, W. 2024. “Brazil’s Largest Mafia Is Entering Politics. The Government Must Act.” *New York Times*, 4 de outubro de 2024.
- Gallego, J. 2018. “Civil Conflict and Voting Behavior: Evidence from Colombia.” *Conflict Management and Peace Science* 35 (6): 601–21.
- Gaviria, A. 2002. “Assessing the Effects of Corruption and Crime on Firm Performance: Evidence from Latin America.” *Emerging Markets Review* 3 (3): 245–68.
- GI-TOC (Global Initiative against Transnational Organized Crime). No date. “Busted: Albanian Cocaine Network Run from Prison in Ecuador.” *Risk Bulletin of Illicit Economies in South Eastern Europe*.
- GMH (Grupo de Memoria Histórica de la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación). 2013. *¡Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*. Bogotá, Colombia: Centro Nacional de Memoria Histórica.
- Golcalves, F., P. Matos, C. Schmidt-Padilla e M. M. Sviatschi. Sem data. “Mass Incarceration and the Expansion of Gangs: Evidence from El Salvador.” Manuscrito não publicado.
- Gómez Gallego, J. A., J. R. Herrera Vergara e N. Pinilla Pinilla. 2010. *Informe final: comisión de la verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia*. Universidad del Rosario.
- González, Y. 2019. “The Social Origins of Institutional Weakness and Change: Preferences, Power, and Police Reform in Latin America.” *World Politics* 71 (1): 44–87.
- Grabosky, P. 2007. “The Internet, Technology, and Organized Crime.” *Asian Journal of Criminology* 2 (2): 145–61.
- Grenet, J., H. Grönqvist e S. Niknami. 2024. “The Effects of Electronic Monitoring on Offenders and their Families.” *Journal of Public Economics* 230 (C): 105051.
- Guerrero, E. 2011. *La raíz de la violencia*. Nexos.
- Harper, E. 2011. “Customary Justice: From Program Design to Impact Evaluation.” International Development Law Organization, Roma.
- Harvey, A. e T. Mattia. 2024. “Reducing Racial Disparities in Crime Victimization: Evidence from Employment Discrimination Litigation.” *Journal of Urban Economics* 141 (maio): 103459.
- Hoeve, M., J. S. Dubas, V. I. Eichelsheim, P. H. van der Laan, W. Smeenk e J. R. M. Gerris. 2009. “The Relationship between Parenting and Delinquency: A Meta-Analysis.” *Journal of Abnormal Child Psychology* 37 (6): 749–75.
- Holz, J. E., R. G. Rivera e B. A. Ba. 2023. “Peer Effects in Police Use of Force.” *American Economic Journal: Economic Policy* 15 (2): 256–91.
- Human Rights Watch. 2024. “El Salvador.” Country chapter in *World Report 2024*. Human Rights Watch.
- IACHR (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). 2015. “Violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Persons in the Americas.” Secretaria-Geral, Organização dos Estados Americanos.
- Idrobo, N., D. Mejía e A. M. Tribin. 2014. “Illegal Gold Mining and Violence in Colombia.” *Peace Economics, Peace Science and Public Policy* 20 (1): 83–111.
- Insight Crime. 2023. *Mexico’s Rising Femicides Linked to Organized Crime*. Technical report. Insight Crime.

- Insight Crime. 2024. *2023 Homicide Round-Up*. Technical report. Insight Crime.
- International Crisis Group. 2021. *Electoral Violence and Illicit Influence in Mexico's Hot Land*. Report No. 89. Brussels: International Crisis Group.
- International Institute for Strategic Studies. 2024. *The Expansion and Diversification of Mexican Cartels: Dynamic New Actors and Markets*. <https://www.iiss.org/publications/armed-conflict-survey/2024/the-expansion-and-diversification-of-mexican-cartels-dynamic-new-actors-and-markets/>
- IOM (International Organization for Migration). 2021. "Migrant Smuggling." 23 de dezembro de 2021. <https://lac.iom.int/en/migrant-smuggling>.
- Justino, P. 2016. "Supply and Demand Restrictions to Education in Conflict-affected Countries: New Research and Future Agendas." *International Journal of Educational Development* 47 (março): 76–85.
- Kalsi, P. 2018. "The Impact of US Deportation of Criminals on Gang Development and Education in El Salvador." *Journal of Development Economics* 135 (novembro): 433–48.
- Kennedy, D. M. 2011. *Don't Shoot: One Man, a Street Fellowship, and the End of Violence in Inner-City America*. Bloomsbury Publishing USA.
- Kleinberg, J., H. Lakkaraju, J. Leskovec, J. Ludwig e S. Mullainathan. 2018. "Human Decisions and Machine Predictions." *Quarterly Journal of Economics* 133 (1): 237–93.
- Krause, K. 2014. "Supporting the Iron Fist: Crime News, Public Opinion, and Authoritarian Crime Control in Guatemala." *Latin American Politics and Society* 56 (1): 98–119.
- Kuziemko, I. 2013. "How Should Inmates Be Released from Prison? An Assessment of Parole versus Fixed-Sentence Regimes." *Quarterly Journal of Economics* 128 (1): 371–424.
- Kuziemko, I. e S. D. Levitt. 2004. "An Empirical Analysis of Imprisoning Drug Offenders." *Journal of Public Economics* 88 (9-10): 2043–66.
- Lachman, P., C. G. Roman e M. Cahill. 2013. "Assessing Youth Motivations for Joining a Peer Group as Risk Factors for Delinquent and Gang Behavior." *Youth Violence and Juvenile Justice* 11 (3): 212–29.
- Lessing, B. 2010. "The Danger of Dungeons: Prison Gangs and Incarcerated Militant Groups." Small Arms Survey.
- Lessing, B. 2013. "A Hole at the Center of the State: Prison Gangs and the Limits to Punitive Power." CDDRL Working Paper 143, Center on Democracy, Development, and the Rule of Law (CDDRL), Stanford University.
- Lessing, B. 2017. *Making Peace in Drug Wars: Crackdowns and Cartels in Latin America*. Cambridge University Press.
- Lessing, B. 2021. "Conceptualizing Criminal Governance." *Perspectives on Politics* 19 (3): 854–73.
- Lessing, B. e G. D. Willis. 2019. "Legitimacy in Criminal Governance: Managing a Drug Empire from Behind Bars." *American Political Science Review* 113 (2): 584–606.
- López Stewart, C., M. G. Lara, L. D. Herrera Amighetti, L. S. Wissow, M. I. Gutierrez, I. Levav e M. Maddaleno. 2000. "Parenting and Physical Punishment: Primary Care Interventions in Latin America." *Revista Panamericana de Salud Pública* 8 (4): 257–67.
- Lum, C., M. Stoltz, C. S. Koper e J. A. Scherer. 2019. "Research on Body-Worn Cameras: What We Know, What We Need to Know." *Criminology & Public Policy* 18 (1): 93–118.
- Magaloni, B., E. Franco-Vivanco e V. Melo. 2020. "Killing in the Slums: Social Order, Criminal Governance, and Police Violence in Rio de Janeiro." *American Political Science Review* 114 (2): 552–72.
- Magaloni, B. e L. Rodriguez. 2020. "Institutionalized Police Brutality: Torture, the Militarization of Security, and the Reform of Inquisitorial Criminal Justice in Mexico." *American Political Science Review* 114 (4): 1013–34.
- Malone, M. F. 2010. "Does Crime Undermine Public Support for Democracy? Evidence from Central America and Mexico." 4 de setembro de 2010. <https://ssrn.com/abstract=1668789> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1668789>
- Mampilly, Z. C. 2012. *Rebel Rulers: Insurgent Governance and Civilian Life during War*. Cornell University Press.
- Mancha, A., J. Monteiro e M. Weintraub. No date. "A New Path to Police Reform? Effects of a New Police Squad in Ceará, Brazil." Manuscrito não publicado.
- Martinez, O., E. Lemus, C. Martinez e D. Sontag. 2016. "Killers on a Shoestring: Inside the Gangs of El Salvador." *New York Times*, 20 de novembro de 2016.
- McDermott, J. 2020. "GameChangers 2019: Latin America's Top 10 Criminal Groups." Insight Crime, 22 de janeiro de 2020.
- McDougal, T., D. A. Shirk, R. Muggah e J. H. Patterson. 2013. "The Way of the Gun: Estimating Firearms Traffic across the U.S.-Mexico Border." Igarapé Institute and University of San Diego.
- Meléndez-Sánchez, M. e B. Winter. 2024. "The Bukele Model: Why It's Hard to Replicate." *America's Quarterly*, Podcast, 11 de julho de 2024.

- Melnikov, N., C. Schmidt-Padilla e M. M. Sviatschi. 2020. “Gangs, Labor Mobility and Development.” NBER Working Paper 27832, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Melnikov, N., C. Schmidt-Padilla e M. M. Sviatschi. No date. “Gangs Crackdowns and Development.” Manuscrito não publicado.
- México, Cidade do México, Gobierno de la Ciudad de México. 2024a. Coordinación interinstitucional y ciudadana. Informe de Gobierno CDMX. <https://informedegobierno.cdmx.gob.mx/acciones/coordinacion-interinstitucional-y-ciudadana>
- México, Cidade do México, Gobierno de la Ciudad de México. 2024b. Destacamos reducción en delitos de alto impacto. <https://gobierno.cdmx.gob.mx/noticias/destacamos-reduccion-en-delitos-de-alto-impacto>
- México, Cidade do México, Secretaría de Seguridad Ciudadana de la Ciudad de México. 2024a. Subsecretaría de Inteligencia e Investigación Policial.
- México, Cidade do México, Secretaría de Gobierno de la Ciudad de México. 2024b. Boletín SECGOB 2024.
- Miller, A. R. e C. Segal. 2019. “Do Female Officers Improve Law Enforcement Quality? Effects on Crime Reporting and Domestic Violence.” *Review of Economic Studies* 86 (5): 2220–47.
- Monteiro, J. e M. Weintraub. 2025. In World Bank Policy Document on Police and Organized Crime. Banco Mundial, Washington, DC. Não publicado.
- Munyo, I. e M. A. Rossi. 2020. “Police-Monitored Cameras and Crime.” *Scandinavian Journal of Economics* 122 (3): 1027–44.
- National Gang Center. Sem data. *Mentoring Youth to Prevent Gang Violence*. U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Nicas, J., P. Bonnefoy e J. Bartlett. 2025. “Maduro Government Accused of Dark New Tactic: Assassinations.” *New York Times*, 10 de fevereiro de 2025.
- O Globo. 2024. “Um terço da Amazônia Legal está tomado por facções criminosas, aponta levantamento.” 11 de dezembro de 2024.
- Open Society Foundations. 2013. “Justice in DRC: Mobile Courts Combat Rape and Impunity in Eastern Congo.” Open Society Foundations.
- Owens, E., D. Weisburd, K. L. Amendola e G. P. Alpert. 2018. “Can You Build a Better Cop? Experimental Evidence on Supervision, Training, and Policing in the Community.” *Criminology & Public Policy* 17 (1): 41–87.
- Papadovassilakis, A. 2023. *El Salvador’s (Perpetual) State of Emergency: How Bukele’s Government Overpowered Gangs*. Technical report, Insight Crime.
- Parker, S. T., M. B. Ross e S. Ross. 2024. “Driving Change: Evaluating Connecticut’s Collaborative Approach to Reducing Racial Disparities in Policing.” NBER Working Paper 32692, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Pérez, O. J. 2003. “Democratic Legitimacy and Public Insecurity: Crime and Democracy in El Salvador and Guatemala.” *Political Science Quarterly* 118 (4): 627–44.
- Pérez Esparza, D. e E. Weigend. 2015. “The Illegal Flow of Firearms from the United States to Mexico: A State-Level Trafficking Propensity Analysis.” *Journal of Trafficking, Organized Crime and Security* 1 (2): 115–25.
- Pérez Ricart, C. A. 2021. “Mexico and Central America: Flexibility and Frameworks.” Chapter 6 in *The International Drug Control Regime in the Twenty-First Century*, edited by A. Idler and J. C. Garzón, 157–83. Hull Publishers.
- Pérez Ricart, C. A. 2024. “The Nexus of Firearms and Organized Crime in Latin America.” Chapter 4 in *Illicit Firearms Markets and Organized Crime: Global, Regional, and Local Perspectives*, edited by D. Bright. Oxford University Press.
- Perez-Vincent, S. M., D. Puebla, N. Alvarado, L. F. Mejia, X. Cadena, S. Higuera e J. D. Niño. 2024. *The Costs of Crime and Violence: Expansion and Update of Estimates for Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Polinsky, A. M. e P. N. Riskind. 2019. “Deterrence and the Optimal Use of Prison, Parole, and Probation.” *Journal of Law and Economics* 62 (2): 347–71.
- Ponce, A. F. 2019. “Violence and Electoral Competition: Criminal Organizations and Municipal Candidates in Mexico.” *Trends in Organized Crime* 22 (2019): 231–54.
- Prem, M., A. F. Rivera, D. A. Romero e J. F. Vargas. 2021. “Selective Civilian Targeting: The Unintended Consequences of Partial Peace.” <https://ssrn.com/abstract=3203065> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3203065>
- Prem, M., J. F. Vargas e O. Namen. 2023. “The Human Capital Peace Dividend.” *Journal of Human Resources* 58 (3): 962–1002.
- Rivera, R. G. e B. A. Ba. 2023. “The Effect of Police Oversight on Crime and Misconduct Allegations: Evidence from Chicago.” *Review of Economics and Statistics* 1–45. [https://doi.org/10.1162/rest\\_a\\_01377](https://doi.org/10.1162/rest_a_01377)
- Rodríguez Mega, E. 2024. “Why Are So Many Mexican Election Candidates Getting Killed?” *New York Times*, 25 de maio de 2024.
- Rojas-Flores, L., S. Herrera, J. M. Currier, E. Y. Lin, R. Kulzer e D. W. Foy. 2013. “We Are Raising Our Children in Fear: War, Community Violence, and Parenting Practices in El Salvador.” *International Perspectives in Psychology: Research, Practice, Consultation* 2 (4): 269–85.
- Rose, E. K. 2021. “Who Gets a Second Chance? Effectiveness and Equity in Supervision of Criminal Offenders.” *Quarterly Journal of Economics* 136 (4): 1199–1253.

- Rose, E. K. e Y. Shem-Tov. 2021. “How Does Incarceration Affect Reoffending? Estimating the Dose-Response Function.” *Journal of Political Economy* 129 (12): 3302–56.
- Saiz, M. 2024. “The Rise of Global Crime Networks: European Mafias in the Americas.” *Insight Crime*, 18 de novembro de 2024.
- Sampó, C. e V. Troncoso. 2024. “El tren de Aragua: La transnacionalización del crimen organizado a través del tráfico de migrantes.” *Análisis Político* 37 (108): 147–76.
- Sandefur, J. e B. Siddiqi. 2013. “Delivering Justice to the Poor: Theory and Experimental Evidence from Liberia.” In *World Bank Workshop on African Political Economy*, Volume 20, 1–61. Washington, DC: Banco Mundial.
- Schargrodsky, R. e S. Tobon. 2025. In *World Bank Policy Document on Prisons and Organized Crime*. Banco Mundial, Washington, DC. Não publicado.
- Shem-Tov, Y., S. Raphael e A. Skog. 2024. “Can Restorative Justice Conferencing Reduce Recidivism? Evidence from the Make-it-Right Program.” *Econometrica* 92 (1): 61–78.
- Soares, R. R. 2004. “Crime Reporting as a Measure of Institutional Development.” *Economic Development and Cultural Change* 52 (4): 851–71.
- Soares, R. R. 2006. “The Welfare Cost of Violence across Countries.” *Journal of Health Economics* 25 (5): 821–46.
- Solmirano, C. 2023. “Behind a Rise in Latin America’s Violent Crime, a Deadly Flow of Illegal Guns.” *Americas Quarterly*, 15 de maio de 2023.
- Stoddard, G., D. J. Fitzpatrick e J. Ludwig. 2024. “Predicting Police Misconduct.” NBER Working Paper 32432, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Strang, J., T. Babor, J. Caulkins, B. Fischer, D. Foxcroft e K. Humphreys. 2012. “Drug Policy and the Public Good: Evidence for Effective Interventions.” *The Lancet* 379 (9810): 71–83.
- Sviatschi, M. M. 2022. “Spreading Gangs: Exporting US Criminal Capital to El Salvador.” *American Economic Review* 112 (6): 1985–2024.
- Tamayo Gomez, C. 2020. “Organised Crime Governance in Times of Pandemic: The Impact of COVID-19 on Gangs and Drug Cartels in Colombia and Mexico.” *Bulletin of Latin American Research* 39 (S1): 12–15.
- Thomson, F., P. Meehan e J. Goodhand. 2024. The political economy of illicit drug crops. *The Journal of Peasant Studies*, 51(4), p. 763-800.
- Tobón, S. 2022. “Do Better Prisons Reduce Recidivism? Evidence from a Prison Construction Program.” *Review of Economics and Statistics* 104 (6): 1256–72.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2013. *Regional Human Development Report 2013–2014: Citizen Security with a Human Face: Evidence and Proposals for Latin America*. New York: PNUD (novembro).
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2014. *Evaluation of UNDP’s Support to Mobile Courts in Sierra Leone, Democratic Republic of the Congo, and Somalia*. PNUD.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2018a. *Disciplina violenta en América Latina y el Caribe*. UNICEF.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2018b. “Comprehensive Laws and Social Changes Are Key to Eradicate Physical Punishment Suffered by 1 Out of Every 2 Children in Latin America and the Caribbean.” Comunicado de imprensa, 15 de abril de 2018.
- United States, Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives (ATF). 2022a. “Firearms Trace Data: Central America 2020.” ATF.
- United States, Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives(ATF). 2022b. *National Firearms Commerce and Trafficking Assessment: Firearms in Commerce*. ATF.
- United States, Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives (ATF). 2023. *2021 Annual Firearms Manufacturing and Export Report*. ATF.
- United States, District of Columbia (Washington, DC). Metropolitan Police Department Organizational Chart. 2011. [https://mpdc.dc.gov/sites/default/files/dc/sites/mpdc/publication/attachments/Say%20No%20to%20Gangs\\_SPA.pdf](https://mpdc.dc.gov/sites/default/files/dc/sites/mpdc/publication/attachments/Say%20No%20to%20Gangs_SPA.pdf)
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). 2023a. *World Drug Report*. United Nations.
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). 2023b. *Global Report on Cocaine 2023—Local Dynamics, Global Challenges*. UNODC.
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). 2024. *World Drug Report*. United Nations.
- Uprimny, R., S. Chaparro e L. F. Cruz. 2017. Delitos de drogas y sobredosis carcelaria en Colombia. *Documento 37*, Dejusticia & Colectivo de Estudios Drogas y Derecho – CEDD
- Vargas, J. F., M. Rounseville, J. L. Silva, D. Ortiz e A. Hathaway. No date. “The Twists and Turns in the Road to Justice in Colombia.” Não publicado.
- Vélez, J. 2025. “El Parque Nacional La Paya, otra víctima del poder de los Comandos de la Frontera en Putumayo.” *El País*, 22 de fevereiro de 2025.

- Venezuela Investigative Unit. 2023. "In Lara, Venezuela, Criminal 'Colectivos' Control Public Services." InSight Crime, 25 de abril de 2023. <https://insightcrime.org/news/in-lara-venezuela-criminal-colectivos-control-public-services/>
- Vidrine, D. J., F. E. Fletcher, H. E. Danysh, S. Marani, J. I. Vidrine, S. B. Cantor e A. V. Prokhorov. 2012. "A Randomized Controlled Trial to Assess the Efficacy of an Interactive Mobile Messaging Intervention for Underserved Smokers: Project Action." *BMC Public Health* 12 (1): 696.
- Visconti, G. 2020. "Policy Preferences after Crime Victimization: Panel and Survey Evidence from Latin America." *British Journal of Political Science* 50 (4): 1481–95.
- Wallace, A. 2020. "Muerte de George Floyd: Cuál es la situación de la población negra en América Latina (y el parecido a la de EE.UU.)." *BBC News Mundo*, 9 de junho de 2020. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52969557>
- Weigend Vargas, E., Z. Hans, D. J. Wiebe e J. E. Goldstick. 2023. "Firearm Manufacturing and Imports in the U.S. and Their Association to Firearm Homicides in Central America and the Caribbean, 1991–2019." *Injury Prevention* 30 (5): 381–86.
- Williams, J. e D. Weatherburn. 2022. "Can Electronic Monitoring Reduce Reoffending?" *Review of Economics and Statistics* 104 (2): 232–45.
- Williams, Jr., M. C., N. Weil, E. A. Rasich, J. Ludwig, H. Chang e S. Egrari. 2021. "Body-Worn Cameras in Policing: Benefits and Costs." Working Paper No. 2021-38, Becker Friedman Institute for Economics, University of Chicago.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2006. "Mobile Clinics Provide Health Care to People in Some of the World's Worst Crises." [http://www.who.int/hac/donorinfo/2016/mobile\\_clinics/en/](http://www.who.int/hac/donorinfo/2016/mobile_clinics/en/).
- Yashar, D. J. 2018. *Homicidal Ecologies: Illicit Economies and Complicit States in Latin America*. New York: Cambridge University Press.
- Zermeño, F. 2024. ¿Por qué y cómo incorporar el enfoque de género y feminista en las políticas de seguridad ciudadana? 25 de janeiro de 2024, Segunda Semana de la Seguridad Ciudadana, PNUD/USAID.

